

Mais militares, policiais e civis, acusados de praticar violências contra presos políticos:

SAIU O 2º LISTÃO: 442 TORTURADORES.

Muito conhecido na Europa, mas inédito no Brasil. Comitê de Solidariedade aos Revolucionários Brasileiros, «que se reúne anualmente em algum canto do País», é o autor do minucioso documento. Elaborado em fevereiro de 1974, completado no ano seguinte, publicado em livro em Lisboa em 1976, nunca sofreu nem referência nem contestação por parte do governo. É muito mais completo que o já famoso «listão dos 233» que este semanário revelou em junho do ano passado, recebendo em troca três atentados terroristas de extrema direita, um deles à bomba. Gente fina figura na relação—gerais, executivos do governo e até empresários. Leia nas páginas 4, 5 e 6.

Manuel da Conceição denuncia:

«Me arrastaram pelos testículos. Pregaram meu pênis numa tábua, porrada, choques, ferro com dentes para tentar arrancar os meus intestinos pelo ânus».

E mais: Caso «Bom Burguês» — militar que roubou na Suíça também torturou no Chile.

Pág. 6

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 54 — de 8 a 14 de Março de 1979

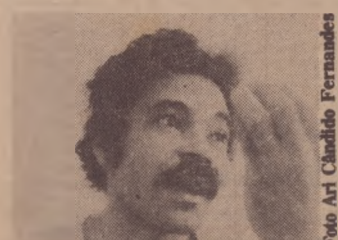


Foto Art Claudio Fernandes



ANISTIA SACODE OS DEPUTADOS

A formação de uma CPI para apurar os atentados contra os direitos humanos, os desaparecimentos e torturas contra presos políticos foi a principal exigência apresentada aos parlamentares por movimentos pela anistia de vários Estados, que estiveram no Congresso Nacional no começo da semana. (Pág. 3)

Fumageiros ensaiam greve nacional

Pág. 9

Metalúrgicos podem parar

Tudo pode acontecer nos próximos dias. Metalúrgicos do ABC e Interior paulista ameaçam parar novamente as máquinas se os patrões não atenderem suas reivindicações. Sexta-feira, 9, assembléias gerais em São Bernardo e Santo André.

Pág. 9

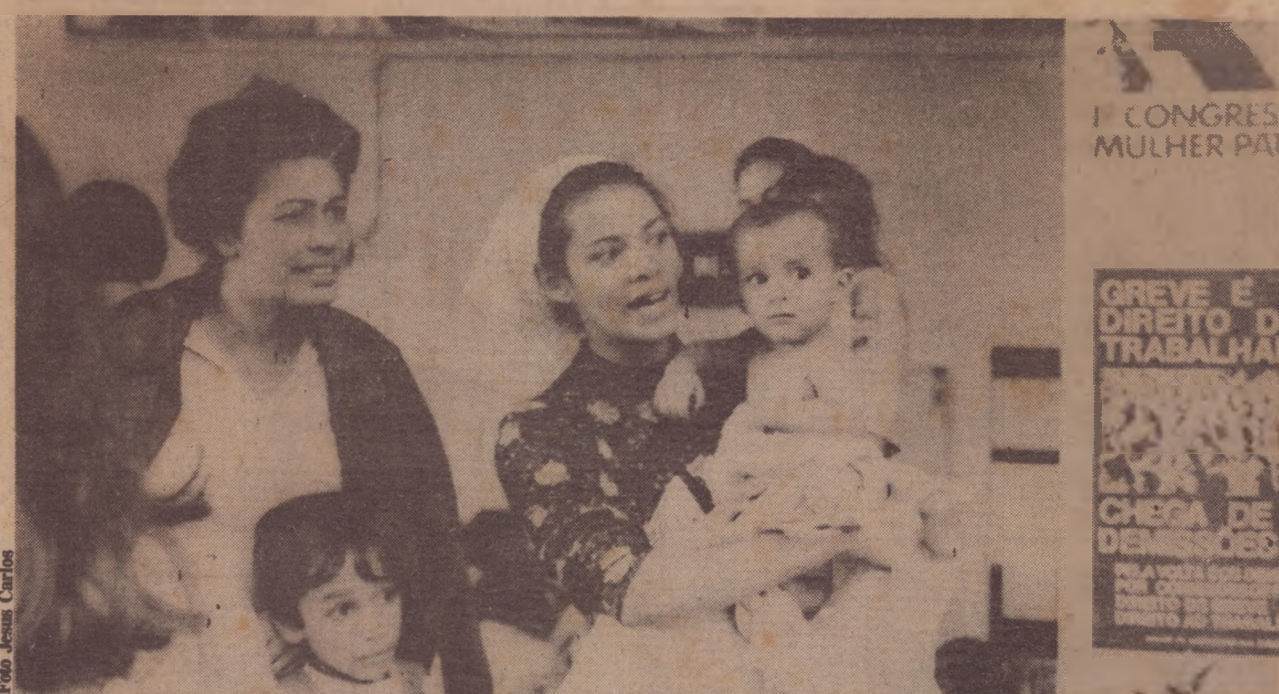


Foto Jesus Carlos

1º CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Pág. 12

Professores no Rio: o quadro é negro.

Pág. 9

Trabalhistas e Socialistas

De volta da Europa, Almino Afonso lança «Corrente Popular» no MDB. Francisco Weffort critica entrismo socialista no PTB.

Pág. 7

Explode crise na FEBEM

Campanha de denúncias provoca queda do presidente da FEBEM. Juiz promete apurar tudo. Novas demissões são aguardadas.

Pág. 12



ME

Airton Soares prova que a UNE é legal.

A última carta de Honestino Guimarães.

Pág. 8

Assembléia decide: EM TEMPO continua firme.

Encarte especial

Mobilização operária no interior de Minas

Um fato inovador tem agitado o pacato município de Barão de Cocais no interior mineiro: a mobilização dos operários da Cia. Siderúrgica Cimetal, que emprega diretamente 1.500 trabalhadores e em torno da qual gira, praticamente, toda a vida da cidade.

Comparando em massa às assembleias — em uma das três realizadas o quorum foi de mais de 900 associados — os operários reivindicam, em primeiro lugar, aumento de 20% a partir de janeiro. Nestes últimos anos, houve uma perda contínua do poder aquisitivo do salário do metalúrgico da Cimetal: por exemplo, um operário agora demitido declarou que recebia, 6,37 por hora em 1969 e hoje, dez anos após com todo o surto inflacionário, ganha apenas 13,40 a hora. Por outro lado, o presidente do Sin-

dicato diz que há uma intranquilidade geral entre os operários devido a contínua elevação de custo de vida. Reivindicam ainda o cumprimento da portaria 117, isto é, o direito de folgar após seis dias de trabalho e não no sétimo como é o sistema atual empregado pelo Cimetal.

Coincidindo com o crescendo do movimento reivindicatório, a Cimetal iniciou um processo de dispensa de mais de 15 trabalhadores, atingindo mesmo empregados de mais de 20 anos de empresa. O sindicato denunciou, por exemplo a demissão de um operário de 18 anos de trabalho na usina, de cinquenta e três anos de idade e que possuía excelente ficha de trabalho. Já Mário Correia de Miranda que 57 anos, mais da metade deles dando o duro no setor mais penoso da aciaria credita sua dispensa

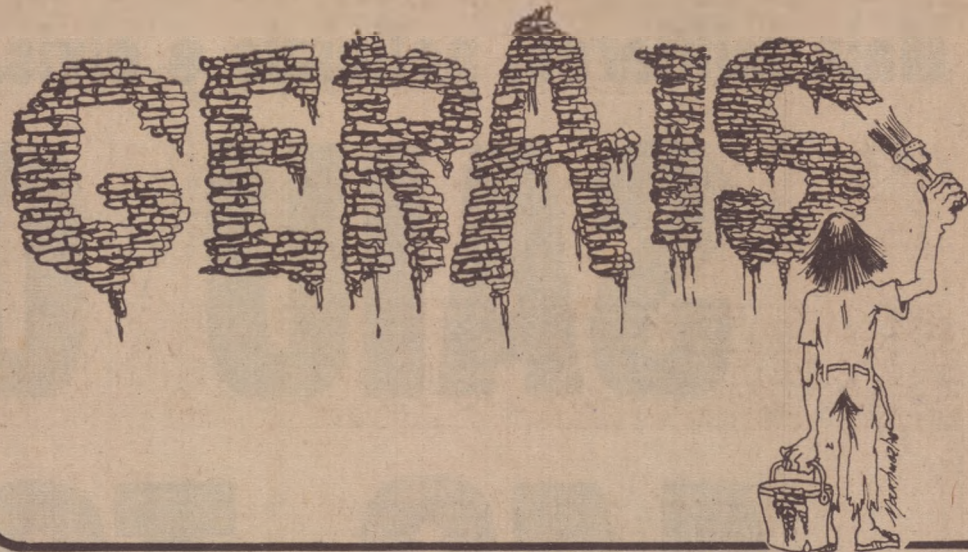
a uma represália da empresa ao movimento reivindicatório.

Por outro lado, a empresa vem promovendo reuniões de até uma hora com os operários sobre o planejamento da empresa, o seu futuro, tentando vender o peixe «de que é preciso pensar no futuro, de que agora é hora de plantar para depois colher».

Não convenceu, porém. Reunidos em assembleia, no último dia 23 os operários disseram não à proposta dos patrões de 15% para quem percebe até três salários-mínimos, 9% para até 4,5 salários e 6% para quem ganha até seis salários, à título de antecipação. E a luta continua... prevendo o presidente do Sindicato «há a possibilidade de ocorrer fatos que causem repercussão em todo o estado, e mesmo no país».

Barricadas contra a poluição

Os moradores permanecem de mão dadas para defender as barricadas montadas na avenida Boqueirão em Canoas, município pertencente a Grande Porto Alegre. Eles tem motivos muito fortes para isso: reivindicam calçamento porque duas crianças — dois irmãos de três anos e 10 meses — estão com manchas no pulmão provocadas pela respiração constante de ar poluído em poeira em suspensão. O diagnóstico é do médico Antonio Santos, baseado nas radiografias tiradas dos dois meninos. Mas não é só isso: várias outras crianças da rua tem constantemente febre alta e lábios inchados e sofrem de alergia e rouquidão. «Ficaremos de mão dadas para evitar o tombamento das barricadas e impedir o trânsito de qualquer veículo, que só será possível se passarem por cima de nós», afirma Iracema Oliveira, uma das responsáveis pelo movimento. A prefeitura de Canoas, prometeu calçamento até o final de março, mas como os moradores não acreditam mais em promessas decidiram permanecer com a barricada até a chegada das máquinas para o trabalho. (Sucursal de Porto Alegre)



Continua a novela do sequestro uruguaio

O caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre — numa operação conjunta da repressão uruguaia com o DOPS gaúcho — já se constituiu numa novela. Apesar das constantes declarações do governador Guazzelli de que encerraria seu governo com o caso esclarecido, ao que parece a questão ficará como herança ao futuro Amaral de Souza. A OAB/secção gaúcha continua pressionando e para Omar Ferri, advogado dos uruguaios, a polícia procurou todo o tempo esconder os fatos. E nada mais natural, pois é a própria polícia investigando a polícia, no caso de um sequestro político ocorrido a 17 de novembro do ano passado. Por outro lado, o MDB pretende cumprir o que prometeu no final de 78: se o caso não estivesse esclarecido até a reabertura dos trabalhos legislativos deste ano, sua bancada iria requerer a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O caso ganhou muita repercussão na semana passada, quando ocupava o Palácio Piratini o presidente da Assembleia, deputado Carlos Giacomazzi (MDB). Enquanto Guazzelli mantinha audiência com Geisel e era elogiado por este no encaminhamento dado na questão, Giacomazzi demitia o delegado Jair de Souza Pinto da Sindicância que vem sendo feita pela polícia. Este delegado se recusou a aceitar a determinação do governador interino no reconhecimento dos funcionários do DOPS pelas testemunhas do sequestro, os jornalistas Luiz Claudio Cunha e J.B. Scalco. Os jornalistas haviam pedido, numa carta aberta, o mínimo de segurança na acareação que fariam. Exigiam uma lista completa dos funcionários do DOPS, lotados e a serviço, entre os meses de agosto e novembro de 78 e que todos os apresen-

tados no reconhecimento fossem identificadas pela cédula de identidade. O governador interino telefonou ao Superintendente dos Serviços Policiais, Leonidas da Silva Reis, dando ordens para que as condições dos jornalistas fossem cumpridas pela Secretaria da Segurança Pública.

A lista dos funcionários foi aceita, mas a segunda condição não. Dessa forma, vários telefonemas começaram a ser trocados novamente, para, no final deles, Giacomazzi reafirmar sua posição e Jair de Souza Pinto declarar: «Não aceito o que o governador determinou». O resultado foi a suspensão do reconhecimento e o afastamento do delegado das suas funções na sindicância. A explicação do delegado para a negativa foi de que «o pedido do governador para que todos os policiais apresentados no reconhecimento estivessem com a cédula de identidade era completamente inútil e totalmente errado do ponto de vista técnico». Até o momento, o governador Guazzelli — que retornou sábado de Brasília — ainda não se posicionou sobre a ocorrência. Giacomazzi foi apoiado pelo MDB em sua decisão e até por próprios setores arenistas, inclusive um deputado-delegado de polícia, Cicero Viana. E ainda nesta semana, o juiz Antonio Carlos Netto Mangabeira, titular do 3º Vara Criminal, divulga sua decisão sobre a denúncia encaminhada na semana passada pelo promotor Dirceu Pinto, na qual são enquadrados por abuso de autoridade os policiais Pedro Seelig — diretor do DOPS — e o inspetor Orandir Portassi Lucas, o Didi Pedalada. Adiantar porém que o enquadramento dos policiais não implica no afastamento imediato de suas funções. Será mais uma volta por cima do famigerado Seelig? (Sucursal de Porto Alegre)



ERRATA

No último nº 53 a matéria publicada na página 2, sob o título «Retoria leva DCE» saiu assinada por Osair Vasconcelos, que não é seu autor. A matéria em questão é de responsabilidade do escritório de Natal do jornal Em Tempo.

Assine EM TEMPO:

EM TEMPO:

OPERÁRIOS x PATRÕES

EM TEMPO:

PRESDEN DENUNCIAM 233 TORTURADORES

O lista completo dos policiais e militares acusados

OPERÁRIOS x PATRÕES

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque nº

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG CEP 30.000.)

Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57. Pinheiros. São Paulo. (SP)

CEP 05415. fone 853-6680.

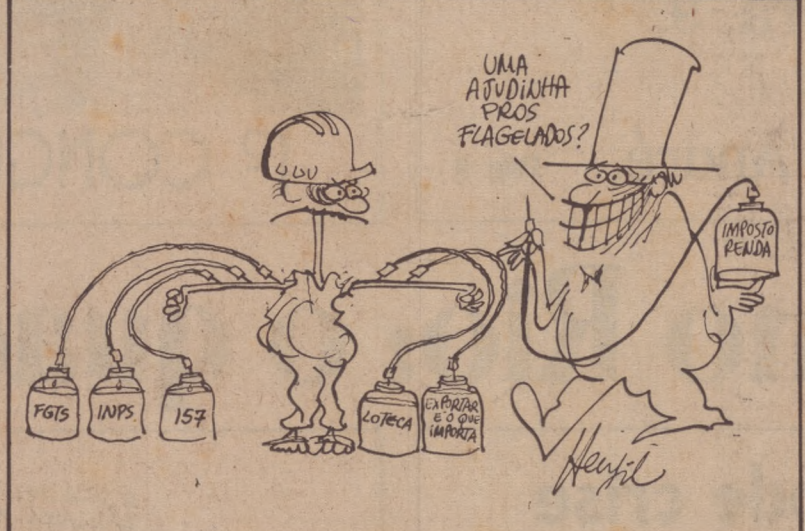
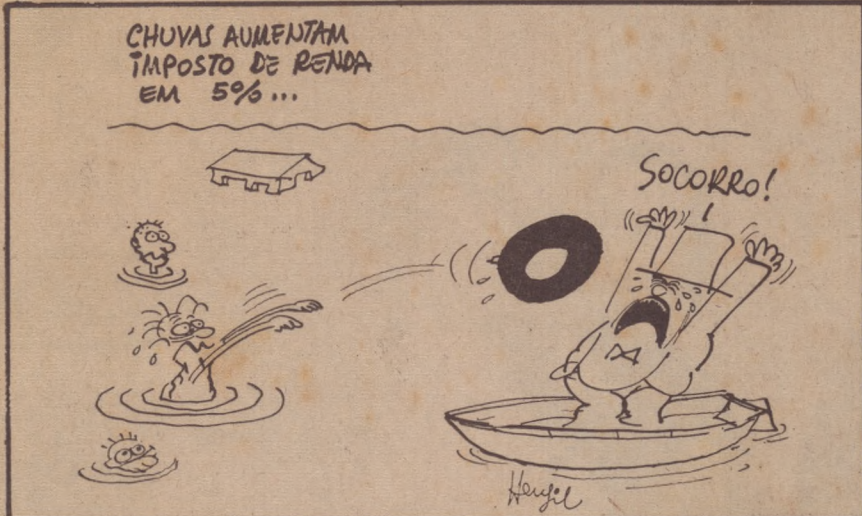
Anual: Cr\$ 600,00

Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior

Anual: US\$ 90,00

Semestral: US\$ 50,00



EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávia Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Allii, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Allii, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marneide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdezer Amorim.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sérgio Papi e Fábio Prado; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudió, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgê da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Leito Santos Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). **Porto Alegre:** (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro:** (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Alvaro Caldas, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Camara, Claudio Cardoso, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Laisos Meireles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarahão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Camara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sergio Sbraglio, Sueli Caldas.

Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adeldo Oliveira, João Henrique Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS — Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira; **Aracaju:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinívio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cicero Correia, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araujo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isac Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva; **Monéya Brauns. Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adeldo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). **Redação:** Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 **Distribuidora** (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua Sete de Abril, 230 - São Paulo - SP.

Anistia abre caminho no Congresso Nacional e João Cunha critica proposta parcial de Figueiredo:

Mão estendida, mas manchada de sangue

Presos políticos

Mais represálias

«Demonstrando o especial interesse dos carcereiros, os próximos e os mais distantes, em nos isolar da vida que se desenrola para além dos muros que nos cercam, renova-se e agrava-se, agora, uma ameaça que de forma alguma poderemos aceitar. Trama-se proibir as visitas que nos fazem amigos e pessoas que nos são solidárias. Só parentes poderiam visitar-nos».

Este trecho faz parte do documento lançado pelos presos políticos de São Paulo, no qual protestam contra esta medida, relacionando-a com os acontecimentos do Dia Nacional de Visitas aos Presos Políticos, quando dezenas de amigos, e personalidades passaram o dia no Presídio de Barro Branco em solidariedade aos que ali cumprem pena. Nesta, algumas personalidades, entre elas o senador Franco Montoro, causou com sua presença no presídio «particular irritação aos Srs. Juizes Auditores».

De acordo com o documento dos presos: «Na semana que antecedeu ao Dia Nacional de Visita aos Presos Políticos, a Direção do Presídio convocou-nos para reiterar a proibição das visitas de personalidades representativas. Diante de nossos protestos, o Diretor esclareceu que a medida não atingiria as pessoas amigas, mas apenas as que tivessem representação. Novamente citou ele o exemplo do senador Franco Montoro e se referiu aos seus quase cinco milhões de votos explicando que, caso tivesse sido ele derrotado nas eleições, poderia visitar-nos normalmente. Mesmo os parlamentares cassados aduziu, poderiam entrar no presídio, desde que não tivessem problemas com a Justiça Militar Assim, pode-se concluir, pelas medidas desses Juizes Auditores, ser uma infelicidade ter mandato popular neste País pois, ao invés de facilitar o acesso às dependências governamentais para possibilitar o exercício amplo do mandato, ele dificulta. O mandato torna-se uma ficha marcada e seus portadores tornam-se suspeitos».

Ainda de acordo com o documento, qualquer pessoa que queira visitar os presos terá que previamente solicitar autorização aos Juizes Auditores, porém, «a prática vem demonstrando que em todos os casos em que isso foi feito a autorização foi negada».

Cárcere privado

Esta semana o preso político, João Bosco Rolemberg, completa 4 anos e 9 meses de prisão — atualmente recolhido na Penitenciária Professor Barreto Campelo, ilha de Itamaracá, Pernambuco — e 1 ano e 9 meses de prisão além da pena que lhe foi imposta pelo regime militar. Esta e a denúncia feita por 8 companheiros seus de prisão.

Segundo estes presos políticos João Bosco sofreu duas condenações. A primeira, de dois anos, na 2ª Auditoria Militar de São Paulo e a segunda, de três anos, na Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada em Recife, «perfazendo uma pena total de cinco anos. Porém, em outubro de 1978, sua pena ficou reduzida aos três anos aplicados pela Auditoria do Recife», de acordo com decreto do Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, tendo cumprido quase dois anos a mais dessa pena, «até o presente momento o alvará de soltura não foi expedido e, o que é pior, não há indicação de intenção da Auditoria em expedir-lo», denuncia a carta enviada, ao presidente do Superior Tribunal Militar, pelos presos políticos.

É evidente, conforme apontam os companheiros de cárcere de João Bosco, que ao negar-se a cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, a Auditoria da 7ª CJM não comete só um abuso de poder e autoridade. Ela incorre em um crime bárbaro e odioso: o de manter João Bosco como refém seu, transformando o presídio da Ilha de Itamaracá num verdadeiro cárcere privado».

Os primeiros dias de funcionamento do novo Congresso Nacional comprovaram que a luta pela anistia conquistou definitivamente o centro das atenções na conjuntura. Ampla, geral e irrestrita, como exige a oposição. Controlada, parcial e excludente, como admite o governo Figueiredo, do alto de sua oratória em vias de tomar posse.

Seja como for, foi o assunto que ocupou as tribunas do Senado e da Câmara Federal com principalidade, num confronto entre emedebistas e arenistas, como uma caixa de ressonância a refletir a intensidade e o alcance que atingiram os movimentos pela anistia em praticamente todos os estados.

A pedra de toque dessa ofensiva foi o comparecimento de diversos movimentos capitaneados pela Executiva Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia na segunda feira ao Congresso Nacional, onde estiveram para entregar um manifesto aos parlamentares e reivindicar a constituição de uma CPI para apurar os atentados aos direitos humanos, e, em especial, a situação dos mortos e desaparecidos, bem como as ocorrências de torturas e suas circunstâncias.

Uma caravana de cem pessoas de vários estados — entre elas o advogado Luiz Eduardo Greenhalg, o físico Mário Schemberg, o jornalista Pompeu de Souza, a professora Elza Berquó e a ex-deputada Ligia Doutel de Andrade, percorreu o gabinete de vários congressistas levando também a proposta de formação de uma frente Parlamentar pela Anistia. (Ver a íntegra do documento abaixo).

Neste dia doze deputados falaram no pinga fogo. O líder do MDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, ao recepcionar a caravana criticou os limites da iniciativa do governo ao formular uma proposta parcial de anistia e anunciou que o partido opositor apresentará duas emendas, uma fazendo voltar ao Congresso o poder de decretar anistia, e outra, em seguida, decretando a anistia ampla geral e irrestrita. No final da tarde, uma faixa foi estendida no Salão com os dizeres «anistia ampla geral e irrestrita», acompanhada por um coro, encenado com os punhos levantados.

Enquanto isso, nos bastidores trava-se uma batalha importante em torno da convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos Direitos Hum-

nos, ou simplesmente, CPI da Tortura, ainda sem solução definitiva até meados da semana.

No partido opositor, os pontos de vista acerca da oportunidade eram bastante divergentes: uns achavam como o senador Orestes Quêrcia que a hora é agora; outros ponderavam que o momento não é o de cutucar a onça com a vara curta e que a CPI poderia prejudicar o «clima de abertura». O senador Paulo Brossard chegou mesmo a propor que apenas um dentre os milhares de casos é que deveria ser alvo das apurações de uma CPI, o do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido e morto anos atrás pela repressão política. Outros, como o senador Orestes Quêrcia recusavam proteções e acreditavam que a hora é agora mesmo, «pois os crimes são inomináveis e não podem ficar em qualquer hipótese sem investigação». Ou como frisou bem o deputado João Cunha, no pinga fogo: «a mão estendida do sr. Figueiredo está manchada de sangue dos que morreram nas prisões e nos porões da ditadura nestes 15 anos. A nação não pode estender sua mão a esta mão estendida, sob pena de manchar de sangue a mão limpa do povo brasileiro».



Formar a frente parlamentar pela anistia

(Uma proposta dos CBAs aos deputados e senadores. A seguir a íntegra do manifesto entregue em Brasília)

No momento em que o Congresso Nacional inicia mais um período legislativo, nós, atingidos pelo regime de exceção e representantes de movimentos pela anistia, dirigimo-nos ao Congresso Nacional e a cada um dos senhores senadores e deputados federais, para trazer-lhes o reclamo do amplo movimento popular que se constituiu em todos os quadrantes do País, a exigir anistia, entendida como parte integrante e indissociável da luta pelas liberdades democráticas — liberdade de expressão, de palavra, de manifestação, de associação e de reunião, de atuação sindical, de greve, de atuação política e de organização partidária.

A anistia que o povo brasileiro exige compreende a soltura de todos os presos políticos, o retorno de todos os exilados, a volta dos cassados à vida pública, a reintegração de todos os demitidos, aposentados e reformados aos cargos e empregos que antes ocupavam e o fim da perseguição a todas as demais vítimas da repressão política.

Vimos convocá-los, a todos. E ao fazê-lo permitiam-nos advertir-lhes de que a luta não será fácil, muito embora inarredável a certeza da sua vitória.

As dificuldades, certamente advirão do regime militar instalado no País em 1964, que já tenta, e mais tentará, frustrar a luta do povo brasileiro, a caminho de sua libertação.

O regime de arbitrio tenta agora nos iludir com falsas promessas de falsa anistia. Não nos deixaremos enganar, porém.

A anistia não deve dividir os verdadeiros democratas no Brasil, e sim, uni-los.

A anistia parcial visa discriminar as vítimas da repressão, quando a luta de todos foi feita pelo mesmo motivo: a falta de liberdade democrática.

O povo brasileiro recusará, portanto, a anistia parcial, como recusou o «pacote de abril», as falsas reformas políticas e todas as outras manipulações do regime, que tentam esconder da Nação sua face verdadeiramente antipopular, antidemocrática e antinacional, para mais uma vez enganá-la.

Os movimentos que lutam por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita são claros:

querem-na para todos os que se opuseram ao regime militar e foram por ele perseguidos, não importando as formas de luta através das quais expressam sua posição.

A anistia pela qual lutamos contrapõe-se aos projetos do regime de um simulacro de anistia, que excluiria os setores da oposição popular que recorreram à luta armada.

O contexto em que alguns setores da oposição se lançaram no caminho da luta armada foi o do cerceamento, pela violência, da atividade política das oposições, da obstrução de todos os canais de organização popular e da institucionalização da repressão policial. Os brasileiros não se esqueceram de que foi o regime instaurado em 1964 que, desde o primeiro momento, tomou a iniciativa da violência contra o povo e as instituições, indefesos.

Não nos esqueceremos das perseguições, das cassações de mandatos eletivos, suspensão de direitos políticos, banimentos, exílios e prisões. Houve torturas, em nível assustador. E mortes. Responsabilidades jamais foram apuradas, numa desalentadora comprovação da cumplicidade oficial com a prática das sevícias e dos assassinatos.

Cabe, assim, assinalar que, ao agitar o espantinho do «terrorismo», os porta-vozes do regime fingem ignorar que o uso do terror alcançou entre nós sua escala máxima por parte dos próprios órgãos do Estado.

Por isso, a anistia que hoje reivindicamos brota dessa base objetiva, que mostra a Nação dividida, prejudicada pela dispensa compulsória da contribuição de tantos filhos capacitados em diversos campos da atividade humana.

Por isso, a anistia que almejamos visa integrar na vida do País todo o contingente marginalizado e perseguido de brasileiros.

Por isso, não vamos aceitar que uma conquista tão importante para o futuro do Brasil, seja desvirtuada por aqueles que visam perpetuar-se no poder, mantendo a divisão entre brasileiros.

Por isso, senhores congressistas, o projeto do Governo, que se anuncia, não prevalecerá!

Nesse sentido, reafirmamos o nosso entendimento de que a anistia pela qual lutamos só virá como uma conquista do movimento popular e democrático, e nunca como resultado de artimanhas do Poder, ou de barganhas políticas que excluam a manifestação soberana da vontade popular.

Tal entendimento não se contrapõe, no entanto, ao reconhecimento da necessidade política de imediata extensão da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita ao terreno parlamentar, como uma via possível para a materialização dessa conquista.

Impõe-se, pois, que o Congresso Nacional assumira uma posição consentânea com o imperativo histórico da urgente decretação da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, cuja eficácia plena, enquanto conquista democrática, supõe a liberdade de organização partidária para todas as correntes de opinião, o fim das torturas e do aparato repressivo, e a defesa e garantia contra a repressão e o arbitrio, para todos os setores da população que lutam por melhores condições de vida e por liberdades democráticas.

Conclamamos, ainda, os senhores congressistas, comprometidos com a conquista da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a inscreverem entre os objetivos imediatos de sua luta a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apure os atentados aos direitos humanos, e, em especial, esclareça a situação dos mortos e desaparecidos, as ocorrências de tortura e suas circunstâncias.

Finalmente, vimos afirmar o apoio dos movimentos que lutam pela anistia à proposta de emenda da constitucional, que devolve ao Poder Legislativo a competência da iniciativa da concessão de anistia, conclamando os integrantes da Frente Parlamentar pela Anistia a lutar, desde já, pela aprovação da referida emenda, passo importante na restauração da dignidade do Poder Legislativo.

Brasília, 5 de março de 1979.



Representantes da anistia no Congresso

O listão dos torturadores

(Prossegue a relação dos acusados de violências contra presos políticos)

À extensa relação de torturadores, funcionários, informantes, alcaides, agentes infiltrados e contribuintes dos órgãos repressivos — em uma palavra, de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram do aparelho de repressão da ditadura militar brasileira, apareceu esse que tem a tortura como ponto central de sua atuação — já apresentada em nossos relatórios anteriores (328 nomes), devem ser acrescentados os seguintes indivíduos:

— **Ademar Costa**, policial integrante do Esquadrão da Morte de São Paulo.
— **Adil de Tal**, jagunço da CODEARA (Cia de Desenvolvimento do Araguaia), responsável por violências em Santa Terezinha, MT, 1972, tendo como vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **Adolpho Lindenberg**, empresário paulista, financiador, e membro de seu Conselho Nacional, da «Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedades» (TFP).
— **Almeida** (seu provável nome legal é Maurício), soldado da PM, agora auxiliar de tortura da Equipe C do CODI/DOI de São Paulo.
— **Andres Lecaros**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Amílcar Louzans**, funcionário do DEOPS de São Paulo.
— **Antonio Augusto Lisboa Miranda**, membro do Conselho Nacional da TFP.
— **Antonio Erasmo Dias**, coronel de Exército, reformado, atual Secretário da Segurança Pública de São Paulo, participou pessoalmente da repressão e torturas aos guerrilheiros e populares do Vale do Ribeira-SP, em 1970; no ano de 1974, já como Secretário de Segurança, participou de interrogatórios a presos políticos no DEOPS-SP.

— **Antonio Lara Manguiera**, funcionário do DEOPS-SP.
— **Antonio Luis Rodrigues**, funcionário do DEOPS-SP.
— **Antonio Pereira Gomes**, policial do DEOPS-SP, participou do fuzilamento de Carlos Marighella, ocupando, na operação de cerco ao dirigente revolucionário, o mesmo veículo que os policiais João Carlos Tralli, Luiz Zampollo, Gumercindo João de Oliveira, Tokioki Nakahara e Djalma Oliveira da Silva.

— **Antonio Valverde**, policial integrante do «Esquadrão da Morte», de SP.
— **Armando Cardoso de Souza**, jagunço da CODEARA, responsável por violências em Sta. Terezinha, MT, 1972, tendo como vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.
— **Arduvino Barbosa**, coronel, responsável por torturas ao escritor Roberto Freire e por outras violências durante o VII Festival Internacional da Canção — FIC — Rio, 1972.

— **Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira**, membro do Conselho Nacional da TFP.
— **Ari Oliveira**, oficial da reserva da Marinha, ex-sub-chefe do CENIMAR, provável secretário da segurança e informação do governo Antonio C. Ronder Reis, diretor de Santa Catarina.
— **Astrojildo Pereira**, diretor do DOPS do Estado do Piauí de 1969 a 1970.

— **Benedito Antonio da Silva**, policial do DEOPS-SP, equipe do delegado-marginal Sérgio Paranhos Fleury.

— **Benedito Caetano** — Funcionário do DEOPS-SP.

— **Bertrand de Orleans e Bragança**, membro do Conselho Nacional da TFP.
— **Carlos Alberto Augusto**, funcionário do DEOPS-SP.

— **Carlos Ribeiro**, jagunço da CODEARA, responsável por violências em Sta. Terezinha, MT, 1972, sendo vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **«Chano» ou «Alexandre»**, soldado da PM, Equipe B, do CODI/DOI-SP.
— **«Chibua»**, soldado PM, da Equipe C do CODI/DOI-SP.

— **«Cláudio»**, do CODI/DOI-SP, setor de análises.

— **David Hazan**, delegado do DOPS de Minas Gerais.

— **«Derz»**, soldado da PM, da Equipe A do CODI/DOI-SP.
— **Diniz**, vulgo «Quincas», soldado PM do CODI/DOI-SP; atualmente, à paisana, é auxiliar de carceragem e de interrogatório da Equipe C.

— **Djalma Oliveira da Silva**, policial militar a serviço do DEOPS-SP; participou do cerco e assassinato de Carlos Marighella, ocupando o mesmo veículo que Antonio Pereira Gomes, João Carlos Tralli, Luiz Zampollo, Gumercindo João de Oliveira, Tokioki Nakahara.

— **«Duroka»**, policial do Departamento de Polícia Federal, DPF, torturador da Equipe A do CODI/DOI-SP.

— **Eduardo de Barros Brotero**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Edward Quass**, delegado do DEOPS-SP.

— **Egmont Bastos**, ocupando o cargo de Secretário da Segurança de Pernambuco, realizou repressão a camponeses na Zona da Mata.

— **Emílio Dantas de Oliveira**, coronel, delegado regional do DDF na Guanabara.

— **Filiza de Castro**, coronel de Exército, ex-chefe do Centro de Informações do Exército (CIE).

— **Flávio Cavalcanti**, apresentador de programas de televisão, informante dos órgãos repressivos, particularmente junto aos meios artísticos. Intimamente ligado ao cantor Wilson Simonal.

— **Flávio Hugo Lima da Rocha**, coronel, ex-chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército, São Paulo.

— **Freitas**, general, delegado regional do EPF, Guanabara, em 1969, coordenou as investigações sobre o sequestro do embaixador norte-americano Charles B. Ellbrick.

— **Gabriel**, soldado PM, do CODI/DOI-SP; atualmente à paisana, é auxiliar de carceragem e de interrogatório da Equipe C.

— **Gilberto Alves da Cunha**, delegado do DEOPS-SP.

— **Gumercindo João de Oliveira**, policial do DEOPS-SP, participou da emboscada e assassinato de Carlos Marighella, ocupando o mesmo veículo que Antonio Pereira Gomes, Djalma Oliveira da Silva, João Carlos Tralli, Luiz Zampollo, Tokioki Nakahara.

— **Haydén Bates Saraiva**, policial torturador, DOPS de Minas Gerais.

— **Homero**, capitão, chefe da Equipe C do CODI/DOI-SP. (Não deve ser confundido com o capitão de Exército Homero Cesar Machado

citado em relatórios anteriores).

— **Humberto de Matos**, detetive da delegacia da Invernada do Olaria, Guanabara, local onde foi torturada e assassinada a militante antifascista Aurora Maria Nascimento Furtado.

— **Idelfonso Haidalg Martins**, investigador do DEOPS-SP.

— **Haroldes Alvarenga de Moraes**, funcionário do DEOPS-SP.

— **Jair Gonçalves da Mota**, vulgo «Capitão», funcionário da Rede Ferroviária Federal, prestou serviço no DOPS-GB; Torturou Rafael Viviani, ex-empregado de Wilson Simonal, em agosto de 1971.

— **Jamiro**, cabo, CODI/DOI-Distrito Federal.

— **«Dr. Jesus»**, policial do DPF, Goiânia, a partir de 1969.

— **«João»**, soldado PM, da Equipe A do CODI/DOI-SP.

— **João Lopes**, policial do DEOPS-SP; participou do cerco a Carlos Marighella, no mesmo veículo em que estavam Sérgio Paranhos Fleury, Stela Borges Morato e Ana Tereza Leite.

— **João Sampaio Neto**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Jorge Haddad**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Jorge Tavares**, toxicômano, envolvido com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e DOPS-PE; foi acusado de participar da tortura e assassinato do padre Henrique Pereira Neto, Recife, 1969.

— **José Anselmo dos Santos** — (cabo Anselmo), ex-marineiro, agente policial que se infiltrou em organizações revolucionárias; é responsável pelo assassinato de pelo menos doze combatentes antifascistas.

— **José Barros Paes**, coronel, chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército.

— **José Carlos Castilho de Andrade**, diretor do periódico «Catolicismo» e membro do Conselho Nacional da TFP.

— **José Correa dos Santos**, funcionário do DEOPS-SP.

— **José Cruz**, funcionário do DEOPS-SP.

— **José Dina Lopes**, ex-secretário da Segurança Pública de Espírito Santo e irmão do governador na época; vinculado ao «Esquadrão da Morte» capitãba.

— **José Ferreira Gonçalves**, policial torturador do DOPS-Minas Gerais.

— **José Ferreira Silva**, jagunço da CODEARA, responsável por violências em Santa Terezinha, MT, 1972, sendo vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **José Gonzaga Arruda**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **José Miranda**, investigador do DOPS-PE; em 1969 esteve envolvido no assassinato de padre Henrique Pereira Neto.

— **José Silveira**, gerente da CODEARA, responsável por violências em Sta. Terezinha, MT, 1972, sendo vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **José Timóteo**, policial do DOPS-PE, assassinou camponeses do Engenho Marapiruma, Escada, Pernambuco, em 05/11/1972.

— **Júlio Vieira de Melo**, policial do DOPS-PE, assassinou camponeses do Engenho Matapiruma, Escada, PE, em 05/11/1972.

— **«Lucas»**, torturador da Equipe A do CODI/DOI-SP.

«A monstruosa máquina repressiva com sua estrutura complexa e onipresente e com suas apuradas técnicas de tortura, difundindo pela pátria brasileira o mais medieval terror — não se movimenta sozinha. Necessita de homens que acionem seu mecanismo e garantam o funcionamento das peças de sua engrenagem. E homens que renegam, dia após dia, sua condição humana».

— **Luis Lióti**, motorista do alcaide Wilson Simonal, cantor; participou da aplicação de torturas a Rafael Viviani.

— **Luís Miranda Filho**, destacado torturador do CODI/DOI-PE; comandou as torturas infligidas ao jornalista norte-americano Frederic B. Morris.

— **Luís Zampollo** — policial do DEOPS-SP, participou do cerco e assassinato de Carlos Marighella, ocupando um veículo com Antonio Pereira Gomes, João Carlos Tralli, Gumercindo João de Oliveira, Tokioki Nakahara e Djalma Oliveira da Silva.

— **Manoel Alves do Nascimento**, funcionário do CODI/DOI-SP;

— **Manoni de Souza Pinto**, assessor de imprensa da TFP seção paulista.

— **Marcos Paranhos Fleury**, investigador, irmão do delegado marginal Sérgio Paranhos Fleury.

— **Martins**, cabo, CODI/DOI-Distrito Federal.

— **Mezari**, coronel chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do IV Exército, PE responsável pela prisão e tortura de Frederic B. Morris.

— **Michel Maurício**, envolvido na tortura e assassinato do padre Henrique Pereira Neto.

— **Miguel José de Oliveira**, policial do DEOPS-SP, da equipe do delegado-marginal Sérgio Paranhos Fleury.

— **Mishura**, soldado PM da Equipe B do CODI/DOI-SP.

— **Moacir Couto**, capitão-PM, responsável por violências em Sta. Terezinha, MT, 1972, sendo vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **Moacir Sales**, delegado, atual diretor do DOPS-PE, responsável pela prisão, tortura e assassinato do padre Henrique Pereira Neto, em 1969, quando era chefe de equipe.

— **Nazareno**, torturador, atua no 10º BC, Goiânia.

— **Neidivaldo de Carvalho**, policial do DEOPS-SP.

— **«Dr. Noburo»**, nissei, gordo, usa cavanhaque, torturador da equipe B do CODI/DOI-SP.

— **Nogueira**, sargento, atua no Pelotão de Investigações Criminas — PIC, Distrito Federal.

— **Nonato de Tal**, jagunço da CODEARA, responsável por violências em Sta. Terezinha, MT, 1972, sendo vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **Odilon Ribeiro de Campos Filho (ou Junior)**, investigador do DEOPS-SP, filho de Odilon Ribeiro, ex-diretor do DEOPS, já citado no relatório de 2º Reunido.

— **Orlando Tril Pereira**, coronel-PM, ligado ao CODI /DOI-SP.

— **«Dr. Paulo»**, capitão (provavelmente da Aeronáutica), nissei, torturador, chefe da equipe A do CODI/DOI-SP.

— **Paulo Barros de Ullóba Cintra**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Paulo Corrêa de Brito Filho**, professor, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Pedro**, vulgo «Toninho», soldado PM, carcereiro substituto do CODI/DOI-SP, auxiliou na aplicação de tortura.

— **Pedro Bezerra**, envolvido na tortura e assassinato do padre Henrique Pereira Neto.

— **«Lucas»**, torturador da Equipe A do CODI/DOI-SP.

sinou camponeses do Engenho Matapiruma, Escada, Pernambuco, em 05/11/1972.

— **Perciliano de Oliveira** jagunço da CODEARA, responsável por violências em Santa Terezinha, MT, 1972, sendo vítimas camponeses e religiosos da Prelazia de São Félix, entre eles o padre Francisco Jentel.

— **Plínio Corrêa de Oliveira**, professor, presidente do Conselho Nacional de TFP.

— **Plínio Vidigal Xavier da Silveira**, membro do Conselho Nacional da TFP.

— **Rogério Matos do Nascimento**, toxicômano, informante do DOPS-PE, membro do CCC, envolvido na tortura e assassinato do padre Henrique Pereira Neto, Pernambuco, 1969.

— **«Romaldo»**, torturador da Equipe B do CODI/DOI-SP.

— **Rossi**, vulgo «Luís», soldado PM da Equipe B do CODI/DOI-SP.

— **Samuel**, vulgo «Samuca» ou «Benjamim», soldado PM, carcereiro da Equipe A do CODI/DOI-SP.

— **«Samuel»**, tenente, torturador, ingressou na Equipe B do CODI/DOI-SP, em janeiro de 1974.

— **Sebastião dos Santos**, policial do DOPS-PE, assassinou camponeses do Engenho Matapiruma, Escada, PE, em 05/11/1972.

— **Sodrê**, soldado PM da equipe B do CODI/DOI-SP.

— **Thomaz Garcia**, funcionário do DEOPS-SP.

— **Tokioki Nakahara**, policial do DEOPS-SP, participou do cerco e assassinato de Carlos Marighella, estando no mesmo veículo que Antonio Pereira Gomes, João Carlos Tralli, Luiz Zampollo, Gumercindo João de Oliveira e Djalma Oliveira da Silva.

— **«Tomate»**, soldado PM da Equipe B do CODI/DOI-SP, auxiliou aplicação de torturas.

— **«Turco» ou «Pedro»**, soldado PM da Equipe A do CODI/DOI-SP.

— **«Valério»**, soldado PM da Equipe A do CODI/DOI-SP.

— **Valter dos Santos**, funcionário do DEOPS-SP.

— **Vanildo Galvão**, bispo da Igreja Católica Brasileira, dirigente da organização fascista, similar da TFP, «Patrulha Nacional Cristã», sediada em Macéio, Alagoas.

— **Varejão**, investigador do DOPS-PE, envolvido na tortura e assassinato do padre Henrique Pereira Neto.

— **Wilson de Queirós Garcia**, inspetor do DPF-GB.

Por outro lado, estavam incompletos alguns dos dados e/ou nomes apresentados nas relações inseridas nos dois relatórios anteriores. Hoje podemos apresentá-los de modo mais completo:

— **Alcides Paranhos Junior**, policial do DEOPS-SP, trabalha com seu primo, o delegado marginal Sérgio P. Fleury.

— **Amador Navarro Para**, vulgo «Parrinha», DEOPS-SP, da equipe do delegado marginal Sérgio P. Fleury.

— **Carloz**, vulgo «Mário», sargento do Exército, torturador da Equipe C do CODI/DOI-SP, ex-chefe da equipe de busca, de cor preta.

— **Deusdedit Neves Brasil**, funcionário do

DEOPS-SP, participou do assassinato de Carlos Marighella.

— **Firminiano Pacheco Neto**, delegado adjunto do DEOPS-SP.

— **Francisco Antonio Coutinho da Silva**, agora major PM, antigo capitão PM «Coutinho» da «Operação Bandeirantes» (atual CODI/DOI-SP), posteriormente elevado ao posto de comandante da Polícia Rodoviária paulista.

— **Henrique Perroul**, do DEOPS-SP, investigador chefe da equipe do delegado marginal Sérgio P. Fleury.

— **José Carmargo Correia Filho** vulgo «Campos», DEOPS-SP, da equipe do delegado marginal Sérgio P. Fleury.

— **José Xavier Bonfim**, policial do DPF, atua em Goiânia, ligado à 2ª Seção do 10º BC; um dos responsáveis pela morte de Ismael S. de Jesus.

— **Rubens de Sousa Pacheco**, investigador do DEOPS-SP, chefe de equipe, participou do assassinato de Carlos Marighella.

— **Sérgio Andrade Guedes**, informante do DOPS-GB, torturou Rafael Viviani em 1971, auxiliando o cantor Wilson Simonal.

— **Sérgio dos Santos Lima**, capitão de Exército, 10º BC, Goiânia.

Além disso, no período posterior à nossa 2ª Reunião Anual, o agora major de Exército Daimo Luis Cirilo (no relatório anterior seu nome era precedido da patente de capitão) substituiu o major de Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra no comando do CODI/DOI de São Paulo e adotou a alcunha de «major Hermenegildo». (Anteriormente, já usara os nomes de capitão Garcia e «dr. Lucio».)

Finalmente cabe acrescentar que a policial Ana Tereza Leite, citada no relatório da 2ª Reunião (apenas como Ana Tereza), participou do cerco ao comandante revolucionário Carlos Marighella, tendo permanecido no veículo onde estavam o delegado-marginal Sérgio P. Fleury, a investigadora Stela Borges Morato e o policial João Lopes.

No pau, Manoel da Conceição

O sindicalista da zona rural do Maranhão, hoje exilado em Genebra, relata o que sofreu nas mãos dos torturadores. E também como foi chamado para fazer uma conferência sobre suas concepções para uns 15 policiais e lançou as convicções de um deles.

Depoimento a Eliezer Rizzo e Maria Moraes

Na minha última prisão, em 1972, fui pego no Maranhão por jagunços e policiais, acusado de ser bandido e ladrão. Quando chego na delegacia o povo disse que não, que não era o soldado que tinha me prendido ficou tão assustado quando soube a minha identidade que o rifle caiu da sua mão. Foi o delegado que apanhou o rifle. O cara ficou amarelo. Naquele tempo eu era um terror para esses caras. Tinha fama de ser cara que não se entrega, que se defende até o último cartucho. Morre e não se entrega.

Ai fui para a delegacia de Pindaré-Mirim. Tudo quanto era filho da p da região — grande fazendeiros, comerciantes, banqueiros — veio dizer piada, etc. Ai fui para São Luis, entregue ao DOPS. Me jogaram numa cela de prisioneiros comuns. No outro dia para o Exército. Lá começaram a me fazer milhões de acusações. Depois de um mês fui enviado para o Rio de Janeiro. As quatro horas da manhã, raptado, de surpresa. Não estava sabendo de nada. De repente, Polícia Federal mais Aeronáutica, bota no avião e me levam para o Rio.

Lá comeci a me dar conta da estrutura de torturadores que há dentro do Exército. Passei por vários exércitos, CODI, o setor clandestino... Depois de quase quatro meses de torturas, tive quase morto, fui hospitalizado 6 vezes, soro da verdade, alarido, assombração

O pacificador das oposições



De volta da Europa, depois de vários dias de conchavos pacificadores com Brizola, Arraes e outros exilados, o ex-Ministro do Trabalho de Jango, Almino Afonso traz novidades: o «Partido Socialista» já era, agora é fortalecer os autênticos dentro do MDB através de uma «Corrente Popular», que prepararia desde já o surgimento de um futuro «Partido Popular».

Por Jorge Baptista

A ofensiva de Leonel Brizola e seus seguidores no Brasil, no sentido da recriação do PTB, deverá entrar em ciclo de marcha lenta — ou mesmo refrear-se — nos próximos dias, apesar do oureço de Ivete Vargas. De outro lado, o pudor de Miguel Arraes em falar de novos partidos optando pela tese de uma tal Frente Popular com o MDB, deverá também alterar-se em breve, dada a disposição do ex-governador em (pelo menos) debater a reorganização partidária desde já.

Finalmente: deverá de vez, sumir de cena a tese de construção de um Partido Socialista — PS —, na atual conjuntura; tese esta supostamente defendida pelo ex-Ministro do Trabalho Almino Afonso.

Tais conclusões, embora polémicas, podem ser tomadas como o resultado-resumo da recente viagem de Almino Afonso e Portugal e França, onde cruzou e dialogou intensamente com Brizola e Arraes, a fim de amarrar um caminho de unidade imediata das oposições brasileiras. Na última segunda-feira, dia 5, numa entrevista coletiva em São Paulo, o ex-Ministro — transformado agora numa espécie de chanceler da oposição que se pretende popular — dava um balanço de sua volta ao mundo. Enfim, Arraes, Brizola e o próprio Almino, graças a interferência deste, acertaram os pontos para atuação imediata, via MDB, sem prejuízo das diferenças entre uns e outros.

Eis os termos da «unidade na diversidade», segundo Almino: — entrar todos para o MDB; consolidar no MDB uma Corrente Popular; colocar na ordem-dia o debate sobre novos partidos tendo em mira a construção de um Partido Popular (quando der e vier). Questão de honra agora, seriam as «idéias-força» — ou conteúdo — desse Partido Popular, e

não sua sigla (que Brizola insiste em que seja PTB). A sigla ficaria para deliberação no congresso de fundação do partido, onde — na certa — várias propostas estarão na mesa. O conteúdo teria as seguintes marcas: — compromisso com as lutas das classes assalariadas; — rigor na democracia interna; — articulação da questão democrática com a questão social, o que implica em ter hoje como principal a luta contra o regime ditatorial tendo — desde logo — no horizonte a transformação da sociedade (detalhes abaixo).

Na prática, contudo, essa teoria da unidade entre o que hoje representam Almino, Arraes e Brizola, pode ficar limitada a alguns discursos; pode tropeçar em suas próprias pernas. Seja como for, diz Almino, «o casamento vale a pena, vale a tentativa, pois se não der certo, o divórcio está aí, por que não?». Um exemplo de fricção entre Brizola, de um lado, e Almino-Arraes de outro: aquele admite o ingresso no MDB, mas como Corrente Trabalhista, para ir já faturando a afirmação da sigla PTB. Os dois últimos se identificam de fato na Corrente Popular, que incluiria — além da esquerda do trabalho —, os cristãos de esquerda (igreja progressista), os socialistas e outras tantas tendências do campo popular. Brizola, então, toparia mesmo a Corrente Popular? Ou insistirá na Corrente trabalhista? Veremos.

Enquanto isso, Almino Afonso, apoiado ao que tudo indica — pelo suplente de senador Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, por destacadas lideranças sindicais em São Paulo, prepara os termos de uma entrada no MDB. Na próxima semana, quando muito na outra, a Corrente Popular, proposta para atuação dentro e fora do MDB, enquanto primeiro, passa para a criação de um (futuro) Partido Popular, deverá ser melhor definida — de público —, através de declaração em carta aberta a ser assinada, entre outros, pelo ex-Ministro do Trabalho.

O que é a “Corrente Popular”?

A seguir, os tópicos principais da entrevista de Almino Afonso, dando um balanço de seu encontro com Arraes e Brizola.

Os tópicos foram redigidos de próprio punho pelo ex-Ministro do Trabalho exclusivo para EM TEMPO:

• Das conversações que mantive com os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, em Lisboa e Paris, resulta clara a concordância de todos nós em preservar a unidade das oposições na luta pela restauração das instituições democráticas, unidade esta que se deve expressar através do MDB até que as condições políticas aconselhem outras opções.

• Nesse sentido, a integração de todos nós no MDB (tão logo isto seja possível, conforme cada caso) é uma consequência lógica. Parece-nos, entretanto, necessário que o MDB não se mantenha enclausurado no Parlamento, mas — ao contrário — que participe das lutas sociais e políticas que estão se verificando na sociedade, porque delas depende, em última instância, a amplitude do processo de democratização que está em marcha.

CORRENTE POPULAR

• Considerando-se que o MDB (pela sua própria natureza de frente das oposições) é composto de tendências políticas diversas, num amplo espectro que vai do centro à esquerda, consideramos da maior importância o fortalecimento da Corrente Popular no interior do MDB, marcada até hoje pela presença dos chamados «autênticos».

• Essa Corrente Popular deve ser a resultante da participação efetiva de trabalhadores, socialistas, cristãos de esquerda e outras tendências populares, e o seu objetivo é lograr dar ênfase à defesa dos interesses sociais das grandes massas e à defesa dos interesses nacionais em face da internacionalização crescente de nossa economia.

• Para ilustrar o que fica dito, destaco o justificado receio que todos temos de que o governo de João Baptista Figueiredo, já nos primeiros meses, por um lado

amplie as franquias democráticas e, por outro, acentue a dependência nacional através de concessões ao capital estrangeiro, que possam atingir de fato até a Petrobrás.

• Quero deixar claro que, quando se defende a consolidação de uma Corrente Popular no interior do MDB, não se está pensando em algo que se expresse organicamente. Ou seja, não se trata de um partido dentro de um partido. E tão só a busca da sistematização de posições políticas que se identificam pelas suas bases populares.

• Em torno desses pontos básicos, há uma concordância absoluta, e estou seguro de que ela se traduzirá em fatos o mais breve possível.

PARTIDO POPULAR

• Como tudo isso se harmoniza com a problemática da formação de novos partidos? Já ficou dito que a fundação de novos partidos dependerá da análise da conjuntura política. Isso, entretanto, não significa que o debate deva ser silenciado. A unidade das oposições, que todos queremos ver fortalecida no interior do MDB, não pode ser uma camisa de força. Ao contrário, é necessário, ir delineando os rumos de uma alternativa partidária no bojo das lutas que

serão travadas sob a legenda do MDB. Estamos vivendo uma fase de transição; é preciso saber, a um só tempo, continuar as lutas pela restauração democrática e estender a ponte para o futuro.

• Devo dizer que, depois de longas conversações com Brizola e Arraes, há uma grande identidade de opinião sobre o que deve ser esse futuro Partido Popular. Ou seja, em resumo, um partido que represente os assalariados (operário, camponês, funcionários públicos, bancários, profissionais, etc); que seja democrático em sua estrutura interna e em seus valores básicos; e que tenha como horizonte histórico a construção de uma sociedade socialista democrática. Na formação desse partido devem concorrer os trabalhistas, os socialistas, os cristãos de esquerda e outras correntes populares. E, na assembleia de fundação, em seu momento oportuno, livremente se fixarão os rumos mais preciosos, inclusive a legenda do partido.

• Está claro que, para Brizola, um partido com essas características deve chamar-se PTB. É natural que, desde já, se propagandeie essa solução. O importante é que todos sejamos partes legítimas no debate e na formação partidária.

Entrismo: no PTB ou pelo cano?

A esquerda entrar no PTB julgando assim se aproximar das massas, é como a UDN antiga apoiar o Jânio em busca de apelo popular «É puro entrismo, é besteira», afirma em entrevista o professor Francisco Weffort autor de vários livros sobre o populismo no Brasil.

Por Flávio Andrade

— Recentemente têm surgido opiniões de alguns intelectuais ligados à rearticulação do PTB, apontando que a crítica que você, entre outros, teria feito ao populismo do período pré-64 é injusta, igualando o popular ao populista, e no fundo, movida por um ranço udenista. Qual a sua opinião diante destas críticas da crítica ao populismo?

— Não creio que a crítica ao populismo envolva um rechaço do popular em conjunto; pelo menos a crítica feita pela ótica da esquerda. A crítica udenista ao populismo é eminentemente moralista, centrando-se na corrupção, no mar de lama. Já a crítica da esquerda incide sobretudo na questão da dependência do movimento operário frente às lideranças populistas num primeiro momento, e ao governo num segundo, quando Jango vai ao poder. Portanto são coisas inteiramente diferentes.

— Os trabalhistas alegam que é necessário fazer uma revisão do período. Que ao jogar-se fora a água (o populismo) foi junto a criança (o povo) restando portanto uma visão elitista e purista do que é a luta de classes...

— É difícil avaliar bem este tipo de crítica que eles fazem. Até agora eu não vi nada de mais articulado nesta linha. Eu tenho ouvido aqui e acolá opiniões de um ou outro, mas não chegam a constituir uma interpretação clara e alternativa dos movimentos populares do pré-64. E do ponto de vista da análise estrita, não vejo o que estas opiniões podem trazer de novo.

Assim, o que podemos fazer é esperar pelas elaborações, talvez em curso, para um debate mais aprofundado.

— Estas opiniões dos trabalhistas, no entanto, têm uma clara intenção de limpar o campo para a entrada em cena do PTB. Como você vê esta relação?

— Não vejo que haja uma relação necessária entre a revisão teórica da crítica ao populismo e o relançamento do PTB. Há muitos petebistas que se dizem herdeiros do passado, mas não de tudo deste passado. Brizola, por exemplo, fala dos vícios do passado que seria necessário superar. E com ele, vários trabalhistas falam já de um PTB renovado. Até mesmo quando se fala da carta testamento de Getúlio, há que se especificar de qual Getúlio se fala. O Getúlio do Estado Novo é diferente daquele da carta. Quando se menciona o teor antiimperialista da carta, podemos tomá-la sobretudo pelo seu componente de luta nacionalista popular, e tenho a impressão de que esta questão é importante atualmente tanto para os trabalhistas como para os socialistas.

Assim, falar da carta neste sentido então há atualidade. Agora, se se toma a carta no sentido da ideologia nacionalista, dentro de um projeto de desenvolvimento em aliança com a burguesia nacional, então, aí, o tema é outro, deslizando-se da temática nacional para um campo onde o nacionalismo se torna muito discutível. E nesta segunda acepção ou não vejo nenhuma renovação.

O QUE É O TRABALHISMO «RENOVADO»

— Os trabalhistas não estariam tentando resgatar das experiências de lutas

populares do pré-64, justamente este componente de alianças entre classes, incluindo a burguesia, com o qual Brizola está agora acenando, mesmo neste seu PTB mais renovado?

— Seria necessário esperar maiores precisões nesta questão. Alguns trabalhistas de fato insistem nesta aliança com a burguesia nacional, reincidindo nos erros do passado. Entretanto, que não vejo como a burguesia atualmente poderia se interessar por este tipo de partido; não há nenhum indicador de que a burguesia enquanto tal esteja interessada em participar de um partido deste tipo. E isto, aliás é ótimo. Mas por outro lado, vários trabalhistas ainda não definiram claramente o que entendem por trabalhismo hoje, nem o que pretendem. Assim, eu não excluo a possibilidade de que os trabalhistas deixem cair o mito da burguesia nacional, sem que por isto tenham que se definir como não trabalhistas, ou seja socialistas.

— Você então acha possível um trabalhismo sem burguesia nacional de um lado, e sem o socialismo de outro? Um trabalhismo «novo», diríamos?

— Acho que nas condições do Brasil atual é possível uma concepção de luta popular por melhores salários, condições de trabalho e emprego, redistribuição de renda e demais direitos sociais, que seja trabalhista neste sentido de uma resposta imediata às reivindicações políticas e materiais da classe trabalhadora, e que não seja necessariamente socialista. A não ser que entendamos por socialismo algo excessivamente amplo e vago. Neste caso, o trabalhismo é um horizonte de luta popular onde as questões que afetam de modo mais imediato aos trabalhadores não colocam uma transformação da sociedade a nível das relações de produção e da estrutura de poder.

— Mas é possível existir algo desta natureza de modo mais duradouro, e não como uma mera frente transitória para tarefas táticas?

— Sim, porque o que articula a permanência de um partido não é necessariamente a sua proposta de objetivo final, mas a capacidade de, na situação presente, articular as demandas de determinados setores sociais. E a sociedade brasileira,

altamente hierárquica e rígida tem não somente o estado como também a própria sociedade, autoritários. As distorções sociais entre os vários setores são enormes. Assim, há uma gama de setores sociais que na luta pela democratização podem se definir ou não pelo socialismo. Não que eu pessoalmente seja favorável a este trabalhismo, mas ele é possível. Enfim, creio que é possível um trabalhismo «renovado», como afirmo acima; e se o que vier a ocorrer for um trabalhismo do passado, aí sim será lamentável, não somente para os trabalhistas mas para toda a oposição.

QUEM SÃO OS «UDENISTAS»?

— Já que é possível este trabalhismo «novo», falando dele não se deveria então dar razão política àqueles setores da esquerda que agora começam a cortejar o PTB como o melhor caminho se se articularem junto às massas? E que, coincidentemente são os mesmos críticos da crítica ao populismo de que falávamos?

— Do mesmo modo que o trabalhismo, a esquerda também tem que se renovar. No meu caso, entrando ou não no PTB de Brizola, eu preferiria que ele fosse novo. Se ele não for capaz de renovar, é então por que algo vai mal não só com o trabalhismo mas com todos nós. Um exemplo está na Argentina: toda a esquerda cantou em prosa e verso a volta de Peron. E daí? Todos vimos no que deu...

Na verdade é este tipo de esquerda que raciocina como a UDN antiga. O lema «associarmos ao trabalhismo para irmos ao povo», é a mesma coisa que a UDN faz quando resolve ir até Jânio e apoiá-lo. Raciocinam como se fossem uma elite esclarecida, iluminada, que sabe o que o povo quer. É puro entrismo, é pura besteira, já comprovado na experiência histórica de alguns trotskistas, dos montoneros, e dos udenistas em condições diferentes, porém todas fracassadas. Agora, para o trabalhismo, estas posições da esquerda não pesam nada. O fundamental para o PTB é ver como ele se define diante da burguesia nacional. E a questão relevante da esquerda é outra: como formular uma política que leva a uma aproximação efetiva com as classes populares.

Diretas já: ato público dia 12

«O MDB autêntico quer eleições diretas nas capitais agora, assegurou ao EM TEMPO o deputado Eduardo Suplicy, membro da bancada oposicionista na Assembleia Legislativa de São Paulo. Rebatia com isso a possibilidade de que a emenda Mauro Benevides fixasse as eleições diretas somente para 1982, como forma de torná-la viável, facilitando sua aprovação no Congresso Nacional.

Enquanto o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre, desmentia categoricamente essa possibilidade — «as eleições, caso a emenda seja aprovada, saem ainda este ano», afirmou — a comissão coordenadora da campanha pelas eleições diretas, em São Paulo concluiu os preparativos para o ato público de lançamento oficial da campanha, a ser realizado no próximo dia 12, segunda-feira, no saguão da Câmara dos Vereadores da Capital.

Além da cúpula do MDB, os organizadores do ato público aguardam a presença do senhor dissidente arenista, Teotônio Vilela e do próprio autor da emenda, senador Mauro Benevides. Durante a concentração estão previstos discursos de representantes de associações de base, dos comitês femininos pela anistia, dos diretórios distritais do MDB, e do presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inacio da Silva, representando os trabalhadores.

ASSINATURAS

Na verdade, a campanha pelas diretas foi antecipada pelo início de coleta de assinaturas junto à população da capital, a serem dirigidas ao Congresso Nacional em apoio à emenda. Lançada inicialmente no Bairro de Santo Amaro, foi estendida a outras regiões da cidade. Em

pouco mais de uma semana, segundo os organizadores, já recebeu a adesão do mais de 80 mil pessoas, o que é considerado uma demonstração de apoio popular à volta das diretas nas capitais.

Como parte da mobilização a Comissão Organizadora aprovou, ainda uma proposta do professor Plínio de Arruda Sampaio que prevê uma ampla consulta junto à população para a formulação de um plano de governo de mais interesse às camadas populares. «Se conseguirmos o pronto restabelecimento das diretas, melhor, explicou Arruda Sampaio. No entanto, caso isso não seja possível, teremos condições de exigir do futuro prefeito, mesmo que indicado pelo atual governador, que ouça as reivindicações do paulistanos».

Segundo a proposta, os três deputados estaduais e federais, mais votados em cada bairro, deveriam voltar às suas bases, promovendo encontros com as entidades representativas de cada lugar (sociedades de amigos de bairro, diretorias do MDB, líderes religiosos, etc), onde cada um desses setores exporia as necessidades do bairro e da cidade. Esse processo, segundo Plínio de Arruda Sampaio, permitiria que se estabelecesse elenco de prioridades a serem atendidas pelo futuro prefeito, ao mesmo tempo em que provocaria o que ele chama de «relegitimação dos mandatos parlamentares».

Essa prática de retorno às bases permitiria, conforme Sampaio, o rompimento com a velha prática elitista característica da maioria dos políticos, que só voltam à elas nos períodos eleitorais, ignorando até os próprios diretores do seu partido, hoje pouco mais do que meros escritórios eleitorais.

Casa limpa, sorriso nos lábios

Trocando em míodos todas as recentes declarações do futuro ministro da Educação, sr. Eduardo Portella, concluímos que haverá muita farândula, muita festa e muita retórica de democracia e abertura; talvez tenha até alguma verba. Pintar a fachada dá trabalho

Por Flávio Aguiar

No saco de gatos que é o ministério Figueiredo, há um que é positivamente pardo: o (futuro) ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella. Sua chegada lá representa a «consagração», em termos de ministério, do pensamento tecnocrático multiplicado a tranços e barrancos no país depois de 1964 e particularmente depois de 1968. Mas isto não explica tudo: do Ministério da Educação e Cultura se espera mais do que tecnocracia. Vale a pena recordar: no governo Geisel foi antes de tudo Nei Braga, então ministro, quem primeiro vestiu a camisa da distensão e saiu por aí a encontrar intelectuais, cineastas, a clamar um crescimento do mercado cultural.

A manobra andou bem até que Nei Braga encontrou-se com Juca de Oliveira, então presidente do Sindicato dos Atores do Estado de São Paulo, que levava na bagagem um abaixo assinado em favor da liberdade de expressão, contra a censura e outras coisas mais. Na hora da confusão, do entrega-não-entrega, o então ministro chegou a sugerir a Juca de Oliveira que dissesse a seus representantes que não tinha conseguido encontrá-lo, para justificar a não entrega do documento. A partir daí as coisas ficaram, em termos de distensão no meio intelectual, um pouco na base do quem está fora não entra, quem está dentro não sai: quer dizer, quem já fora cooptado, muito bem.

Por ora, pelo visto, não temos o que reclamar. Se antes havia um Ministro da distensão, hoje temos um ministro da abertura, e paratanto já se candidatou com todas as letras o futuro, sr. Eduardo Portella. «Estamos em franco processo de democratização»; «o governo em suas declarações mais autorizadas já afirmou claramente sua vontade de abertura. Pessoalmente, acredito piamente nisso»; «o que é fundamental é aprendermos a conviver com a crítica»; «enquanto tivermos essa compreensão limitada de que o crítico é necessariamente um inimigo, vamos andar muito pouco»; são frases do futuro ministro na sua entrevista para *Veja*, páginas amarelas, 21/2.

Ao lado disso, o ministro promete, para a produção de cultura, tentar facilitar o seu acesso

ao mercado, ajudar a iniciativa privada («Se eu tivesse uma influência estatal maior, faria com que o Estado investisse na estrutura de mercado de cultura no Brasil. Que apoiasse a editoração, mas que não editasse, que multiplicasse os pontos de vendas de livros por todo país, mas até que livrarias, que criasse créditos especiais, etc») e dar amparo ao «artista» e ao «artesão», «enfim, a todos os que são capazes de criar bens culturais». Trocando em míodos, isso quer dizer, para a cultura, alguma verba, prosseguimento da filosofia implantada com força no governo Geisel de fazer do Governo a alavanca que adequa a nossa produção de cultura a competir no atual mercado capitalista, e muita farândula, muita festa, muita retórica de democracia e abertura.

No campo da educação, as coisas são mais complexas, mais «técnicas». Primeiro princípio: «é preciso colocar esses dois componentes, educação e cultura, a serviço do desenvolvimento do país». Depois o futuro ministro afirma que o primeiro grau terá prioridade em seu governo, «porque a partir do instante que o dispositivo legal entregou a sorte do ensino de 1º grau aos municípios, houve uma queda qualitativa substancial». Quanto ao 2º grau, «acho que tentamos nos descartar de um ensino humanístico, extremamente aleatório, em função de um esforço profissionalizante que, por não estar aparelhado para empreender a profissionalização, liquidou o ensino de formação e não colocou em seu lugar uma profissionalização adequada». Resultado: continua a haver excesso de procura à universidade, esta continua, portanto, a ser um ônus social muito pesado, a ter excesso de contingentes. Diz o futuro ministro que, segundo a Organização Mundial de Saúde, é necessário que haja, num país, cinco enfermeiras para cada médico e nós estamos no ponto de termos cinco médicos para cada enfermeira: tais, na educação, os males do Brasil são.

A estrela que faltava

Não tenho os dados da O.M.S. aqui à mão, mas sei muito bem que no Brasil faltam igualmente um monte de médicos, e que o problema é completo ainda pelo fato de termos um monte de médicos que, devido à precariedade da sua formação, não teriam condições de exercer plenamente a profissão, e que isto sucede também com as enfermeiras, com professores,

com os engenheiros, os agrônomos, os jornalistas e muito mais gente. O esquema acima exposto é lindo, é limpo, asséptico e florido: parece que com um bisturi e um olho clínico a gente ajeita tudo. Porque tudo o que é «sujo», digamos, saiu do mapa: onde está o achatamento salarial dos professores, que atingiu principalmente primeiro e o segundo grau, mas também a universidade; ou a proliferação indiscriminada de licenciaturas curtas, de cursos-tampão, as faculdades de turismo, as vagas em profusão e sem contratações correspondentes, com que se tentou fajar um atendimento a uma demanda de vagas crescentes e politicamente explosiva? Houve uma «descentralização» equivocada do ministério para os municípios quanto ao ensino primário? Mas onde está o «milagre» do MOBRAF, que ira resolver todos os problemas, formando contingentes de adultos capazes de ler ordens numa fábrica ou numa construção civil, chamando a isso de «alfabetização»? E onde está o processo de centralização de decisões porque passaram todos os níveis do ensino brasileiro ao cortarem a autonomia do professor — que é a sua liberdade de pensamento e ensino?

Falta algo, evidentemente, no diagnóstico do futuro ministro. Mas — e aqui está uma das chaves da questão — é algo difícil de admitir, ou de imaginar, para quem se dispõe a ser uma carta no baralho da abertura, ainda mais um coringa, que de uma vetusta reunião no Planalto pode ter de pular para abertíssimas declarações sobre a conveniência da crítica. Quinze anos de repressão sobre a universidade e as escolas, mais um período de transformações rápidas, de apressamento do giro ao mando do capital em todas as áreas (inclusive o ensino), desorganizaram o ensino brasileiro. Quer dizer, hoje formamos médicos que não conseguem ser médicos, jornalistas que não conseguem ser jornalistas, professores que não conseguem aprender, mas continuam todos, por necessidade ou contingência, a atuar como se isso fosse normal, como se nada houvesse, como se o passado fosse uma porcaria e o presente um cheque especial. O nó da questão é que consagrou-se no ensino brasileiro, por pressões de diferentes matizes a prática da corrupção intelectual. Mas isso nenhum raciocínio tecnocrático vai conseguir aceitar, ou pegar. Pois ele, que limpa a casa, que transforma tudo numa alquimia de elementos impessoais, não é a estrela que faltava para a constelação?

A UNE é legal

«Se os estudantes quiserem recompor a diretoria da UNE é só preencherem as formalidades legais», é o que concluiu o deputado federal Ayrton Soares — MDB-SP — em seu relatório sobre a entidade nacional dos estudantes. E afirma: «os órgãos repressivos encarregados da repressão à entidade estudantil agiram impune e arbitrariamente contra uma sociedade não reconhecida pelo poder executivo, mas legalmente constituída como sociedade civil».

Por Sebastião Santos Junior

A repressão contra a UNE é absolutamente ilegal

O deputado federal Ayrton Soares, junto com a Comissão Pró-UNE, moverá uma ação junto a Justiça Federal do Rio de Janeiro, objetivando a reestruturação e legalização da União Nacional dos Estudantes. O parlamentar e do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Direito-UFRJ), concluíram um levantamento, no qual descobriram irregularidades no processo que extinguiu a entidade. Para Ayrton, em face das falhas encontradas no mesmo, «é certa a vitória em prol do reconhecimento e reestruturação da Entidade».

A UNE já existia como sociedade civil, quando — em 1942 — no Governo de Getúlio Vargas, teve seus estatutos aprovados pelo presidente da República e foi reconhecida como «entidade coordenadora e representativa do corpo discente dos estabelecimentos de ensino superior». Entretanto, qualquer mudança efetuada futuramente em seus estatutos ficaria condicionada a aprovação da Presidência da República. Em 1963, o presidente da UNE em exercício José Serra, alterou seus estatutos, mas não anexou ao processo o decreto presidencial que autorizava tal mudança.

A revogação do Decreto-Lei que oficializava o reconhecimento se deu em novembro de 64, através da Lei Suplicy Lacerda, quando o Governo não mais reconhecia a existência do órgão estudantil, criando o Diretório Nacional dos Estudantes — DNE. Porém, mesmo sem ser autorizada oficialmente a UNE continuou sua luta, pois era uma sociedade civil registrada em Cartório, preenchendo as formalidades legais. Mais tarde, em 1966 — Castelo Branco — diante das atividades estudantis em âmbito nacional, declara efetivamente suspensas as lutas da Entidade por seis meses. Entretanto, ao final deste prazo, ficou decidido — pelo regime — que a UNE não poderia exercer suas atividades, enquanto estivesse envolvida em processos judiciais. No mesmo ano, foram impetradas, pela Procuradoria Geral da República, duas ações junto a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Uma delas com o objetivo de dissolver a UNE enquanto Sociedade Civil e a outra buscando a nulidade do registro de 1963.

Em 1976 a sentença foi proferida anulando o registro de 1963, pelo fato de o presidente da UNE — naquela ocasião, José Serra — não ter pedido a aprovação do novo estatuto ao presidente da República.

Isto, segundo Ayrton Soares, deixa claro que o governo militar instalado em 64 reconhece a legalidade do Movimento Estudantil anterior ao golpe e, o único motivo da proscrição da UNE foi que o registro de seus novos estatutos não foi enviado para aprovação do presidente da República, em 1963.

Porém, apesar de seu não reconhecimento por parte do Governo Federal, a UNE passa a ser reconhecida pela Lei das Sociedades Cíveis, registrada em Cartório, legalmente. Com isto, a repressão que foi desencadeada, em todo este período da história recente contra os movimentos estudantis, é absolutamente ilegal. Demonstram, isto sim, as preocupações nas áreas da ditadura militar em reprimir qualquer espécie de mobilização popular.

Os órgãos repressivos encarregados da repressão à entidade estudantil agiram impune e arbitrariamente contra uma sociedade não reconhecida pelo poder executivo, mas legalmente constituída como sociedade civil, tendo preenchido todos os requisitos necessários da Lei das Sociedades Cíveis.

Agora, com a reabertura do Congresso, Ayrton consultará, nos arquivos da Câmara a cópia do primeiro registro da entidade e das reformas efetuadas até 1963. De posse do último estatuto válido moverá ação rescisória para mostrar que a sentença que provou a nulidade, é falha. Segundo ainda, o deputado, «se os estudantes quiserem recompor a diretoria da UNE baseado no último estatuto válido é só preencherem as formalidades legais».

Desta forma, terminado o prazo de formação da nova diretoria da entidade nacional dos estudantes e — de acordo com Ayrton Soares — «efetuadas as reformas segundo os estatutos da época, os estudantes poderão partir em busca do acervo da UNE, pois no prédio da Marinha, na praia do Flamengo no Rio de Janeiro, há cerca de 7 toneladas de materiais apreendidos pelos órgãos governamentais».

Quanto à questão da retomada do antigo prédio da entidade, localizado na praia do Flamengo, 132 e, que funcionava como seu edifício-sede, o deputado julga impossível, pois o «prédio nunca foi da UNE, era cedido pelo governo na época em que esta era reconhecida pelo mesmo e, hoje constituída como sociedade civil, o órgão estudantil não possui mais direitos sobre a antiga sede».

Entretanto, confrontando a tomada do edifício da UNE com a do Clube Germânia — de propriedade de alemães radicados no Brasil e desapropriado pelo governo federal após a segunda guerra — Ayrton evidencia o paradoxo existente: «quando o governo militar assumiu o poder em 64, os alemães entraram com uma ação na Justiça pedindo indenização sobre seu prédio desapropriado e foram prontamente atendidos».

Honestino, o último presidente da UNE, na clandestinidade:

“Não me entregarei”

Preso no dia 10 de outubro de 1973, ele faz parte hoje da lista de «desaparecidos». Honestino Monteiro Guimarães foi o último presidente da União Nacional dos Estudantes, eleito num conselho da entidade, reunido em junho de 69, no Rio de Janeiro. Atuava na ilegalidade. Começou a redigir este «Mandado de Segurança Popular», no qual registra sua história e sua situação na época. Não pode completar, impedido pela repressão política. A seguir, a íntegra do documento:

Por diversas vezes fui ameaçado de morte pelos chamados serviços de Segurança Militar, desde pelo menos 1971. Através de diversas fontes de vários Estados, chegou a mim esta ameaça para quando eu fosse apenado.

A minha situação não é única. O passado recente da História de nossa terra infelizmente está repleto desses crimes: de vários exemplos de «tiroteios» simulados e de «atropelamentos» de pessoas, após ter sido presas pelos órgãos de repressão política. Além disso, esta ameaça pesa concretamente sobre várias outras pessoas que, como eu, são consideradas perigosas.

Acredito firmemente que estes dias de violência fascista serão superados pela luta democrática de nosso povo e, em especial, dos trabalhadores, do operariado. Ao mesmo tempo, não me iludo em relação ao teor da violência erigida em Estado Policial-Militar. Por isto lanço mão deste texto-denúncia, um verdadeiro «Mandado de Segurança» em relação às ameaças sofridas. É a denúncia à consciência democrática dentro e fora do País é a única arma de que disponho, pois não deixarei de lutar, esteja onde estiver, por uma democracia efetiva para a maioria do nosso povo.

Registro pessoal

A partir de 1964, quando entrei na Universidade Nacional de Brasília, pude efetivar em manifestações coletivas toda uma consciência política gradual que vinha desde a infância. Inicialmente, a minha revolta se evidenciava numa crescente consciência nacionalista e social à qual, a partir do golpe de 64,

se somou de forma irrevogável a consciência antiditadura.

As lições fundamentais do primeiro ano de vida universitária indelével. O terrorismo cultural vivido particularmente e a resistência a ele de professores, alunos e funcionários. Uma concepção nova de ensino, ainda em caráter experimental, voltado para os reais problemas de nossa terra e nosso povo, com métodos democráticos, não expositivos e magistrais. A existência já efetiva de um real diálogo entre professor e aluno, sem a distância que o sistema catedrático colocava. Depois a imagem de tudo isso calcado por uma bota militar. A demissão coletiva de quase todos os professores, a parada por vários meses e o vazio do reinício.

Foram estas as primeiras e fundamentais lições que me deu a Universidade. Foi também o ano da primeira prisão, quando com outros colegas, paralisávamos aula de fura-greves. Depois vieram outras, como a da manifestação de massas com o intermédio de uma cerimônia demagógica do embaixador americano que doava livros à biblioteca da Universidade Nacional de Brasília. Um mês antes eu sofreria a primeira prisão mais extensa (para os padrões da época) ao fazer pixações, isto no início de 1967.

Mais tarde, neste mesmo ano, fui novamente preso sob a acusação de participar de organização clandestina. Apesar de preso, foi lançada minha candidatura à presidência da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília.

Porque não me entrego

A minha situação atual é de

uma vida na clandestinidade forçada, há quase 5 anos. Neste tempo, sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de vinte e cinco anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968.

Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas de centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso País. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar da criação dos tribunais de execução, os tribunais militares. Depois a brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios, onde as confissões forçadas, arrancadas, são atribuídas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes com resultado.

Depois as farsas dos julgamentos, a intimidação do público, a impossibilidade de participação da imprensa, as pressões, sem número, aos advogados (quantos não foram presos e perseguidos). Enfim, bem semelhantes aos tribunais nazistas, que tantos protestos têm causado aos responsáveis pelo seu arremedo em nosso País.

Num desses processos, pela participação nas lutas estudantis de 1968 — onde as decisões eram tomadas coletivamente, em assembleias democráticas, em eleições com voto obrigatório pelo regimento da Universidade — fui condenado, em 1970, a vários anos de prisão. Ou seja, mais um erro de direito. Julgar fatos de uma conjuntura passada com critérios de uma nova conjuntura (imposta, diga-se). Sem provas, sem maiores critérios se não o ódio cego.

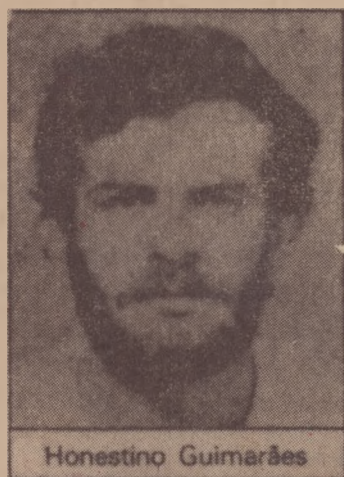
Dai o porque de não me «entregar». Não reconheço, nem posso reconhecer como «justiça» o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo o mundo.

Tenho vivido estes anos por um ideal que vem se mantendo

aceso, e creio, jamais se apagará — a luta pela causa do povo.

Os terroristas estão no poder

Sei que a luta será longa e árdua. Mas acredito firmemente na força da atuação coletiva das massas. E esta luta, sem a real participação das massas trabalhadoras, não nos levará a nada. Das tentativas de atingir estes objetivos através de uns poucos, decididos e corajosos por certo, mas sem o apoio e a participação popular, todas se mostraram fracassadas. As ações armadas de pequenos grupos, como assaltos (a bancos), atentados e sequestros, revelam apenas um radicalismo inconsequente que não leva a nada que não à radicalização artificial da repressão. Esta compreensão venho tendo



Honestino Guimarães

desde que me fui comprometendo na luta do povo, não participei jamais dessas ações militares isoladas e sempre as critiquei e condenei. Sequer sou acusado disto pelas mentes férteis de invenções dos aparelhos repressivos. Mas refuto a acusação de «terrorista», uma vez que os verdadeiros terroristas estão no poder e usam do terror para ai se manterem.

Esta tem sido a lição mais cara que tenho aprendido e se expressa num amor muito profundo à classe operária e ao povo brasileiro, assim como aos povos de trabalhadores de todo o mundo e num ódio muito profundo a todo este sistema de exploração de classe.

Eleições para a UNE

Diretas ou indiretas

O Encontro Nacional dos Estudantes em maio poderá marcar o XXXI Congresso da UNE, onde se elegeria indiretamente a Diretoria da entidade, através de delegados, é o que afirma a vice-presidente do DCE-PUC/RJ, uma das entidades participantes da Executiva da Comissão Nacional Pró-UNE.

«O Congresso de reconstrução da UNE, no Rio de Janeiro, está bastante vinculado ao processo de reconstrução da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro — UEE-RJ. Entretanto, para que estas entidades maiores sejam verdadeiramente representativas, precisam ser reconstruídas com o apoio de todos os estudantes»; é o que afirma a vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, da PUC do Rio de Janeiro — DCE-PUC/RJ.

A Diretora do DCE-PUC/RJ acredita que o Encontro Nacional de Maio poderá marcar o próximo Congresso da UNE — que seria o XXXI — onde se elegeria indiretamente a Diretoria da UNE, através de delegados. Ela não acredita que o movimento estudantil, a nível nacional, tenha infra-estrutura para sustentar uma eleição direta, que sem dúvida é mais democrática, mas que pela falta de condições e maturidade do movimento, a nível nacional, «as eleições diretas comprometeriam a legitimidade da Diretoria da UNE reconstruída». Por outro lado, a Diretoria do DCE-PUC acredita que as eleições para a UNE-RJ devem ser diretas, sendo as eleições marcadas possivelmente para junho deste ano.

Nos próximos meses, sem dúvida, o «eixo central do movimento estudantil é a reconstrução da UEE-RJ e da UNE, no entanto, estas entidades só terão real importância para o movimento na medida em que estiverem colocadas às lutas dos

estudantes. Neste sentido, todas as lutas, campanhas, debates que se promoverem na Universidade são importantes para respaldar a UNE e a UEE, são importantes para que todos os estudantes compreendam o significado da UNE e UEE»; afirma a diretora da entidade que conclui, «o processo de reconstrução da UEE-RJ, pela unificação das lutas dos estudantes do Grande Rio e neste sentido os diversos encontros por áreas de ensino, que se realizarão neste semestre, cumprem um papel fundamental».

Por outro lado, analisando o impasse que vive o movimento estudantil, a Diretoria do DCE-PUC RJ considera que este não é um momento de reflexo. «O impasse do movimento estudantil é devido à mudança da conjuntura, ou seja, quando vários setores da sociedade se organizam e começam a participar do movimento de oposição ao regime, o movimento estudantil custa a observar esta nova situação, onde ele não é mais o único setor a fazer denúncia política e a reivindicar seus pontos específicos. É preciso que os estudantes na luta pela democratização da Universidade, junto com os professores, discutam um projeto de Universidade democrática. Por exemplo, o DCE-PUC participa do CBA-RJ, sua participação deve se direcionar por organizar a luta pela anistia dentro da Universidade, através da formação de comitês, catalogação dos professores e alunos atingidos pelos atos repressivos». (J.S.R.)

Metalúrgicos/SP.

A greve está bem próxima

Está cada vez mais quente a campanha salarial dos metalúrgicos do interior e do ABC paulista. Cerca de 600 mil trabalhadores aguardam a resposta patronal, prevista para a mesa-redonda marcada para esta quinta-feira, 8 de março, depois de muita enrolação. Se os patrões se mostrarem intransigentes é mais do que provável que seja decretada a greve, pelo menos em Santo André e São Bernardo. Pois, como disse um líder sindical «a gente negocia melhor com as máquinas paralisadas».

Por Tom Duarte

Hoje, quinta-feira, é o dia «D» para a campanha salarial que envolve cerca de 600 mil trabalhadores metalúrgicos do ABC e do interior paulista. Pela manhã, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, representantes dos patrões e dos sindicatos de trabalhadores se reunirão para discutir a contraproposta dos empregadores à lista de reivindicações apresentada pelos trabalhadores.

Luis Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, mostra porque considera a reunião de hoje muito importante: «preciso de uma resposta hoje, sem maiores retardamentos para levar à Assembleia do Sindicato, marcada para sexta-feira, à noite».

Para o Lula, os patrões estão «na deles» ao buscarem enrolar os trabalhadores, como ocorreu durante a primeira mesa redonda, realizada na terça-feira, quando depois de muito papo furado, acabaram dizendo não ter nenhuma resposta mais precisa a apresentar. «Não creio que eles não tenham nada acertado e devam promover novas reuniões, como alegaram. Eles estão enrolando ao não quererem abrir o jogo, mas não

entraremos nesse jogo. Tudo vai depender de nossa capacidade de impormos nossas condições».

Cheiro de greve

Para muitos dirigentes sindicais, como Isaias Urbano da Cunha, do Conselho Fiscal do Sindicato de Santo André, a melhor maneira de impor essas condições e acabar com a embromação patronal parece ser a decretação de greve. «Negociação com essa gente, só com as máquinas paradas, como aconteceu em maio-junho de 1978». Segundo Isaias, que apesar de membro da Comissão Salarial do Sindicato foi impedido de entrar na sala de negociações (da mesma forma que a imprensa, pois os patrões exigiram negociações às portas fechadas), as chances de que um chamado à greve tenha êxito são bastante promissoras na sua região: «a massa está cansada, já perdeu tudo, só falta perder a paciência».

Em São Bernardo o clima favorável à greve, já pressentido durante as duas assembleias gerais deste ano, acentuou-se consideravelmente nas últimas semanas. Ao mesmo tempo, segundo as lideranças sindicais, houve condições de se fazer um trabalho mais preciso de organização

dos trabalhadores nas fábricas, principalmente nas grandes empresas, que mais uma vez, segundo as expectativas, deverão desempenhar um papel importante no desencadeamento e condução das mobilizações. Do rumo que as lutas tomarem em fábricas como a Volkswagen, Mercedes, Ford, etc. dependerá consideravelmente o êxito ou o malogro do movimento.

Intransigência

Extra-oficialmente comentava-se que a proposta patronal prevê um aumento salarial de 60% (16% acima do índice salarial oficial) já apresentada, sob a forma de sondagem, para alguns líderes sindicais. Em função da correlação de forças esse percentual poderia subir mais um pouco, sem atingir, no entanto o exigido pelos 34 sindicatos (34,1% além do índice governamental).

Dependendo do quanto possa chegar a concessão patronal é possível que haja acordo, desde que outras reivindicações consideradas mais importantes do que os percentuais de reajuste, sejam atendidas. Entre estas, se incluem a estabilidade para os delegados sindicais (1 para cada 500 trabalhadores), o piso salarial equivalente a três salários mínimos, ou seja, Cr\$ 4.680,00 (os patrões já anteciparam a proposta de Cr\$ 2.923,00), a concessão de aumentos trimestrais segundo o aumento da inflação, a unificação do dissídio dos metalúrgicos a nível estadual, no mês de novembro, juntamente com a capital, Guarulhos e Osasco, além da redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas.

Extra-oficialmente, informa-se que apenas uma das reivindicações consideradas mais importantes foi atendida. E a estabilidade para o trabalhador acidentado. Entretanto, segundo o deputado do MDB e advogado trabalhista Almir Pazzianoto é necessário muito cuidado ao ser firmado o acordo sobre esse item. «Se for mal redigido, ele pode permitir aos patrões que introduzam

formas que lhes facilite a demissão sumária do operário acidentado. Deve-se evitar que essa conquista não fique apenas no vazio», afirmou Pazzianoto.

Esquentando

A campanha salarial começou a esquentar e adquirir novos contornos desde que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo se recusou a conceder procuração para que a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, presidida pelo pelego Argeu Egidio dos Santos negociasse com os patrões em nome do Sindicato. Baseado na já larga trajetória de traições e transações dos pelegos com os patrões, Lula simplesmente preveniu-se contra qualquer surpresa, apresentando a primeira fissura na aparente unidade dos 34 sindicatos.

Essa unidade, além disso, poderá ficar comprometida à medida em que se revela a totalidade da contraproposta patronal. Segundo dirigentes sindicais do ABC Paulista, região onde o movimento sindical está mais avançado, existe a possibilidade de que os sindicatos interioranos, de menor combatividade, acabem cedendo diante de algumas propostas, como a concessão de aumento salarial igual ou pouco superior a 60%.

As assembleias de amanhã em São Bernardo e Santo André poderão ser decisivas para o processo de retomada das lutas operárias em São Paulo, depois da derrota sofrida no mês de

novembro por ocasião dos dissídios da capital, Osasco e Guarulhos. Líderes operários dessas três cidades não escondem suas esperanças de que o ABC tome novamente a dianteira, tal como ocorreu no ano passado, «empurrando» as demais regiões.

Há mais do que cheiro de greve no ar. Há a possibilidade real de um confronto significativo de forças, onde vencerá quem tiver acumulado mais forças. Os patrões, como demonstraram os resultados da greve geral de fim de ano, em São Paulo Guarulhos e Osasco, demonstram haver aprendido bem a lição, utilizando a coação, as demissões das lideranças mais atuantes, formando estoques elevados para garantir-se frente a uma eventual paralisação.

Resta saber se os trabalhadores também avançaram desde novembro de 1978. Porque, se é verdade que o Lula não é o Joaquim, nem Benedito Marcolino é Henos Amorina, a verdade é que há à disposição do governo e dos patrões um sem-número de medidas repressivas colocadas à sua disposição tanto pela legislação trabalhista corporativista, seja através da repressão policial pura e simples e do recurso às demissões dos operários mais atuantes. Mais do que a combatividade de alguns líderes sindicais «autênticos» o que definirá, em última instância, o sucesso do movimento será o grau de consciência e o estágio de organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

Fumageiros não aceitam cachimbo da paz

Os trabalhadores da Souza Cruz, o truste multinacional que controla o mercado brasileiro de cigarros, articulam mobilização em todo o País. Querem unificação dos salários a nível nacional, além de um reajuste de 20% acima do índice do governo. Fábricas de Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro estão paralisadas. Ninguém vai dar moleza para a companhia

Por Juarez Rocha e Carlindo de Oliveira

Os fumageiros de Belo Horizonte, Rio e Porto Alegre decidiram: com a Souza Cruz não tem essa de cachimbo da paz. E greve mesmo. Desta vez os operários do fumo adotaram a tática do rolo compressor contra a poderosa Souza Cruz. Articulados entre si, os diversos sindicatos de fumageiros espalhados pelo País deflagraram uma campanha nacional pela unificação dos salários pagos pela empresa em todos os Estados onde está instalada. Além dessa reivindicação resolverem lutar por um reajuste salarial de 20% acima do índice oficial do governo.

No domingo, 4 de março, a assembleia dos fumageiros de BH acatou por unanimidade a proposta de greve apresentada por um operário. Na segunda-feira, às 14 horas, a Souza Cruz trouxe o sabor da derrota.

A empresa foi pega de surpresa, sem estoque de cigarros para atender os clientes. Durante o carnaval o almoxarifado ficou limpo. A oportunidade para a greve estava dada. No final do mês os salários foram pagos. Ninguém cruzaria os braços de bolsos vazios. Quem recebe salário semanal garantido a barra com o tutu que entrou na sexta-feira passada.

O presidente do Sindicato dos Fumageiros de BH, Nilton Borges, disse a EM TEMPO, que a partir das 5 horas da manhã de segunda-feira, o pessoal só bateria o ponto e não trabalharia. O primeiro turno daria início à greve. O pessoal daqui entrou em greve em solidariedade aos com anheiros do Rio e de Porto Alegre e porque a nossa campanha este ano está sendo nacional. A nossa assembleia decidiu também que o sindicato seria o mediador nas negociações. E a assembleia foi declarada em mobilização permanente.

No Rio, a paralisação dos fumageiros é total. Segundo Nilton Borges «se a coisa segurar, é possível a adesão dos operários de São Paulo, Santa Cruz do Sul (RGS), Salvador, Petrópolis e Belém, do Pará».

O susto

Na manhã de segunda-feira a fumaça continuou a rolar pela chaminé da Souza Cruz, em Belo Horizonte. O primeiro turno não parou. Alguns operários cruzaram os braços, mas retornaram ao trabalho. Nilton Gomes acha que o pessoal do turno da manhã ficou surpreso com a decretação da greve porque a maioria dos trabalhadores daquele turno não foi à assembleia. O comunicado do sindicato só saiu na madrugada de segunda-feira.

Servidores unidos exigem 70% de aumento

Por Sebastião Santos Jr.

Com base no documento «Subsídios para a Campanha Salarial de 1979 — Servidores Públicos do Estado de São Paulo», solicitado pela União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP), ao DIEESE, está em andamento a Campanha Salarial do Funcionalismo Público do Estado de São Paulo. Anteriormente as várias categorias de funcionários públicos estaduais encaminhavam suas lutas por setores específicos, individualmente. Com isso, ocorria o esvaziamento, não conseguindo penetração maciça e necessária entre os funcionários. Este ano, através de Assembleias setoriais constantes, procurando uma maior mobilização, a campanha será desenvolvida a nível Estadual — não mais especifica-

mente pelas entidades isoladas. Para isso, dia 13 último, foi feita uma reunião na Federação Paulista dos Servidores Públicos (FEPASP), com um debate em torno da situação do funcionalismo público em geral — e dos baixos salários em particular —, decidindo-se também que as Associações das respectivas categorias, indicariam 3 representantes de cada setor, escolhidos entre os próprios funcionários, em Assembleia, para traçar diretrizes, junto a Federação que coordenará a Campanha a nível estadual. Nesse sentido, as diversas associações já estão se organizando, e elegendo seus representantes para o encaminhamento de suas propostas junto a coordenação.

Esta semana, a Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas (A.S.H.C.), a Associação

dos Servidores da Universidade de São Paulo (ASUSP) e a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), promoveram Assembleias Gerais, onde escolheram seus representantes junto a FEPASP e fixaram, em consenso, os níveis de reajuste salarial a serem reivindicados através de um documento elaborado pelas categorias, e enviado ao Governador Paulo Egidio no próximo dia 12: 70% mais Cr\$ 2.000,00 fixos. Ficou deliberado ainda, que os 3 representantes eleitos por cada classe em luta, promoverão Assembleias setoriais periódicas para leitura do texto, tendo sido marcado o dia 23 próximo, para um Ato Público nas dependências da Assembleia Legislativa, com a participação de todas as entidades, logo após a entrega do documento reivindicativo ao governador.

Professores aprendem a lição: querem greve

«Os professores que estão acostumados a dar aulas, vêm recebendo lições de outras categorias de como encaminhar as suas reivindicações» afirma o professor Godofredo da Silva Pinto, um dos líderes do movimento que poderá paralisar cerca de 51 mil professores no Rio de Janeiro. As «aulas» ministradas pelos garís, pelos motoristas, metalúrgicos e trabalhadores do gásômetro, estão influenciando no ânimo do professorado, que pode entrar em greve no dia 12, caso o almirante Faria Lima não atenda às suas reivindicações.



Os mestres se preparam para botar o time em campo.

Por M. Gomes

O almirante Faria Lima, mais conhecido pela população carioca como o governador «Kung-Bô» (cruzamento de Kung Fú com Pedro Bô) pode encerrar com chave de ouro o seu desastroso período de interventoria no Rio de Janeiro: para completar o ciclo iniciado pelo trabalhadores do gásômetro, e continuado vitoriosamente pelos garís, cerca de 51 mil professores da rede estadual de ensino deverão entrar em greve geral a partir do próximo domingo, dia 11.

Nesse dia, convocados pela Sociedade Estadual de Professores (SEP), entidade que reúne os trabalhadores da educação de ensino público e do ensino particular, eles estarão reunidos em assembleia geral no Teatro Leopoldo Froes, em Niterói. Se até lá, Faria Lima não tiver respondido favoravelmente às reivindicações enviadas pela SEP e que visam a introduzir alterações no Plano de Cargos e no Plano de Vencimentos apresentados pelo governo Estadual, a paralisação total das atividades deverá ser definida.

Plano de cargos

O ultimo a Faria Lima foi decidido por uma assembleia realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com a participação de cerca de 1000 professores, no último sábado, dia 3. Nem o som da cuica e do reco-reco, nem o colorido das serpentinas e dos confetes próprios do período carnavalesco conseguiram desviar a combatividade e evitar a indignação do professorado diante do que eles consideram altamente lesivos aos seus interesses, o Plano de Cargos e o Plano de Vencimentos.

Anunciado nos primeiros dias do desgoverno Faria Lima, ele só foi oficialmente apresentado em fevereiro deste ano, quando «Kung Bô» já preparava as trouxas para deixar o Palácio Guanabara. Mesmo depois de 5 anos, os próprios responsáveis pelo Plano, com a Secretária Estadual de Educação, Mirtes Wenzel, não deixam de reconhecer que ele está cheio de erros.

Mas não se tratam de erros menores, simples mançadas de um burocrata menos avisado. Não. Segundo a SEP, já os níveis de vencimentos apresentados são uma autêntica empulhação: enquanto os índices pretendem mostrar aos professores que o aumento foi de 58%, na verdade a coisa foi muito diferente. Só de carga horária, segundo documento elaborado, pela SEP, houve um acréscimo de 43%, pois os professores deverão aumentar o número de aulas de 14 horas para 20 horas por semana. Além, disso, manhosamente, o índice de aumento previsto pelo governo foi de 40% (os demais 18% são atingidos mediante a reclassificação de cargos e vantagens) enquanto à inflação, no período, foi de 44%. Além de prejudicar os efetivos, o crescimento da carga horária é uma verdadeira ameaça para os professores contratados pelo regime da CLT. Lógico, pois com o aumento de horas trabalhadas pelos primeiros, implica necessariamente na dispensa de um bom número de contratados.

Mas a coisa não para por aí. Os professores do antigo Estado do Rio estão em situação ainda pior que o de seus colegas da antiga Guanabara, segundo o plano. Um professor primário do antigo Estado do Rio, com 15 anos de serviço ganharia o mesmo que um outro, da ex-Guanabara com apenas 9 anos. Além disso, os professores criticam o Plano de Classificação por ignorar olimpicamente a situação do pessoal inativo, dos funcionários técnico-pedagógico e administrativo, além dos contratados pelo regime de CLT. Outra safanagem de Faria Lima, segundo a SEP é a instituição do regime de quinquênios, que já vigorava no antigo Estado do Rio, ao invés do regime de triênios: com isso, diz a SEP o número de avanços, após 35 anos de serviço de um professor, será de apenas seis ao invés dos 10 que existiram segundo o sistema de triênios.

Mobilização

Os professores aprovaram também sua própria tabela salarial, durante a assembleia: o professor nível IV (primário com curso normal ganharia Cr\$ 8.986,00 (quatro salários mínimos) um professor nível III (5ª e 6ª séries, com estudos adicionais), Cr\$ 9.360,00, um professor nível II (nível médio com licenciatura curta) Cr\$ 11.232,00, enquanto o professor nível I (de nível médio com licenciatura plena) ganharia 13.480,00. Para impor essas reivindicações, que incluem ainda a estabilidade no emprego, os professores estão promovendo a formação de comissões abertas nas escolas, encarregadas de organizar o movimento. Ao mesmo tempo, para coordenar a mobilização, que já atinge além do Rio de Janeiro e Niterói, cidades importantes da Baixada Fluminense, como Iguaçú e Caxias, a assembleia aprovou a criação de uma Comissão Geral de Mobilização encarregada da preparação da greve, da continuação de vigílias no Rio e Niterói e da divulgação junto à população.

Segundo o professor Godofredo da Silva Pinto, diretor da SEP o apoio popular é mais do que certo: «a população está ciente das péssimas condições de trabalho do professor, dos miseráveis salários que influem no nível do ensino ministrado à juventude. Por isso ela apoia o movimento como já o tem demonstrado nas vigílias públicas».

Em entrevista a EM TEMPO, o professor Godofredo afirmou que ser mais do que provável a deflagração da greve, diante da reconhecida intransigência e insensibilidade de Faria Lima. Ele acredita que é necessário uma boa preparação, pois «é fácil começar uma greve, o difícil é mantê-la». Se depender do estado de ânimo dos participantes da última assembleia a paralisação sai mesmo. Como ele afirmou «já se nota um aumento elevado no nível de consciência do professorado. Ele está levantando a cabeça depois de muitos anos sem qualquer reação».

O caldo promete engrossar ainda mais se se concretizar a possível adesão dos professores da rede municipal ao movimento do magistério estadual. Se isso ocorrer serão 96 mil professores em greve, atingindo um total de 1 milhão 850 mil alunos.

PETROLEO

Por Vanda S. Pinto

OPEP

A coisa fica preta em Genebra

A maioria dos países da OPEP já elevou unilateralmente os preços do petróleo, em função da queda da oferta do produto, provocada pela crise iraniana. Assim, prevê-se que o próximo encontro do dia 26, em Genebra, sirva apenas para ratificar uma situação de fato.

Enquanto isso, os «moderados» da OPEP, Arábia Saudita e Iraque, fazem jogo duplo. Afirmam que não concordam com um novo reajuste, enquanto especulam por baixo do pano.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo. (Opep) reúne-se extraordinariamente no próximo dia 26, em Genebra, para discutir a crise de escassez do produto, decorrente dos cortes no suprimento de petróleo iraniano. Ao que parece, não restará a seus membros outra saída senão a de ratificar os aumentos de preços decretados unilateralmente por diversos países, aproveitando-se de uma queda na oferta do produto nos mercados internacionais.

Tanto Abu Dhabi quanto o Qatar elevaram seus preços de 7% a 8%; a Venezuela aumentou em 15%; o Kuwait, em 9%; e a Líbia, em 5%. O Equador está vendendo o produto a US\$ 18,50 o barril e os Emiratos Arabes Unidos devem efetivar um reajuste de um dólar por barril. Mesmo países que não fazem parte do cartel - como a Inglaterra, União Soviética e Canadá - já decretaram seus reajustes.

A tudo isso, a Arábia Saudita e o Iraque - maiores produtores e componentes da «ala moderada» da Opep - protestam energicamente, dizendo que não permitirão novo aumento de preços na reunião de Genebra. Contudo, extra-oficialmente, sua política é bem outra.

Os saudistas - que haviam fixado seu teto de produção em 8,5 milhões de barris diários - concordaram em elevá-lo para 9,5 milhões de barris diários, em função da crise iraniana. Contudo, o preço de exportação desse milhão de barris excedente foi fixado em US\$ 14,54 o barril - que era o reajuste estipulado apenas para o último trimestre deste ano. Além disso, o próprio fato de conter sua produção normal em 8,5 milhões de barris já foi uma forma de - com base em sua situação privilegiada de maior produtor do

cartel - conter a oferta global, mantendo (ou elevando) o nível dos preços.

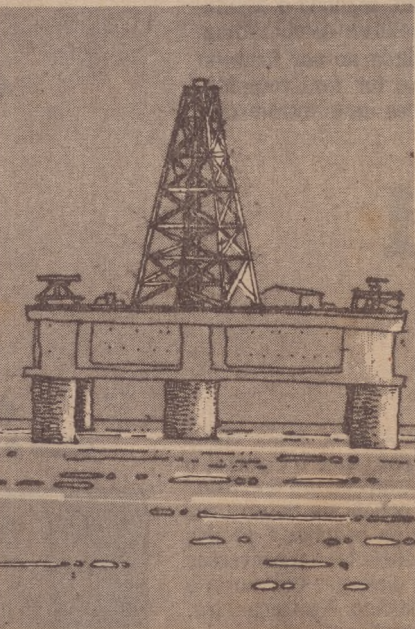
Mas o «jogo duplo» atinge sua maior eficiência no caso do Iraque. que elevou sua capacidade de produção ao nível máximo e - frente aos cortes no suprimento saudita - vende o excedente no mercado livre, pelo dobro do preço fixado no último encontro da Opep. No mercado livre de Roterdã, os preços do barril de petróleo já chegaram a atingir 25 a 26 dólares, o que, sem dúvida é sinal dos temores de escassez do produto, além da especulação normal em épocas de crise. Outro sintoma de que a situação atual reflete um quadro semelhante ao do embargo de 1973 são as medidas de contenção adotadas por diversas distribuidoras de porte: a British Petroleum principal afetada pelos conflitos do Irã, anunciou a seus clientes um corte de 45% nos fornecimentos para os próximos meses; a Exxon determinou uma redução de 10% e a Shell fez um corte de 15%.

À ofensiva puramente comercial da Opep - que, segundo os observadores, deve se consubstanciar num aumento médio de pelo menos 15% no encontro de Genebra - somam-se as pressões políticas.

O presidente da Organização, Mana Said Al Otaiba, afirmou, em Abu Dhabi, que os países árabes podem decretar um novo embargo de petróleo ao Ocidente se os «legítimos direitos do povo palestino» não forem atendidos e se os territórios árabes ocupados por Israel não forem devolvidos. Ele fez essa advertência no primeiro encontro sobre energia, dos países árabes exportadores de petróleo, realizado no último fim de semana. O tom das ameaças, propositadamente radical, tem a clara finalidade de aumentar o poder de

barganha do cartel nas negociações petrolíferas com o Ocidente.

E assim que Otaiba - depois de lembrar os insistentes pedidos das nações industrializadas para que a Opep aumente sua produção para contornar a crise iraniana - afirma que os árabes estão dispostos a colaborar, «no limite de sua capacidade técnica», para um maior fornecimento do produto, desde que suas exigências políticas sejam atendidas. Essas exigências - que se renovam retoricamente a cada ano, nos encontros da Opep - não têm força suficiente para se tornarem efetivas. É que, embora o cartel petrolífero formado pelos árabes represente um avanço em comparação com a situação anterior, sua organização não rompeu com a real dependência dos países-membros em relação às grandes multinacionais do petróleo. Na verdade, são as «sete irmãs» - Exxon, Shell, Mobil Oil e outras - que continuam com a parte do leão, já que refinam e comercializam o produto.



O próprio Otaiba, no encontro de Abu Dhabi, denuncia esta situação. Segundo ele, o rigoroso inverno que atingiu, neste ano, a América do Norte e Europa serviu para que as grandes companhias petrolíferas aumentassem excessivamente seus lucros. E cita o exemplo da tentativa de se vender produtos refinados aos Emiratos Arabes Unidos com reajustes de nada menos que 80%, pressão com a qual os EAU não concordaram.

A.I.E.

A reação branca

A tentativa da Agência Internacional de Energia (AIE), de antecipar-se a um possível reajuste nos preços da Opep, através de uma contenção na demanda dos países industrializados, é questionável a curto prazo. Sua implantação nos EUA, principal responsável pelos cortes, esbarra nos «lobbies» da indústria automobilística no Congresso, entre outras barreiras.

A Agência Internacional de Energia - que reúne os 20 principais países industrializados, com exceção da França - decidiu reduzir o consumo global de petróleo de seus membros em 5% em 1979 em decorrência da crise iraniana. Isso significa uma queda de cerca de 2 milhões de barris diários na demanda do produto, contendo em aproximadamente 4% seu comércio a nível mundial.

A decisão - adotada no último dia 2, em Paris - tem como objetivo exercer pressão sobre o encontro da Organização dos Países Exportadores de

Petróleo (Opep), que acontecerá no próximo dia 26, em Genebra. Buscando conter a demanda, através da adoção de rápidas medidas de contenção do consumo nos países membros da AIE, procura-se esvaziar o «espectro» de escassez do produto, que serviria de base para uma elevação de seus preços.

Se o impacto da decisão da AIE não é de se desprezar, sua aplicabilidade é bastante questionável a curto prazo. E que metade do montante a ser economizado - 960 mil barris diários - depende dos Estados Unidos, que consomem 20 milhões de barris diários do

produto. Embora a administração Carter tenha apoiado a posição adotada em Paris, as dificuldades em fazer com que o plano de contenção no consumo de energia seja aprovado pelo Congresso norte-americano dão bem a medida da eficácia do comprometimento dos EUA junto a AIE. No Legislativo norte-americano funcionam os poderosíssimos «lobbies» das petrolíferas e da indústria automobilística, o que «segura» qualquer medida que possa afetar negativamente esses setores.

Porta-vozes do Departamento de Energia dos EUA acreditam que o país poderá economizar 500 mil barris diários, apenas com o controle voluntário dos consumidores e uma maior vigilância por parte da polícia.

Essa parece ser uma posição ingênua, pois, desde que Carter está no poder, a campanha em torno do «controle voluntário» não conseguiu praticamente nenhum resultado, o que impede o país de reduzir seu deficit comercial, fortemente pressionado pelas importações de petróleo.

IRÃ

O papo agora é outro

Agora, o petróleo iraniano é comercializado no mercado livre, a uma média de 18 a 20 dólares por barril. A produção será metade da anterior - 3 milhões de barris diários - dos quais, 2,4 milhões serão exportados. A volta da comercialização através do consórcio anteriormente contratado está condicionada à aceitação da independência iraniana em fixar condições de produção, exportação e preços.

O Irã voltou a ser dono de seu petróleo. O primeiro embarque de 250 mil toneladas, efetuado nesta segunda-feira para a Mitsui Trading Co. do Japão, foi comercializado a US\$ 20 dólares o barril de petróleo leve e a US\$ 18,50 o de tipo pesado - bastante acima da cotação oficial da Opep, que é de US\$ 13,34 o barril.

Cortadas desde 26 de dezembro último, as exportações voltaram a se realizar exatamente no aniversário da morte do ex-primeiro ministro Mohammed Mossadegh, que nacionalizou a indústria petrolífera iraniana - no início da década de 50, mas foi deposto por um golpe da CIA.

Agora, acabaram-se os «bons tempos» do xá Pahlevi, quando um consórcio internacional de companhias petrolíferas, liderado pela British Petroleum, comercializava 90% do petróleo

iraniano, com um desconto de 18 centavos de dólar por barril. Sob o novo governo da República Islâmica, a Companhia Nacional Iraniana de Petróleo anunciou que limitará sua produção e exportações «em função das necessidades de divisas do país».

O novo presidente da Companhia, Hassah Nazih, declarou que o Irã não extrairá mais 6 milhões de barris diários, exportando cerca de 5,4 milhões, como antes da derrubada do xá. A média de produção será, agora, de 3 milhões de barris diários, dos quais 2,4 milhões serão exportados. Nazih diz que, de início, ao invés de fazer contratos a longo prazo, a Companhia venderá seu produto no mercado internacional às empresas que fizerem ofertas mais altas. Ele espera manter a média de preço de 18 a 20 dólares o barril, como no primeiro embarque.

De acordo com os dados da Companhia, a produção - que recentemente estava limitada ao suprimento interno do país (setecentos mil barris diários) - já atingiu 1,7 milhão de barris diários. Além disso, os próximos carregamentos, previstos para esta quinzena, devem contar com as reservas iranianas, estimadas em 6 milhões de barris.

Contudo, a meta de se exportar 2,4 milhões de barris diários só deve ser restabelecida dentro de mais algum tempo. No momento, os embarques se limitarão a um milhão de barris por dia.

A comercialização direta do petróleo iraniano nos mercados internacionais deve ser provisória. De acordo com Hassah Nazih, o novo governo está disposto a renegociar com o consórcio que anteriormente distribuía o petróleo iraniano, mas sob várias condições, entre elas a de que ele se abstenha de fornecer o produto a Israel e à África do Sul.

Além disso, não serão aceitos pagamentos em armas, como acontecia na época do xá. Mas o ponto central das novas negociações será a preservação da independência iraniana em fixar condições de produção, exportação e preços, de acordo com os interesses do país.

Robert Linhart:

“Os operários precisam conhecer as armas dos patrões!”

O autor de «A Greve na Fábrica», na conclusão dessa entrevista ao EM TEMPO, fala de seu trabalho atual e explica as razões que o levaram a escrever aquele livro. Em suas próprias palavras: «Eu o escrevi, para fazer frente à ofensiva encabeçada pelos «novos filósofos», que se limitam a repetir o gulag, o totalitarismo, a opressão, referindo-se exclusivamente ao que acontece nos países do leste. Eu quis mostrar, através de um testemunho preciso, que hoje na França os direitos do homem são diariamente violados e que a burguesia promove a humilhação e a destruição dos operários.»

Por Eder Seder, de Paris

—Falemos agora do seu trabalho. Você se referiu a *tendência dos intelectuais às generalizações apressadas, devidas a uma débil relação com o movimento social, sobretudo com o mundo do trabalho. Querria que você nos falasse um pouco acerca do trabalho que você faz atualmente.*

— Sim, eu acho que é algo importante. Uma das lições que eu tiro da nossa história recente é que o perigo de uma frágil ligação dos intelectuais (dos revolucionários, claro, dos que escolhem, digamos a transformação da sociedade) com a classe operária, é que eles captam uma pequena fração da realidade, alguns fatos esparsos, e constroem sistemas globais extremamente débeis, porque não se apoiam num conhecimento sistemático da realidade da classe operária, em ligações cotidianas.

Então temos essa característica - muito comum na França e que nos custa caro atualmente - da enorme instabilidade dos intelectuais. São os mesmos que há alguns anos tinham as visões mais esquerdistas, as proposições mais radicais, que hoje se declaram novos filósofos, sistematicamente anticomunistas. São os mesmos que analisavam a situação como de «vésperas da revolução» e que hoje dizem que tudo acabou, que a França não mudará nunca, etc.

De um modo geral eu penso que se os intelectuais marxistas querem transformar a sociedade, a condição mais fundamental para isso é que tenham laços orgânicos com a classe operária. Ou seja, que encontrem os meios de estar em

relação constante com frações do proletariado, que procurem analisar a realidade global, porque a realidade social é algo extremamente complexo e a imagem dada pelos meios de comunicação é completamente deformada. E a nós que cabe procurar um acesso direto a realidade.

De minha parte, desde que as Organizações de que fiz parte se atomizaram - mais ou menos em torno de 1972 - eu tentei conservar, junto com alguns camaradas, essa relação através de um trabalho sistemático com os operários e com sindicatos, tanto CGT como CFDT.

O trabalho que hoje fazemos consiste em estabelecer cursos para operários sobre a organização do trabalho.

Mas não o fazemos de um ponto de vista abstrato. Não nos contentamos em explicar-lhes o taylorismo, o «enriquecimento» das tarefas, as diferentes estratégias da organização do trabalho, etc. Procuramos fazer junto com eles a análise da organização do próprio trabalho deles. Fazemos enquetes sistemáticas nas diferentes empresas. Quando podemos visitar as empresas, nós o fazemos, com ou sem o acordo da direção.

De qualquer modo, analisamos as unidades produtivas, posto por posto, as mudanças ocorridas, comparamos as unidades entre si. Procuramos ver então as mudanças no sistema produtivo, as consequências para os trabalhadores, e depois de um conhecimento relativamente suficiente, reunimos tudo e realizamos um estágio com os operários.

— Isso foi organizado a partir dos sindicatos? — Foi feito com os sindicatos. Mas não necessariamente. Se houvessem organizações de base, grupos autônomos de operários, interessados poderíamos fazê-lo igualmente. Atualmente fa-

«A reconstituição do processo de trabalho é fundamental para os operários entenderem a estratégia dos patrões que se liga ao desemprego. Se examinamos a evolução do sistema produtivo podemos até prever quais unidades de trabalho vão ser suprimidas no próximo ano».

mos isso através dos sindicatos embora nós próprios sejamos independentes deles. Não somos empregados dos sindicatos e em certos casos temos conflitos com eles. E o caso que eu citei anteriormente da petroquímica, quando quisemos por ênfase na divisão existente entre duas frações da classe operária e a necessidade para os operários das empresas-centrais de assumirem os interesses de todos os operários, incluindo os temporários, os das firmas subsidiárias e subcontratistas, e a direção sindical se opôs vigorosamente, dizendo que se tratava de um ponto de vista esquerdista, que os imigrantes não eram tudo, etc.

Aliás, a base desse sindicato era bem menos resistente e alguns camaradas estavam mais próximos da nossa opinião. O interessante como eu disse é que 2 anos depois, a direção sindical fez sua auto-crítica. Por outro lado, essa política dos patrões tornou-se tão generalizada que todos os sindicatos foram levados a afirmar a necessidade de reunificar a resistência de classe operária. Do contrário diante de qualquer luta dos operários da empresa central, os patrões deslocariam novas partes da produção para as subsidiárias, para não prejudicarem seus lucros. Bem, tudo isso para dizer que nosso trabalho atual não se desenvolve sem contradições, porque, afinal, os pontos de vista se enfrentam, não se têm necessariamente as mesmas análises, etc. O que é fundamental é que não partimos de aprioris políticos ou teóricos mas da realidade dos setores produtivos.

— Esse trabalho de reconstituição do processo de trabalho é sentido pelos operários como uma necessidade?

— Sim, por uma série de razões. Em primeiro lugar, eles se interessam sempre por qualquer sistema de comparação das empresas, dos sistemas produtivos, porque naturalmente o que faz a

trama de toda a vida sindical são as chamadas classificações, nomenclaturas, prêmios por função, etc. Assim, sempre é importante para um operário operador numa máquina saber como são tratados os mesmos operadores em outras empresas.

Em segundo lugar, pela vinculação entre a organização do trabalho e a perspectiva do emprego. Atualmente há uma grande mobilização contra o desemprego que se tornou o espectro principal da classe operária. Se examinamos a evolução do sistema produtivo podemos determinar a estratégia dos patrões e dizer «ai está, se se continua a organizar o trabalho desse modo, esta unidade será suprimida. Se vai concentrar lá, esta outra não terá mais razão de ser. Eles a mantêm agora mas no próximo ano vão suprimi-la». etc. E é extremamente importante para os operários terem uma idéia dessa estratégia. E não é fácil apreendê-la porque o problema se coloca ao nível internacional.

Na França os patrões têm a possibilidade de fazer funcionar as empresas com subcontratistas franceses mas também com subcontratistas estrangeiros. Existe por exemplo a produção petroquímica suprimida na França e substituída por investimentos no Brasil. Isso é evidentemente um problema para os operários franceses. Embora diga-se de passagem, na minha opinião, não é nenhuma vantagem para os operários brasileiros. Quando se vê o modo como funciona o polo de Camaçari no Nordeste brasileiro, a gente se dá conta de que se trata de uma zona de pilhagem absolutamente espantosa. Quer dizer que os pretensos polos de desenvolvimento são um modo de destruição das estruturas econômicas locais, de expulsão dos camponeses da terra, de criar novas massas de boias-frias, gente sem terra, para uma criação irrisória de empregos. O polo petroquímico de Camaçari, para um vultoso investimento de 2 bilhões e meio de dólares, vai criar apenas 16 mil empregos diretos.

Além disso, o investimento se faz numa indústria petroquímica pesada, cujo mercado mundial é muito limitado. O mercado mundial para as indústrias de polietileno, de estireno, previstas atualmente em Camaçari, está completamente saturado. Vai resultar uma capacidade ociosa no Brasil mesmo. E desde já as multinacionais no Brasil exigem que o polo de Camaçari seja prioritário, o que criará uma super-produção nas indústrias brasileiras do resto do país. Quer dizer que quando um investidor investe no Brasil, ele



exige que sua produção seja prioritariamente adquirida. Como além disso ele investe em tecnologia para ter uma participação em capital e isso não lhe custa nada, ele procura vendê-la o mais caro possível. Analisando assim, pode-se ver que uma transferência da produção da França para o Brasil ou para outro país pode perfeitamente criar prejuízos dos 2 lados.

«É absolutamente fundamental que uma troca de informações se faça entre todos os oprimidos pelo sistema capitalista. Pois a Phillips, a Volkswagen, a General Motors e tantas outras são imensos vampiros cujo sistema de opressão atinge simultaneamente às populações de vários países».

— E você vê hoje formas de coordenação internacional na resistência operária?

As formas de coordenação não são fáceis, embora cedo ou tarde se façam. Começam pelo estabelecimento de contactos e pela informação mútua. É muito importante dar a conhecer aos operários franceses o modo como são tratados os operários brasileiros da Rhone-Poulenc, da Rhodiacta, etc. É muito importante saber na França como as multinacionais estão saqueando a Amazônia, expulsando os posseiros de suas terras, criando privações, etc. Tudo isso faz parte da acumulação do capitalismo francês. E em minha opinião é absolutamente fundamental que uma troca de informações se faça entre o movimento operário e entre todos os oprimidos pelo sistema capitalista. Porque a Phillips, a Volkswagen, a General Motors e tantos outros são imensos vampiros cujo sistema de opressão atinge simultaneamente populações da França, Brasil, Mauritânia, Marrocos, etc.

É certo que entre a tomada de contacto e a possibilidade de realizar efetivamente ações comuns há uma distância. Mas já acontece que, quando num país há uma greve e a multinacional procura compensar intensificando a produção noutro, os operários deste - tendo estabelecido o contacto - se opõem. São coisas que já se deram. Devemos esperar que se desenvolvam.

Problemas do Socialismo

A publicação recente do livro «O Imperialismo e a Revolução», do secretário geral do PTA Partido do Trabalho da Albânia, comunista, Enver Hodja, do qual o jornal Movimento publicou passagens fundamentais na edição de 6/02/79, merece atenção. Além de representar uma nova etapa na atual luta que travam o PTA e o Partido Comunista Chinês, apresenta uma nova visão a respeito de uma das maiores revoluções do século, a Revolução Chinesa, e de um dos mais importantes revolucionários, Mao Tse tung.

Por João Machado

A explicação dada por Hodja sobre a história recente das relações entre os dois países não chega a convencer. Ele afirma que desde o início do estreitamento do contato com Mao o PTA manteve reservas com relação às «vacilações antimarxistas chinesas», mas que não havia tomado essa opinião pública pela falta de dados mais completos. Teria havido uma evolução gradual no sentido de perceber que o pensamento de Mao representava uma «perigosa variedade do revisionismo moderno», evolução que só teria se completado após a morte de Mao.

Por outro lado, afirma também que basta «uma olhada crítica, embora parcial, nos escritos de Mao, em sua maneira de tratar os problemas fundamentais relativos ao papel do partido comunista, às questões da revolução, da edificação do socialismo», para pôr «completamente a nu a diferença radical entre o pensamento de Mao Tsetung e o marxismo-leninismo».

Mas o que importa é a caracterização atual revolução chinesa e do maoísmo. Este, para Hodja, é «um amálgama de ideologias, começando pelo anarquismo, o trotskismo, o revisionismo moderno à la Tito, à la Khrushchov, à la euroco-

munismo, e acabando pelo emprego de algumas frases marxistas». Não se deve esquecer também que inclui um certo «asio-comunismo», com fortes doses nacionalistas, xenófobas e até religiosas, budistas, que qualquer dia teriam que se opor abertamente ao marxismo-leninismo». Mais ainda «um lugar de honra nesta mistura é ocupada pelas velhas idéias de Confúcio, Mêncio e dos outros filósofos chineses».

Há coisas absurdas nesta afirmação. Não se vê porque o budismo teria influenciado com destaque o maoísmo, do mesmo modo que é difícil encontrar seu parentesco com o eurocomunismo. A questão do «trotskismo» de Mao é complicada. De fato, Mao fez à condução do PC chinês na revolução de 1925/27 uma crítica semelhante à formulada por Trotski na época: a integração, a submissão do PC ao Kuomintang (partido de Chiang Kai-shek, partido da burguesia chinesa) era o erro principal que tinha levado a revolução ao desastre. E Mao depois sempre cuidou de manter a independência política e militar dos comunistas. Nesta questão, esteve com Trotski e contra Stalin. Mas isto não é suficiente para falar em trotskismo, isto é apenas o marxismo mais elementar. E em inúmeras outras questões Mao esteve contra Trotski, tendo sempre considerado Stalin o grande marxista da época.

O revisionismo de Mao

O que é possível de aceitar na caracterização que Hodja faz do maoísmo é a influência dos antigos filósofos chineses, o nacionalismo e um tipo de revisionismo, pela diluição do caráter proletário da revolução em uma revolução «de massas», pela subestimação dos problemas para a integração da pequena burguesia camponesa no socialismo. Mas não é aceitável o tratamento destas questões como desvios dos dogmas religiosos do marxismo-leninismo. A evolução contraditória do comunismo chinês pressupõe não apenas a complexa situação em que se encontrou a revolução, mas a contraditória situação do comunismo mundial, que sofria, já na época, com a burocratização da III Internacional, com sua extrema debilidade ideológica, política e teórica, sua incapacidade em dar resposta aos grandes problemas da revolução chinesa (ou de qualquer outra revolução). Nesse quadro, a evolução do socialismo chinês era mais ou menos inevitável: suas ambigüidades só poderiam ser superadas na perspectiva de uma revolução socialista internacional, com o abandono do dogma stalinista do socialismo em um só país, o que nem Mao e muito menos Enver Hodja puderam admitir.

O caráter camponês do comunismo chinês resultou da derrota da revolução de 1925/27, essencialmente urbana, do massacre sofrido pelos comunistas nas cidades. Essa derrota levou a concentrar os efetivos do partido no campo, e posteriormente a formulação da estratégia do cerco das cidades pelos campos. É certo que isto conduziu à mencionada diluição do caráter operário do socialismo, e é discutível que fosse a única estratégia possível. Mas com toda a certeza não pode ser tratado como um mero desvio.

Além disso, a linha seguida pelos comunistas chineses com relação ao campo tornou viável uma integração sem precedentes do partido com o campesinato, e um correto tratamento das diferenças de classe no campo, um estímulo da luta dos elementos proletários e semiproletários contra a burguesia rural. Isto evitou a tragédia da coletivização forçada da agricultura como ocorreu na URSS, verdadeira guerra civil contra o campesinato. Não é possível desconhecer esse fato.

A caracterização de Mao como um mero «revolucionário democrata, progressista» e da revolução chinesa como uma simples «revolução democrático-burguesa», também feita por Hodja, não é menos insustentável. Embora seja possível levantar inúmeros problemas na sociedade pós-revolucionária chinesa que não permitem defini-la como socialista, não dá para negar que houve uma revolução socialista e que a transição para o socialismo foi iniciada, que há uma sociedade



pós-capitalista, apesar de pré-socialista. Para provar que a China nunca deixou de ser um país capitalista Hodja não se preocupa em discutir sua relação de produção, a regulação da economia. Não aponta a manutenção da propriedade privada dos meios de produção nem a presença da lógica da acumulação de capital. Aliás, a caracterização que a China é e sempre foi um país capitalista é tão precária quanto a caracterização, tão cara aos dirigentes chineses, da URSS como país capitalista.

Para Hodja, além de tudo, a China estaria se tornando um país imperialista. A liquidação da Revolução Cultural teria sido feita «por meio de um golpe militar» por elementos «antimarxistas e fascistas». Ora, por mais que a política atual chinesa (bem como a soviética) seja contrária ao socialismo, a distância do fascismo italiano ou alemão é enorme.

Mais stalinista que Stalin

Mas o fundo da questão, a razão pela qual se fazem as maiores críticas ao maoísmo, é o insuficiente stalinismo de Mao. Para Hodja, citando Stalin, «o partido comunista é o partido monolítico do proletariado», que tem uma «verdadeira unidade marxista-leninista de pensamento e ação», unidade esta que exclui qualquer divergência interna. Esse partido tem um «papel incom-

partilhável na revolução e na edificação socialistas». A idéia (que aliás Mao defendeu apenas por um curto período) de que é preciso deixar que «cem flores desabrochem» é violentamente combatida, em defesa do monolitismo também em toda a sociedade.

Completando sua visão, Hodja critica mais violentamente a Revolução Cultural exatamente o que ela teve de mais positivo, que foi ter permitido um certo grau de mobilização de massa contra a estrutura burocrática do partido. Em resumo, vê o socialismo como uma sociedade monolítica, dirigida por um partido único monolítico, que dirige sem permitir nenhum papel independente da classe operária e do povo.

Como último ponto a comentar, Hodja critica também a preocupação dos comunistas chineses de desenvolverem originalmente o marxismo. Para ele, o marxismo-leninismo é um rígido corpo de doutrina, a ser aplicado rigidamente a todos os países, em todos os lugares.

Em resumo, Hodja defende um stalinismo muito mais rígido não apenas que o de Mao (que sempre manteve uma certa independência, e contradições importantes com a burocracia soviética), mas que o do próprio Stalin. E essa posição levou-o, a depois de passar duas décadas apoiando acriticamente o comunismo chinês (pelo menos de público) a uma posição com relação a toda a história da revolução chinesa absurdamente sectária.

Polônia A luta da oposição

Após as lutas de 1976, quando os operários responderam com a greve geral à proposta de alta dos preços feita pela burocracia polonesa, os camponeses entram na cena política. Durante todo o ano de 78, as lutas se sucedem e culminam com a criação de um comitê permanente de auto-defesa dos camponeses animado por uma quinzena de militantes cujos nomes são amplamente divulgados. A oposição na Polônia, vê assim suas margens de intervenção se alargarem.

Publicamos aqui uma entrevista com M., militante representativo da ala esquerda da oposição polonesa.

Por Alain Udry

Dois anos depois das greves operárias de 1976, os camponeses poloneses aparecem na cena política. Como você explica, do ponto de vista político, a relação entre essas duas datas, e quais são as implicações das manifestações camponesas?

Em 1976, os operários poloneses se uniram em torno de uma questão: frear a alta dos preços. Hoje os camponeses tem à frente um problema que os unifica: a defesa da terra. Assim como na América Latina e nos países dependentes em geral, a palavra de ordem mais popular no campo polonês é: a terra aos que nela trabalham! Não obstante, embora o regime tenha parcialmente recuado sobre as medidas concernentes à aposentadoria dos camponeses, o problema do campo na Polónia, apenas começa a ser posto.

De outro lado, em relação ao conjunto da sociedade, a situação social dos camponeses, que são produtores independentes, coloca-os em melhores condições que os operários de nosso país para se exprimirem enquanto setor de maneira autônoma. Os operários são mais controlados pelo Estado em seus locais de trabalho e cuidadosamente separados dos outros trabalhadores inclusive dos de sua própria fábrica, e do resto da população. Sua vida social é reduzida ao mínimo, isto é, ao núcleo familiar.

Este problema não existe no campo polonês, como o indica as diferentes manifestações que tiveram lugar nos últimos meses (de uma envergadura jamais vista) e as organizações autônomas que os camponeses criaram e que chegam até a assumir formas federativas em muitas regiões. Tudo isso nos mostra que, no período atual, a organização dos camponeses é mais fácil.

Mas isto não significa de modo algum que a dinâmica social tenha se deslocado das cidades para o campo, ou que os operários tenham perdido a iniciativa no conjunto da sociedade. As inúmeras greves operárias que explodem a cada dia no país, a construção e o fortalecimento de sindicatos independentes, a circulação crescente de publi-

cações entre os operários nos provam o contrário. Além disso, os operários têm dado diversas provas de solidariedade às lutas dos camponeses (entre as mais importantes está a declaração de apoio que foi assinada pelos dois sindicatos livres de Katowice).

Os trabalhadores poloneses consideram a luta pelos direitos dos camponeses perfeitamente lógica e justa, o que não significa que os operários estejam em condições de se mobilizar imediatamente por eles. Mas, por outro lado, a burocracia não se encontra mais em condições de encerrar a possibilidade de opor a população trabalhadora das cidades aos camponeses para frear suas lutas.

Você é um dos numerosos militantes da oposição que é religioso. Explique nos o papel da Igreja no período atual.

Em primeiro lugar é preciso considerar dois fatores históricos que caracterizam a situação da Igreja polonesa:

- De uma maneira geral, os poloneses, independentemente de sua religião, enxergam a Igreja como a única instituição que defendeu de modo permanente a consciência nacional e a independência política do povo polonês, nos 2 últimos séculos.

- Depois da última guerra, todas as outras instituições sociais independentes, ou foram progressivamente reduzidas a nada ou foram incorporadas como aparelhos ao serviço da política do regime. A única exceção foi a Igreja.

Esses dois pontos explicam o atual papel da Igreja na Polónia. Para a população, ainda mais atualmente, a Igreja é a única instituição que tem uma autoridade moral e uma estrutura independente do Estado, o que a torna capaz de forjar também uma consciência social livre e independente. O papel intrínseco que ela desempenhou na defesa dos direitos do homem na Polónia é a razão pela qual, na prática, as tarefas e os problemas fundamentais da oposição e da Igreja coincidem. Mas, seria errôneo concluir que a Igreja pode preencher as funções das organizações políticas. É a oposição a meu ver, que cabe isto.

Dez anos depois da invasão militar da Tchecoslováquia, quais são os riscos de que isto se reproduza na Polónia, e como este fato condiciona a atividade da oposição?

Vistas as circunstâncias externas atuais (principalmente a baixa do prestígio do regime soviético no Ocidente e o fenômeno do eurocomunismo), em razão de fatores internos (a radicalização crescente das lutas de setores cada vez mais amplos de nossa população e o fortalecimento da oposição), a intervenção soviética na Polónia torna-se menos possível. Por outro lado, o regime da URSS perdeu a iniciativa ao nível mundial no curso dos últimos anos.

Em seguida às primeiras campanhas pelos direitos do homem, a capacidade de iniciativa ideológica da URSS deteriorou-se substancialmente. Tanto assim que, durante os anos 50, as sociedades ocidentais não sabiam mais o que fazer diante das iniciativas, das reivindicações e das proclamações que se desenvolviam no mundo, na esteira da tradição da revolução de 1917, e que nossos regimes se diziam «representar». Hoje, são os regimes ocidentais que tomam a iniciativa pela «defesa» dos direitos democráticos pisoteados nos países ditos «socialistas».

Mas, existe alguma coisa a mais. Algo que começou há algum tempo a ter uma enorme significação: o processo de aproximação entre a China e os outros países ocidentais, e em particular, o Japão. Trata-se de colocar em questão o poder de influência da URSS numa zona importante do mundo. Isto introduz a possibilidade de que, num futuro próximo, os soviéticos se vejam obrigados a introduzirem mudanças em suas relações com os países da Europa oriental e central, se eles não quiserem ver agravar a tensão com esses países. De qualquer modo, uma coisa parece certa: os Chineses não abandonarão no futuro imediato, sua atual política internacional, e os povos dos países do Leste não estão dispostos a abrir mão da defesa do que eles consideram seus direitos. Nós manteremos a luta por nossa independência pelo menos no nível atual.

Consequentemente, cada minuto que passa torna mais difícil a intervenção militar soviética e, ao contrário, leva a URSS a saber que uma outra ação desse tipo terá resultados extremamente dolorosos e consequências pesadas para ela. Não obstante, existe na Polónia os que pensam que uma tal intervenção é inevitável. Poder-se-ia dizer que o medo de ver a qualquer momento os exércitos russos sobre nosso território é, num certo sentido, um reflexo condicionado na mente dos poloneses, habituados que estamos a ver sucederem-se intervenções, pós intervenção

russa desde há mais de dois séculos, mais ou menos a cada nova geração. As razões para tal jamais foram importantes. Bastaria que qualquer setor da população se organizasse para mudar o status que em não importa qual direção, progressista ou conservadora.

Isto remete a oposição deste país ao problema principal que atualmente motiva a maior parte das discussões entre nós. Isto é, de que modo devemos sincronizar nossas lutas no interior do país com as condições internacionais, para conseguir impedir uma intervenção militar da URSS. E é preciso dizer que não existe na Europa ocidental uma compreensão clara desta questão.

Eu não nego que existam grupos entre os poloneses que determinam todo o seu comportamento em função da possibilidade de uma intervenção. Eles existem e têm como projeto integrar-se ao regime atual para tentar modificar desde o seu interior a situação política, económica e social, acreditando com isso evitar a intervenção de «nossos amigos» os soviéticos.

Mas para outros setores entre os quais eu me encontro, trata-se de combater essa idéia fixa dos poloneses. Não apenas porque por razões táticas, é necessário quebrar esse medo das pessoas, que o regime sabe manipular muito bem — mas também porque, efetivamente, a invasão militar soviética não é inevitável.

Consequentemente, quando propomos uma ação, levamos em conta o fato de que os poloneses poderão sustentá-la, se eles se aperceberem não apenas de que esta medida responde às suas necessidades, mas também de que ela não vai provocar a intervenção. E isto não significa que nós devemos nos limitar a uma série de atividades de resistência, sem ofensiva, ou a um projeto de colaboração como o regime atual.

Qual é então o projeto que os grupos de oposição aos quais você pertence propõem às massas?

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer uma questão que parece preocupar muito a esquerda na Europa ocidental a nosso respeito. Trata-se de saber se nós propomos ao «movimento de massas» uma política que se orienta para a tomada do poder político nas condições atuais. Devo dizer de modo enfático que este não é um problema que está na ordem do dia para a oposição na Polónia. E isso porque não tem sentido colocar a questão do poder político quando nem mesmo se criou uma infra-estrutura social para as lutas das massas. E quando eu falo de infra-estrutura social eu quero com isso designar o estabelecimento de todas as formas de associação da população independentes do Estado, isto é, que a

intervenção do Estado não seja totalitária e que todas as relações sociais não sejam institucionalizadas.

Nosso projeto atual de criar tais infra-estruturas significa entre outras bandeiras: liberdade de opinião e de organização; sindicatos e universidades livres de controle do Estado e tendo os meios materiais de funcionamento; meios de comunicação social diferentes dos hoje existentes e através dos quais apenas setores muito reduzidos da população podem se expressar e não as amplas massas. Existe atualmente 25 jornais não censurados com uma tiragem de 100.000 exemplares (sendo que o de tiragem mais significativa é o *robotnik* — com uma velha tradição na Polónia — órgão do Partido Socialista que se formou no fim do século XIX). Mas face a isso, apenas o órgão oficial do partido «deles», o Partido Operário Unificado Polonês, *Trybuna Ludu*, tem uma tiragem cotidiana de um milhão de exemplares. Esse número mostra de modo eloquente tudo o que está por ser feito no terreno da liberdade de expressão.

Além disso, nós lutamos para criar mecanismos democráticos que estejam em mãos dos cidadãos para controlar a vida social, organismos como o Buró de Intervenção do KOR, que atua em cada caso onde o Estado infringe a lei contra um cidadão. Com efeito, desde os últimos anos, existe em nosso país duas grandes categorias de problemas da vida social: primeiramente, os problemas e contradições devidos aos conflitos entre o Estado enquanto principal empregador e os trabalhadores; segundo lugar, a perseguição do Estado contra os militantes políticos e sociais. Em cada caso o KOR denuncia o problema por todos os meios que ele consegue, estimula a solidariedade e garante toda a ajuda material possível.

São essas as principais atividades nossas do momento. Em seguida pretendemos atacar o problema do desperdício na administração pública e os erros de gestão e isto será um dos pontos que suscitará o mais vivo interesse na Polónia.

É isso que entendemos por criar uma infra-estrutura social. Mas poderíamos dizer, de outro modo, que o objetivo fundamental da oposição no período atual é o de reconstruir a possibilidade e a aptidão da sociedade polonesa para se autoorganizar.

E em qual medida todas essas atividades da oposição levarão a colocar o problema do poder político na Polónia?

Lentamente e levando-se em conta as condições, eu acredito que começaremos a preparar a luta pelas eleições livres... talvez mais rapidamente do que se possa imaginar. Num futuro próximo, você não vê a necessidade de um partido que centra-

lise e coordene as intervenções diretas dos trabalhadores?

Atualmente, então, trata-se de criar as condições para que as pessoas se organizem e possam em seguida se exprimir não em um partido mas em vários partidos. Entretanto nós já temos alguns precedentes que me levam a afirmar que uma ou várias organizações sob forma de partido na oposição, não apenas não são indispensáveis, mas poderiam até contribuir para nos dividirmos e fazermos perder a confiança da população nas possibilidades reais de uma oposição ao regime atual. As experiências dos dez últimos anos nos mostra que quanto mais nós nos diferenciarmos sobre as questões de funcionamento sob forma de partidos, mais nós nos enfraquecemos e nos isolamos grupo por grupo, oferecendo ao regime as ocasiões oportunas de liquidar-nos sem grandes dificuldades.

Eu estou convencido de que nós não devemos falar de partido enquanto não formos uma oposição forte dentro do país. E em relação à organização política dos trabalhadores poloneses e uma nova direção, isto só poderá ser encarado quase com a condição de primeiramente se criar a infra-estrutura social que socialize os operários e os coloque em ação enquanto força motriz de nossa sociedade, através de uma imprensa e de organizações sindicais apropriadas.

Uma certa imprensa ocidental insinua que o regime estaria disposto a fazer acordos com uma parte da oposição. O que você pode nos dizer sobre o conjunto da política da burocracia nesse sentido?

É preciso dizer que as últimas reações do regime diante do movimento operário e camponês mostra que cada vez que «eles» se sentem fortes e veem um perigo, eles preferem a repressão. E é difícil imaginar que possa haver qualquer normalização se a repressão aumenta. E aqui não se trata apenas do fim das perseguições contra pessoas. O principal é que a política do Estado não sofreu mudança. As autoridades continuam a negar a terra aos camponeses e mantêm sua política de salários e preços contra os interesses das camadas mais pobres da população.

De outro lado, as autoridades continuam sua política de transformação do sistema educacional, convertendo-o cada vez mais em oficina de propaganda do regime atual. Esse sistema é organizado de modo a que a aceitação incondicional da política dos dirigentes torne-se cada vez mais a condição de ingresso nas escolas e nas universidades. Esta reforma, aplicada claramente há um ano, não faz nada além de seguir o modelo soviético.

1º Congresso da Mulher Paulista

Mulher! Abra os olhos

Esta foi a convocação feita para o 1º Congresso da Mulher Paulista. Durante os dois primeiros dias do encontro, 3 e 4 de março, as mulheres de várias regiões de São Paulo, divididas em 21 grupos de trabalho, debateram os problemas da mulher na sociedade brasileira. A necessidade da equiparação salarial, ampliação do ensino profissional, melhores condições de trabalho, as causas da frigidez da mulher, o medo à gravidez e a educação preconceituosa foram as principais questões debatidas. No dia 8 haverá o encerramento do Congresso, onde serão tomadas algumas resoluções, além da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Por Maria Moraes

Discriminação econômica

Em muitos aspectos o 1º Congresso da Mulher Paulista foi um espetáculo emocionante, principalmente para quem participou de seus grupos de discussão. Aproximadamente quinhentas mulheres estiveram reunidas nas dependências do Teatro Ruth Escobar, enquanto seus filhos ficaram aos cuidados das várias creches que colaboraram com o Congresso. Para participar bastava inscrever-se, lá mesmo no Teatro, e integrar-se de imediato a um dos 21 grupos de trabalho (aos quais se acrescentou um grupo de homens, com atuação marcante). Neste sentido, imperou a mais ampla democracia.

Nos dias 3 e 4 de março, as mulheres discutiram, da manhã ao fim da tarde, questões que iam dos problemas do trabalho à sexualidade feminina, controle de natalidade e a participação da mulher na sociedade. Cada um destes temas era apresentado na forma de exposições e depoimentos, numa assembleia plenária, e a partir deles eram colocadas questões para a discussão nos grupos. Por exemplo: «O trabalho doméstico é trabalho?»; «Quais as causas da frigidez feminina?»; «De que maneiras a mulher pode participar na sociedade?»

E verdade que o fato das perguntas serem propostas pelas expositoras e a existência de coordenadoras nos grupos, funcionando como correias de transmissão da comissão organizadora, deixava em aberto a possibilidade de manipulação das discussões. Mas o direito à palavra garantido a todas as componentes de cada grupo e, fundamentalmente, a própria consciência que as mulheres demonstraram ter de seus problemas e interesses garantiu a representatividade das resoluções apresentadas pelas relatoras. Ao final de cada período de discussão. Aliás, quando alguma relatora, mais empolgada, terminava por expor seus próprios pontos de vista, suas companheiras de grupo, da platéia, cobravam tal atitude, exigindo fidelidade às resoluções coletivas.

As resoluções mais expressivas, concernentes ao tópico Mulher e Trabalho, concluíam que as tarefas domésticas constituem um «trabalho monótono, cansativo e prolongado», cabendo lutar por sua socialização, com a introdução progressiva de lavanderias e restaurantes coletivos e demais serviços públicos, a ser organizados pelo governo e geridos pela comunidade. Até então, que o trabalho doméstico seja dividido com o marido e os filhos, permitindo a crescente incorporação da mulher à esfera da produção.

Consequentemente, o Congresso pronunciou-se contra o salário para a dona de casa, pois isto significaria a consumação de sua escravidão no lar. Da mesma maneira, considerou necessária a extinção, a longo prazo, do emprego de doméstica. Enquanto isto, exigiu a extensão das garantias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) às empregadas domésticas.

A necessidade da equiparação salarial (fazendo valer o princípio «igual salário a igual trabalho»: a ampliação do ensino profissional: o término das discriminações relativamente ao acesso às profissões e aos cargos de chefia: melhorias nas condições de trabalho, incluindo máquinas adequadas à fisiologia feminina (foi apontado que as máquinas foram projetadas segundo o padrão de estatura masculino, mesmo quando se destinam a ser manejadas por mulheres, o que acarreta problemas na coluna), vestuários e equipamentos sanitários adequados. Para a defesa de seus interesses específicos, enquanto fração mais explorada dos trabalhadores, foi proposta a criação do departamento feminino nos sindicatos, uma vez que lutando por suas reivindicações a mulher está defendendo os interesses do conjunto dos trabalhadores. Logo, unificando a classe operária, como ressaltou uma metalúrgica, muito aplaudida.

O tema «Mulher e sua Participação na Sociedade», tão promissor, foi na verdade o mais pálido desta jornada da mulher paulista.



Jesus Carlos

Mais uma vez, a tônica foi dada no reafirmar a luta da mulher como indissolúvelmente ligada à transformação da sociedade (o que é verdade) e chegou-se a afirmar (incorretamente) que o trabalho doméstico é desvalorizado porque vivemos no sistema capitalista (só que se esqueceu de citar em que sistema ou regime o trabalho doméstico foi ou é valorizado), relacionando, com isto, o fim do capitalismo ao fim da opressão da mulher.

Se assim fosse, diga-se de passagem, não haveria por que falar em opressão da mulher: tudo se resolveria com a socialização dos meios de produção. Ademais, a situação da mulher nos países ditos socialistas — e a existência neles de organizações femininas que continuam travando a luta feminista — demonstra que o socialismo é a condição necessária, porém não suficiente para completa emancipação da mulher. Da mesma maneira, ao contrapor «as lutas específicas da mulher» às «lutas sociais» algumas oradoras demonstraram uma inadequada compreensão do problema pois a luta feminista é uma luta social.

Enfim, a sexualidade em questão

As mulheres que participavam do Congresso, em sua maioria, tinham já alguma experiência anterior em organizações femininas, como bem o demonstrou a grande afluência de associadas de Clubes de Mães. Questões como as relacionadas com o custo de vida e condições de vida e trabalho constituíram, pois, assuntos mais conheci-

dos. Por isto, a maior soltura e os depoimentos mais «do fundo do coração» foram despertados pelo tema da sexualidade e por aquilo que elas chamavam de «realização afetiva».

«A mulher sofre muito com os problemas do sexo. Eu me casei com 14 anos de idade, meu pai pôs nos documentos que eu tinha 3 anos a mais. Estou vivendo com meu marido faz trinta anos. Às vezes me revolto e pergunto porque casei. Quando as filhas nasceram eu dormia com elas, depois da trabalhadeira do dia todo. Ele nunca me ajudou, dormia num outro quarto. Ai, quando as meninas estavam quietas, é que ele vinha me procurar; ele se realizava e pronto. Eu, nunca. Sei que sempre sufocou esta parte, o sexo. Mas foi por minhas filhas que aguentei tudo. Eu vivo para elas», contava uma senhora cercada pelo silêncio compreensivo e solidário de seu grupo.

Então, apareceu a opressão sexual: a dupla moral que tudo permite ao homem, desobrigando-o na prática da monogamia compulsória, e pune a mulher na base do estigma da mãe solteira; do sadismo de médicos de Hospital das Clínicas (entre outros) que praticam curetagem à frio, sempre que desconfiar ter sido provocado o aborto da paciente, internada com hemorragia. A existência do machismo espelhada na violência física que sofrem muitas mulheres e na própria existência de uma categoria profissional conhecida como prostituição — ou seja, em mulheres que vendem o próprio corpo encontrando quem conheça satisfação sexual em um ato praticado em tais condições. O machismo que impõe o peso da contracepção à mulher, que a utiliza como objeto sexual, como artigo de cama e mesa.

E se as mulheres apontavam a inexistência de condições mínimas de existência — incluindo a moradia, com um quarto exclusivo para o casal como uma das causas da frigidez da mulher, assim como o excesso de trabalho (a cansaça em que o homem e a mulher chegam do trabalho) e outras razões mais relacionadas com a condição econômica. Não esqueceram também de mencionar o machismo («O homem se realiza e não se importa com o prazer da mulher»); o medo à gravidez; a educação preconceituosa que recebiam; o moralismo e (por que não?) a falta de carinho e de amor com que são tratadas.

Númeras foram, então, as propostas apresentadas: elas refletiram a necessidade da revolução cultural, complemento inseparável da transformação econômica. Declarando que a brasileira não tem nenhuma garantia quando fica grávida, dada a carência alimentar, a ausência de atendimento e acompanhamento médico, muitas vozes no Congresso declararam que a brasileira não tem direito de escolher e que frente a uma gravidez indesejada o aborto clandestino, realizado pelas curiosas, no caso das mulheres sem recursos (ou seja, a esmagadora maioria das brasileiras) ou então em clínicas que cobram uma exorbitância, alimentando a ganância dos abutres que desrespeitam a profissão médica, aparece como única alternativa. «Não se trata de ser a favor ou contra o aborto — afirmava uma das oradoras mais aplaudidas — e sim de legalizar o que hoje é praticado em 3 milhões de mulheres. E para que todas as mulheres possam realizá-lo dentro das melhores condições médicas, exigimos que o aborto seja também gratuito».

Um ânimo novo

A capacidade em criar este clima de entusiasmo, solidariedade e confiança, de também tocar nas emoções das participantes (nos grupos em que isto sucedeu levou à exigência espontânea de que «não podemos agora dizer adeus, umas para as outras esperar pelo próximo Congresso: precisamos continuar juntas».

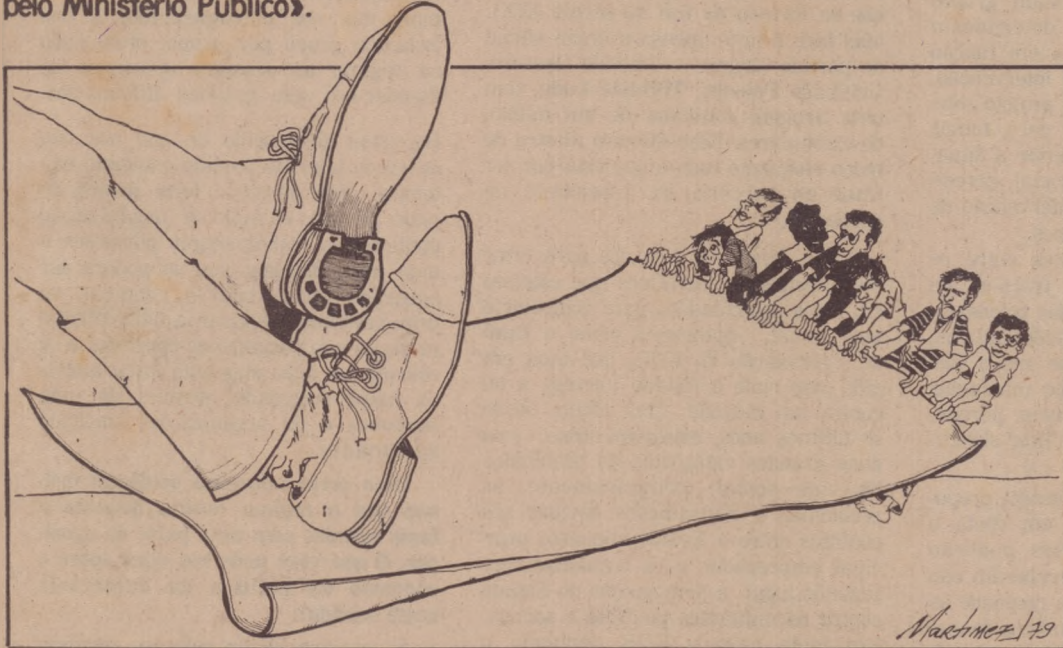
Neste sentido, foram apresentadas propostas em favor da formação do Movimento de Mulheres de São Paulo, na base da definição de um programa comum de lutas, a sair do Congresso, e da unificação dos diversos grupos, associações e instituições femininas «feministas em uma coordenadora».

É provável, portanto, que 1979 transforme-se num ano memorável no calendário das lutas feministas. E que o 8 de Março deste ano seja comemorado com o avanço do movimento de mulheres, refletido ao nível de um programa e de uma organização unitários. Esta é a esperança deixada pelo 1º Congresso da Mulher Paulista.

Juiz anuncia:

Mais cabeças rolarão na Febem

As torturas e violências contra menores, cometidas dentro das unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em São Paulo, denunciadas numa sucessão de matérias feitas pelo repórter Carlos Alberto Luppi para a «Folha de São Paulo» e para o EM TEMPO, durante 37 dias, levaram no início dessa semana à exoneração do presidente da entidade, Agostinho Gilento Giusti e à abertura, pelo juiz Corregedor Newton Silveira, de uma sindicância geral em todas as unidades da Febem no Estado de São Paulo. A situação caótica da Febem, o quadro de violências, os inexistentes índices de recuperação de menores, tudo isso deve provocar uma mudança radical nos métodos da entidade e em cúpula diretiva. As denúncias levarão a processos já instaurados pelo Juiz Corregedor que se declarou «perplexo com todo o quadro de arbitrariedades». Segundo o juiz «doa a quem doer, tudo será apurado e os responsáveis serão processados pelo Ministério Público».



Por Carlos Alberto Luppi
(especial para EM TEMPO)

Praticamente todas as unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em São Paulo estão comprometidas com violências, maus tratos e torturas a menores carenciados e com problemas de conduta. Na última quinta-feira, uma rebelião de 70 menores da unidade educacional da Febem de Ribeirão Preto veio mostrar o elevado grau de insatisfação dos menores para com os métodos de tratamento a que são submetidos dentro das unidades. Sete fugas em massa de menores em cinco meses, as violências generalizadas contra menores (alguns dos quais submetidos até mesmo a «pau de arara») praticadas por funcionários sem qualquer preparação, a omissão vergonhosa dos atuais dirigentes da Fundação acabaram provocando no início desta semana a exoneração do presidente da entidade Agostinho Celso Giusti com a inusitada explicação de que «ele sai para cursar a Escola Superior de Guerra».

Durante 37 dias, este repórter pôde coletar dezenas de denúncias de prática de violências e

maus tratos contra os menores em São Paulo, alguns inclusive submetidos a um espantoso processo de isolamento em algumas unidades. Várias vezes, as denúncias eram seguidas por tentativas dos dirigentes da Febem e do Secretário da Promoção Social Mário Altenfelder de acusar este repórter. Houve tentativas claras de intimidação não levadas em consideração, tamanho o volume de denúncias. No 37º dia de denúncias consecutivas, o presidente da Fundação é exonerado do cargo. No bojo de sua caótica administração, inúmeros funcionários da Febem agiram de forma inconsequente e criminoso. Não tem explicação por exemplo a morte do menino Edilson Barbosa, na unidade da Febem em Ribeirão Preto, ocorrida dia 4 de fevereiro. O corpo do menino foi mantido dentro da unidade sepultado durante 10 dias até que o fato foi denunciado publicamente.

Sobre esta morte não existe sindicância ainda. Outro fato denunciado foi a sucessão de espancamentos a que foi submetido o menor Wanderley Cirilo na Unidade de Triagem número 3, da avenida Celso Garcia, na sexta-feira antes do carnaval. O menor foi agredido pelo funcionário Fer-

nando Ignácio do Nascimento e levado a um cubículo de isolamento onde tentou o suicídio se cortando com vidro estranhamente deixado à sua disposição na cela. O menor, após as denúncias, foi ouvido pelo Juizado de Menores que o colocou sob sua proteção direta temendo que ele possa ser morto, após a confirmação das denúncias.

Também permanecem sem explicação as denúncias feitas sobre o envolvimento de seis

funcionários da Unidade de Triagem número tres em subornos para dar cobertura a fugas de menores. Os funcionários são os srs. Anísio, Maurício, Lopes, Wanderley, Waldicéio e Paulo César que tentaram obter 80 mil cruzeiros de um menor, Armando Nunes dos Santos. O menor não cumpriu a promessa de dar-lhes 80 mil para fugir e foi detido novamente, espancado e

ameaçado. As denúncias foram parar no Juizado de Menores da capital, que confirmou tudo.

Estranha terapia

As irregularidades não param aí. Na fuga ocorrida em Ribeirão Preto, na última quinta-feira, novas acusações puderam ser levantadas contra o diretor da unidade, Tomaz Cortez, anteriormente envolvido em corrupção e processado por maltratar menores na unidade da Febem de Iaras. O mesmo Cortez junto com os funcionários Edmo e Gastão costumam andar armados dentro da unidade de Ribeirão Preto intimidando menores. Com a fuga, o próprio Juiz de Menores da capital Newton Silveira resolveu ver as coisas no próprio local. Ficou estupefocado com o que viu. A sua frente, na sexta-feira, outros 20 menores fugiram da unidade por não mais suportarem maus tratos e isolamento em celas onde eram espancados. O juiz ficou ainda mais estupefocado ao constatar que anteriormente à fuga, nos quatro dias de carnaval, 50 meninas da unidade da Febem da Vila Maria haviam sido levadas à unidade de Ribeirão Preto para passar o carnaval com 195 menores com problemas de conduta. Qualquer um pode avaliar o que houve nestes quatro dias de carnaval. A Febem justificou a ida das meninas até então mantida sob sigilo, como «terapia válida».

O regime de isolamento de menores considerados perigosos, a falta total de profissionalização, o caótico quadro de funcionamento da entidade (na Unidade da Raposo Tavares há o famoso quinto andar onde os menores são espancados na calada da noite; na unidade de Triagem número três, os espancamentos e torturas são praticados quando se usa a expressão «ir às missas», na unidade de Mogi Mirim os garotos são levados para isolamentos existentes nos subterrâneos para apunhar), o despreparo de 70% de todo o pessoal da Febem atualmente, a omissão sistemática dos dirigentes da entidade, a não punição dos funcionários torturadores de menores (eles não são demitidos porque se forem mandados embora certamente vão denunciar todas as arbitrariedades lá existentes, o que estareceria São Paulo), o quase inexistente trabalho de recuperação do menor, tudo isso exige, uma mudança radical nos métodos da entidade nascida para tentar recuperar menores para a sociedade.

No início desta semana, o juiz Corregedor de Menores, Newton Silveira, única autoridade na prática a levar as denúncias em total consideração, estupefocado com o quadro de denúncias e com o que confirmou em visitas pessoais a algumas entidades, resolveu mandar abrir uma sindicância geral em todas as unidades da Febem «para que os culpados sejam punidos pelas irregularidades cometidas». O juiz foi mais adiante: «Toda a cúpula da Febem e da Secretaria da Promoção será chamada a depor na sindicância. Eu exijo uma mudança radical dos métodos da entidade e uma mudança radical da cúpula dirigente da entidade». Silveira disse ainda que o que «eles fizeram a fazem não tem cabimento, é sem dúvida alguma coisa de altamente criminosas». E mais: «Doa a quem doer, vou apurar tudo e abrir inquerito judicial».

“Casa do Papai”

— «Sai da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo onde exercia o cargo de assistente social porque pude observar e concluir que ali não se recupera nada nem ninguém. Profissionalização não existe e cheguei à conclusão de que a Febem existe para manter as aparências para que os menores não fiquem expostos na rua. Desta forma é dada uma satisfação à sociedade».

A declaração é da assistente social M.A.S.P.L., que trabalhou na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor durante quase três anos e acabou pedindo para sair «porque não aguentei ver mais as coisas terríveis que via». A assistente trabalhou na unidade educacional da Vila Maria destinada a menores do sexo feminino e pôde observar fatos graves ali ocorridos: «As meninas apanhavam e os maus tratos eram constantes. Havia até uma divisão de meninas-machas e meninas-fêmeas. As primeiras usavam até mesmo uma correntinha no pé e isso as identificava. Observei que muitas meninas tentavam a todo custo evitar que fossem curradas, o que acontecia até mesmo com a convivência de funcionários. Estes eram poucos e não davam conta de vigiar o prédio».

Segundo a assistente social (cujo nome não é revelado para que sejam evitadas pressões sobre a sua pessoa) os erros nesta unidade se acumulavam desde 1975 quando começou a trabalhar lá: «Nesta época terrível. As formas usadas para segurar as meninas mais agressivas e revoltadas tinham como base medicamentos variados. Eles aplicavam nas meninas um autêntico coquetel de

medicamentos para anestesiá-las. O único lugar para as que tinham problemas era a Casa do Papai, onde o tratamento é a base de choques e violência».

Nesta casa inclusive havia até mesmo uma cadeira importada dos Estados Unidos onde a menor era levada e colocada e ameaçada de levar choques caso não parasse de fumar maconha ou de se drogar. As menores pediam pelo amor de Deus para não serem encaminhadas para lá. E quando não iam, eram levadas para o Sanatório Vera Cruz, no Jaçanã, que é outro caso de péssimo tratamento. Então resolvi sair porque cheguei à conclusão de que ali não se recupera nada — nem ninguém e a Febem existe apenas para dar satisfações à sociedade».

— O grande problema da Febem é o tratamento de recuperação que é praticamente nulo porque o problema do menor é fruto de uma coisa muito mais ampla, um esquema de repressão geral no País. O próprio sistema não ajuda e incentiva à marginalidade e à violência e não considera prioritário o problema do menor em São Paulo. Outra coisa que posso observar é que na Febem, no meio de pessoal técnico bom, a grande maioria é realmente despreparada para as funções. Havia monitores e inspetores estúpidos e brutos com os meninos e que os agrediam por qualquer coisa. Considero ser necessária uma reesquematização dos métodos de tratamento utilizados pela Febem para que algum resultado seja possível. Caso contrário de nada adianta gastar-se tempo e dinheiro no assunto».

EM TEMPO:

Assembleia legítima e garante a continuidade do EM TEMPO

A continuidade do jornal EM TEMPO esteve ameaçada por um impasse criado em sua direção. Durante duas semanas todos os componentes da Frente Jornalística que trabalham para a Editora Aparte se dedicaram, com afinco, a debater os problemas enfrentados pelo jornal. No último domingo, dia 4, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária da Editora, que, democraticamente, superou o impasse criado na direção. Aqui estão as principais peças que compõem a história da recente crise, divulgadas com o objetivo de fazer pública e aberta a discussão sobre um projeto que, desde a sua origem se comprometeu com o princípio da realização de um jornal democrático e com os destinos das oposições brasileiras.

Desde os dois números anteriores que publicamos documentos e artigos referentes à crise. Nestas duas páginas especiais estão:

1. A posição da atual diretoria da Editora Aparte;
2. As resoluções e principais votações da Assembleia;
3. A Declaração lida na Assembleia pelo companheiro Tibério Canto, assinada pela antiga maioria da diretoria, em nome também de oito conselheiros da antiga maioria do CEA;
4. A declaração de voto da companheira Helena Greco, da sucursal de Belo Horizonte.

A posição da atual diretoria

Que crise é essa?

O EM TEMPO continua e continuará. A ameaça interna de suspender sua circulação foi varrida por decisão da maioria absoluta dos componentes da Frente Jornalística, reunidos em Assembleia Extraordinária no dia 4 de março de 1979.

Os companheiros que exerciam a maioria formal do Conselho Editorial e Administrativo — CEA —, desde a Assembleia Ordinária de Abril do ano passado, devido à avaliação que têm do processo de existência do jornal (ver declaração) decidiram fechar o EM TEMPO para balanço por alguns meses. Impuseram ao coletivo, o risco concreto da liquidação de todo o projeto, não só sem consultar as centenas de acionistas e trabalhadores da Editora Aparte, mas também negando-se a fazê-lo, mesmo que em caráter de urgência. Diante dos problemas do jornal, os companheiros até então formalmente majoritários em sua direção, nada mais tiveram a oferecer.

Nós, que compunhamos a minoria do organismo, possuindo uma compreensão diversa da realidade do jornal e um autêntico compromisso com os princípios da Frente Jornalística, não acatamos a decisão da então maioria, garantimos a continuidade do EM TEMPO e exigimos a imediata convocação do foro máximo de decisão da Editora Aparte para julgar e deliberar, soberana, legítima e democraticamente, sobre o impasse criado na direção do nosso projeto. O próprio CEA, que dias antes decidira suspender o EM TEMPO, convocou, acatando nossa exigência, inclusive pelas páginas do jornal, a Assembleia Extraordinária do dia 4 de março passado. Abriu-se, desse modo — pelos canais democráticos da Frente Jornalística — um caminho para a superação grave da crise que atinge o EM TEMPO.

A urgência da Assembleia, sem dúvida, era obrigatória. O jornal continuava saindo, proibido pela maioria e garantido pela minoria do CEA, e por quase todos os trabalhadores da Editora. A manutenção dessa situação irregular só poderia prejudicar sensivelmente o projeto e sua credibilidade. Estatutariamente, cinco por cento dos acionistas da Editora têm o direito de exigir a imediata convocação de uma Assembleia Extraordinária e mesmo de realizá-la, caso o CEA não aceite tal exigência.

A conduta dos companheiros da maioria do CEA, acatando nossa exigência, aceitando o seu caráter de urgência, convocando a Assembleia pelas páginas do jornal, e depois, recusado seu posterior pedido de adiamento, partindo para considerar «legítima» a Assembleia, é, sobretudo, incoerente e insustentável politicamente. Os companheiros chegaram ao ponto de não comparecer à reunião do CEA que obrigatoriamente deveria ser realizada na véspera da Assembleia e que fora por eles também convocada.

A posição adotada pelos companheiros das sucursais de Salvador e do Rio, propondo a não realização da Assembleia Extraordinária no dia 4 e o seu adiamento para 15 dias depois, está sendo usada pelos companheiros da antiga maioria do CEA para investir contra a legitimidade da Assembleia. A sucursal de Salvador, no entanto, fez duas reuniões para examinar o impasse surgido na direção. E deliberou, por maioria significativa, não participar da Assembleia do dia 4, caso ela tomasse qualquer decisão, além de marcar a próxima (15 dias depois) e manter a posição da maioria do CEA de suspender o jornal durante este prazo. Os companheiros deixaram claro, contudo, que não têm unidade política com relação à decisão de suspensão do jornal. Tratava-se, entretanto, antes do necessário, aprofundamento político sobre a crise, de manter a legalidade do jornal, acatando-se a posição da maioria do CEA, independentemente de ela ser considerada correta ou não, ou da visão da minoria de que, se efetivada, tal posição poderia levar à liquidação do projeto.

Os companheiros da sucursal de Salvador, em nosso entender, poderiam ter manifestado sua posição sobre a suspensão ou não do EM TEMPO, fazendo prevalecer os seus votos; na Assembleia, por meio de procurações, na medida em que, devido ao Carnaval da Bahia, se tornava realmente difícil chegar a São Paulo para participar diretamente da Assembleia. Os companheiros, que durante toda trajetória do EM TEMPO foram responsáveis e cumpriram com os princípios da Frente Jornalística, têm todo o direito de assumir a posição que assumiram. Não nos parece consequente, contudo, que atribuam à sua decisão, apesar do caráter precário (em termos de urgência e preparação) da Assembleia, o poder de transformar em «legítimas» a reunião e as decisões da maioria absoluta dos trabalhos da Frente Jornalística.

Já a situação da maioria absoluta dos companheiros da sucursal do Rio é bem diversa da dos companheiros da sucursal de Salvador e não merece sequer ser levada a sério, quando argumentam sobre dificuldades surgidas em função do Carnaval ou de acesso a São Paulo. A verdadeira situação da sucursal do Rio, por ser por demais elucidativa, será comentada mais adiante.

Por um lado, os companheiros da então maioria do CEA afirmam que a crise se deve às divergências políticas existentes entre os componentes da Frente Jornalística, seja no que se refere ao papel do EM TEMPO na luta contra a ditadura, seja no que concerne aos seus rumos editoriais, considerando que o jornal tem se pautado por concepções isolacionistas, sectárias, não tem produzido matérias necessárias para a oposição, daí advindo o seu «fracasso político, editorial e econômico». Por outro lado os companheiros nos acusam de responder suas análises políticas da crise do jornal com diagnósticos administrativos, dando ênfase à questão do trabalho ou da falta de trabalho, fazendo apelos morais, procurando fugir aos debates verdadeiramente políticos.

Quanto às divergências políticas, os companheiros entendem que, no fundamental, elas existem em torno de uma alternativa de «movimento socialista orgânico», que seria por nós defendida, e de outra opção, a do «bloco popular contra a ditadura», da qual eles seriam portadores e que permitiria, se efetivada, a realização de um jornal verdadeiramente consequente, necessário às oposições, quicá de grande vendagem, ou pelo menos possuidor daquela suficiente para evitar a atual crise econômica da editora.

No campo da composição da Frente Jornalística, os companheiros argumentam que nós os acusamos de tentar substituir a Frente Jornalística por outra, que seria formada por tendências, e nos acusam de procurar, por todos os meios, transformar o EM TEMPO no jornal de uma só tendência: a nossa.

Não é difícil provar que a compreensão que os companheiros têm da situação do jornal é tão fraca e irresponsável politicamente quanto a solução de fechamento do EM TEMPO que eles conseguiram abortar.

Evidentemente, existem divergências políticas dentro do jornal EM TEMPO. E sempre existiram, desde antes do início de sua apreciação, enquanto produto, pelos leitores. A própria concepção da Frente Jornalística, em sua constituição, pressupõe, como condição indispensável, a existência de divergências políticas, nos mais diversos níveis de acirramento. Outra obviedade é o fato de que, dentro da Frente Jornalística, existem tendências políticas ou correntes de opinião, que se formam na apreciação das questões conjunturais, nas propostas de rumos editoriais, que se transformam ao longo do processo e dos embates, que se combinam, se aliam e por vezes se separam, dependendo dos problemas enfrentados. Tudo isso é pressuposto da concepção de Frente Jornalística. Ela foi feita para encarnar essa realidade, para possibilitar que os opositoristas e as tendências de oposição que fazem parte e que venham a aderir ao projeto do EM TEMPO possam trabalhar conjuntamente em torno de um jornal, cumprindo com os seus objetivos definidos coletivamente e amadurecendo, um pouco mais, nesse tipo de atividade voluntariamente escolhida.

No entanto, uma questão fundamental é a de que os opositoristas não estão e nem poderiam estar, todos eles, incorporados na tarefa de fazer o EM TEMPO. Estão na Frente Jornalística e podem estar no EM TEMPO todos os opositoristas que, voluntariamente, estão dispostos a realizar também esse tipo de projeto. Contudo, possuindo tal disposição e aceitando a ideia do projeto, tais opositoristas não podem deixar de cumprir com o seu princípio básico: o de nele se incorporarem e nele trabalharem.

Este princípio — o do trabalho — foi definido e aceito, por unanimidade, na Assembleia de fundação do jornal e tem sido ratificado, igualmente por unanimidade, em todas as reuniões coletivas e deliberativas da Editora Aparte. A direção política do projeto (estatutariamente 4/5 dos componentes do CEA) é eleita pelos reais trabalhadores da Frente Jornalística (O outro quinto é eleito pelos que concordam com o projeto, fazem parte dele — acionistas de tipo «B», mas não trabalham de modo sistemático na Editora Aparte).

Esta é a condição de princípio, portanto, dentro da qual, e a partir da qual, se resolve a questão do poder político dentro do EM TEMPO. Todos os opositoristas, portadores de posições políticas quaisquer que sejam, têm todo o direito de pleitear a direção do EM TEMPO, de disputá-la, de formar tendências ou de fazer representar tendência dentro da Frente Jornalística, respeitando, no entanto, como condição sine qua non, o princípio básico da Editora Aparte: o princípio de que nela trabalhem de modo sistemático. Não respeitando tal princípio, tais opositoristas podem ser o mais valerosos do mundo, os mais clarividentes, os mais abertos e populares, mas não serão, contudo, integrantes da Frente Jornalística em condição de determinar a direção política do EM TEMPO. E, portanto, suas posições, por mais abertas, populares, revolucionárias e consequentes que sejam, só guiarão os destinos do EM TEMPO se, e somente se, os que nele trabalham assim o decidirem.

Isso é e sempre foi o ABC da Frente Jornalística.

A inconsequência do Bloco Popular

Os companheiros da maioria formal do CEA tornaram-se maioria formal e não real dentro da Frente Jornalística fundamentalmente devido à sua inconsequência prática diante do princípio básico da Editora Aparte, o princípio do trabalho, e não devido às posições políticas que defendem. Sem dúvida, parte dos companheiros da antiga maioria do CEA continuou comprometida com os princípios da Frente Jornalística, enquanto a outra parte, em graus diferenciados, descomprometeu-se radicalmente. Um exemplo gritante: um dos conselheiros que votou e fez provar a suspensão provisória do EM TEMPO apareceu na sede do jornal para participar de tal iniciativa depois de

grande parte, alegando variadas razões «políticas», não só não trabalham nesse sentido como agem em sentido oposto, disseminando boatos de que o jornal «vai acabar» e procurando denegrir sua imagem e seu papel, conquistados, até aqui, de modo insuficiente, mas profundamente responsável.

Tendências e monopólio

Mantidas as regras do jogo, os princípios básicos da Frente Jornalística, não resta opção para os companheiros que com elas se descomprometeram ou que, mesmo sem tê-lo feito individualmente, apenas observaram ou mesmo reforçaram a atitude de descompromisso seguida por grande parte dos trabalhadores que neles confiam e os apoiaram politicamente do que propor a mudança, agora, de tais regras e princípios antes aceitos unanimemente. Ou, então, a opção de aceitar que, de fato, independentemente das



A Assembleia Geral Extraordinária

ficar afastado oito meses, sem apresentar qualquer justificativa.

Paralelamente a esse descompromisso de grande número de conselheiros com o princípio do trabalho, significativa parte dos trabalhadores do EM TEMPO que confiavam em sua conduta e, certamente, nas posições de que são portadores, seguiram-lhes o exemplo, afastando-se também da vida interna do jornal. A sede do jornal, em São Paulo, esvaziou-se razoavelmente e a sucursal do Rio de Janeiro, outrora das mais importantes do projeto, praticamente fechou. Até o local onde funcionava, antes mesmo da estapafúrdia decisão de suspender o EM TEMPO, foi desativado.

O conselheiro que exercia a chefia da sucursal que se demitiu de tal função justificando «razões pessoais», nem sequer procurou passar o cargo para outro companheiro local.

Essa inconsequência prática com o princípio básico do EM TEMPO, racionalizada por razões «políticas», é a prova mais cabal do porque os companheiros, representando esse tempo todo a maioria formal do CEA, foram incapazes de fazer o jornal que defendem. Na verdade, em sua maioria, não trabalhavam para fazer jornal nenhum. Nem o que dizem defender (pois nada os impediu de trabalhar e fazer o EM TEMPO o jornal do «Bloco Popular») nem o que, na realidade, estavam formalmente dirigindo. E é a mesma inconsequência dos companheiros que explica porque a sua decisão de suspender o EM TEMPO não passou de um extertor de moribundo, na medida em que sequer provocou contratempos à continuidade do jornal sob a direção prática da minoria do CEA, que sempre contou com o apoio da maioria absoluta dos componentes da Frente Jornalística que realmente trabalham na Editora, independentemente de serem portadores de posições políticas as mais diferenciadas.

Não é sem fundamento, portanto, que nós, comprometidos com a Frente Jornalística, criticamos a inconsequência prática dos companheiros da antiga maioria do CEA, procurando desnudar as suas racionalizações políticas, antes mesmo de entrar no mérito das perspectivas populares que eles advogam para o EM TEMPO.

Não é sem fundamento, também, que nós, ao analisarmos a crise do EM TEMPO não deixamos de apontar a inconsequência prática dos companheiros como um dos seus componentes significativos. Com tal grau de inconsequência, o EM TEMPO tanto poderia defender a linha editorial do «Bloco Popular» como a dos «Rumos Editoriais» que regem o jornal e os resultados acabariam sendo, certamente, muito semelhantes. Todos os os pronunciamentos, tanto da antiga maioria como os nossos, coincidem em afirmar intenções no sentido de que o EM TEMPO deve ser um jornal mais dinâmico, com mais denúncias e reportagens, incisivos na luta contra a ditadura, consequente com os interesses populares e com os objetivos dos trabalhadores etc, etc. No entanto, enquanto uns «carregam o piano» e se sacrificam para tentar transformar essas intenções cada vez mais em fatos, outros, em sua

posição política que defendem, já não têm condições de compor a maioria da direção da Frente Jornalística.

Tanto os companheiros como nós afirmamos que queremos a abertura e a ampliação das bases de apoio e de participação no jornal. Por aí, não haveriam divergências. Elas surgem quando os companheiros (pelo menos alguns) querem que ela se dê por meio de representações externas à Frente Jornalística e seus princípios e não por meio da integração na Frente, respeitandose o princípio do trabalho. A lógica do descompromisso dos companheiros com a Frente Jornalística, aliada a propostas de substituir os seus critérios pelo que chamam de «centro dinâmico de uma frente de tendências», é que indica que os companheiros, para tentar continuar disputando a liderança do projeto, se vejam obrigados a passar por cima das regras do jogo.

A própria proposta de suspensão provisória do EM TEMPO, vista por esse ângulo, poderia ganhar alguma racionalidade. Mas seria nessa hipótese, a racionalidade do golpe. Depois de desrespeitar e estimular na prática o desrespeito aos princípios aceitos de comum acordo e de ficar em minoria real dentro da Frente Jornalística, só restaria, nesse caso, aos companheiros, a opção de tentarem se impor ao coletivo por cima desses princípios. Os companheiros, no entanto, justifiçamos o esvaziamento da Frente, o abandono dos compromissos assumidos por parte de antigos trabalhadores, por razões políticas, por divergências, pelo próprio «sectarismo» do jornal e outras questões. O descompromisso, contudo, seja motivado pelas razões que forem, significa, na prática, o afastamento voluntário da condição de trabalhador da Editora Aparte. E isso é um direito de cada um. A esse direito, porém, não corresponde, independentemente das posições políticas de tais componentes da Frente, o de continuar determinando quem será a maioria da direção da Editora.

Os companheiros também nos acusam, e isso é grave, de tentarmos transformar o EM TEMPO num jornal de uma tendência só. Isso não é verdade. Nós sempre nos batemos contra essa perspectiva e continuaremos dedicando o máximo de nossos esforços nesse sentido. A alternativa de trabalho comum, dentro do jornal, entre todos os que aceitem o seu projeto original é, para nós, inquestionável. No dia em que mudarmos de posição sobre essa definição, a primeira coisa que faremos será abrir a discussão para mudar a concepção de Frente Jornalística e substituí-la por outra, que seja adequada à nova realidade. Se isso vier a ocorrer, sem dúvida, já se tratará de construir outro projeto, diverso do EM TEMPO. E, mesmo assim, deverá caber ao coletivo de trabalhadores do EM TEMPO a decisão de aprovar ou não tal mudança restando sempre a alternativa aos portadores de deixar o projeto vencedor e partir para a construção do que considere mais consequente.

O EM TEMPO que continua e continuará, garantido pela Assembleia do dia 4, não é e não será um jornal monolítico. Os participantes da

Assembleia, é evidente, não comungam das mesmas posições sobre as mais variadas questões políticas. A direção eleita foi composta por companheiros representativos de opções diversas, em variados graus, sobre os rumos das lutas políticas no País. Os companheiros que integram a antiga maioria e que foram considerados representativos dentro da Frente Jornalística foram reeleitos, independentemente de suas posições, inclusive da atitude, criticada e revogada pela Assembleia, de suspender provisoriamente o EM TEMPO.

Nessas questões, entretanto, sabemos que não adiantam profissões de fé, se é que elas adiantam em outras. O que prometemos é cumprir, na prática e nas páginas do jornal, com nossos compromissos comuns.

Finalmente há a questão do «movimento socialista», que os companheiros tentam erguer como centro das atuais divergências. Quando da fundação do EM TEMPO, seu projeto-programa definiu como tarefa principal do jornal subsidiar a articulação das oposições, em essencial das posições mais consequentes na luta por liberdades democráticas, desde a perspectiva dos trabalhadores. Esta formulação, apesar de genérica, tinha o mérito de registrar nossa postura contrária tanto ao etapismo reformista e populista, quanto ao principismo doutrinário, que, cada um à sua maneira, marcavam os erros da esquerda brasileira.

Passaram-se muitos debates dentro do jornal até que se pudesse sair desta postura inicial, meramente declaratória da intenção de superar aqueles dois desvios tradicionais.

Em agosto do ano passado, finalmente, o CEA aprovou por 16 votos a 1 a resolução editorial do «movimento socialista». Apontávamos assim que, lutar por liberdades democráticas desde a perspectiva dos trabalhadores significava, para o jornal, solidarizar-se com a articulação daqueles opositoristas que na luta contra o regime autoritário, desde já, procuravam erguer uma plataforma de reivindicações que não se restringisse ao horizonte liberal ou democratista pequeno burguês. Uma plataforma que colocasse a questão da democracia não somente no plano das franquias políticas clássicas, mas que colocasse também na ordem do dia reivindicações políticas, econômicas e sociais do interesse específico dos trabalhadores fazendo assim a luta contra o regime autoritário assumir desde já um caráter anticapitalista, na direção, portanto, do socialismo.

Enfim, concluíamos que não somente já era possível, como também necessário, que os socialistas buscassem desde então uma forma de organização própria na luta democrática. Uma forma de organização de caráter frentista, é claro, e cuja tarefa principal seria travar a luta democrática desde a perspectiva dos trabalhadores, ou seja, do socialismo.

A aprovação quase unânime desta resolução, e o ambiente geral de rearticulação partidária que o País vivia, davam o clima do momento. É claro que esta resolução era também ainda bastante vaga. Que reivindicações anticapitalistas eram estas, que amplitude orgânica (de massas ou de vanguardas) este movimento tinha, e que propaganda do socialismo ele fazia, todas estas eram questões não respondidas. Mas mesmo assim, a resolução cumpria um papel fundamental de mostrar que a luta por liberdades democráticas na perspectiva dos trabalhadores tinha alguns parâmetros: apoiar-se numa aliança de classes que não incluisse a burguesia, colocar na ordem do dia reivindicações democráticas de caráter não somente burguês, e apontar claramente no rumo do socialismo. Estes, os eixos centrais que deveriam nortear o subsídio que EM TEMPO faria às oposições mais consequentes.

E é nisto que hoje insistimos, num momento em que passadas as eleições parlamentares, a adesão e louvação acríticas ao MDB, prenunciam mais uma investida daqueles que veem a luta democrática atual restringindo-se exclusivamente a enfrentar a ditadura militar, para tanto não se medindo as alianças e os rebaixamentos programáticos necessários.

Esta capitulação de parte da esquerda brasileira ao etapismo democratista que se dá, teve repercussões na vida interna do EM TEMPO. Vários companheiros que antes haviam votado na resolução editorial, passaram a reivindicar não uma adequação dela à conjuntura presente, mas a abolição das páginas do jornal daqueles três eixos básicos que iluminaram a resolução. E nisto a questão não é de rótulos — «Movimento Socialista» X «Bloco Popular» — mas de substância; daquilo que se propõe politicamente como eixos centrais da luta democrática.

A questão principal, contudo, é outra. E por isso é que reafirmamos que o cerne da crise atual não está nas divergências políticas, mas sim na divergência sobre como tratá-las dentro do EM TEMPO. Para nós, o poder deve estar mediado pelo critério do trabalho; para outros, o poder deve estar com aqueles que se arvoram grandiloquentemente como sendo as vanguardas respaldadas pelo movimento de massas.

A crise, segundo a ex-maioria

EM TEMPO foi, no seu nascedouro, um projeto audacioso. Foi capaz de criar uma Frente Jornalística com uma variada gama de posições e pensamentos políticos. E isto era uma de suas maiores riquezas. O encontro de alternativas políticas diferenciadas em torno de um projeto jornalístico comum, foi por si só uma vitória. Essa prática pioneira, em certa medida, semeou grandes esperanças dentro da oposição mais consequente em vários Estados: esperanças de um jornal democrático, aberto, voltado para os interesses populares e não para os interesses mesquinhos de grupos sectários. Nossa frente jornalística animava-se pela intenção de produzir um jornal colado ao tempo presente, inovador do ponto-de-vista editorial, capaz de romper com o discurso dogmático das esquerdas, contribuindo assim para que as forças comprometidas com os trabalhadores saíssem do casulo no qual então se encontravam.

Ao longo de sua existência, EM TEMPO conseguiu marcar alguns pontos na luta contra a ditadura, seu alvo principal, através — por exemplo — da denúncia de vários crimes do regime; a defesa da bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita; a divulgação das greves operárias e de outros movimentos populares; a publicação da lista dos 233 torturadores; a denúncia da corrupção na área da petroquímica; etc. Entretanto, é preciso reconhecer sem medo da humildade, que a vida de EM TEMPO não tem sido uma sucessão de vitórias. Inúmeros equívocos e indefinições também tem feito nossa história.

De início, a euforia com a constituição de uma Frente Jornalística, frente relativamente ampla, sobrepôs-se à necessidade de definições políticas mais precisas sobre temas conjunturais importantes, como a Assembleia Constituinte, papel do MDB, novos partidos, estrutura sindical, etc. Tais indefinições contribuíram, com o passar do tempo, para a diluição do projeto do jornal, caracterizando-nos como um órgão eclético.

A segunda assembleia geral da Editora Aparte (fevereiro de 1978) analisando o problema, delegou ao nosso Conselho Editorial Administrativo - CEA - a tarefa de superar tais indefinições. Daí, até agosto o processo de definições se fez acompanhar por crises na Frente Jornalística, mais ou menos marcantes, entre as quais se situa a questão do afastamento dos companheiros da Editora de Cultura. Mas, em agosto, a reunião do CEA, ao cumprir a tarefa delegada pela assembleia deliberava - entre outras coisas - ser função do jornal contribuir para a articulação de um «movimento socialista». Tal definição, entretanto, ao invés de aproximar o jornal das oposições populares, tornava-o insensível às mudanças conjunturais, fomentando um processo de crescente isolamento político.

Hoje, somos forçados a reconhecer que as enormes expectativas que EM TEMPO criou foram frustradas: o jornal vende cerca de 10 mil exemplares por edição - prova de que não consegue atingir sequer o reduzidíssimo público dos iniciados. O debate existe em suas páginas, mas não tem gerado qualquer interesse às

vanguardas sociais, aonde pretendíamos nos apoiar e a quem pretendíamos oferecer subsídios. Há três meses, as eventuais denúncias políticas que realizamos, não tem conseguido esconder o nosso distanciamento da conjuntura e dos movimentos populares. Absurdamente, o jornal tem puxado uma discussão abstrata sobre «tendência socialista» ou «movimento socialista», enquanto questões como a denúncia da corrupção do regime militar, das mordomias, da devastação da Amazônia, do sequestro dos uruguaios, dos crimes contra a economia popular, etc, só marginalmente têm aparecido em suas páginas. As eleições de novembro, embora identificadas por nós como tema privilegiado, não mereceram - na verdade - um tratamento convincente e à altura de sua importância.

Temos tentado encobrir essas lacunas, essa incompetência mesmo, com manchetes grandiloquentes ou panfletos que, além de não corresponderem às próprias matérias, atraem sobre nós o descrédito dos leitores. Em consequência, EM TEMPO não tem conseguido realizar um ponto de seu projeto: a ampliação da Frente Jornalística. Pelo contrário, nem temos conseguido manter o interesse de muitos dos que entusiasticamente aderiram a primeira fase de implantação de nossa proposta. E, para agravar o quadro, vimos enfrentando hoje a crise mais grave entre todas: a própria unidade da Frente Jornalística acha-se ameaçada.

Esta crise, ao nosso ver, não deve ser motivo de regozijo para ninguém. Só os adversários dos movimentos e causas populares podem se alegrar com coisas do tipo, ou disto tentar auferir saldos políticos. Um mínimo de seriedade no tratamento do fato implica, necessariamente, na disposição de superar a crise; admitindo-se desde logo que tal preocupação comporta diferentes alternativas. Ao constatar os insucessos, não pretendemos atribuir responsabilidades exclusivamente aos companheiros que hoje mantêm o controle material do jornal e dos quais divergimos. De nossa parte, assumimos nossa parcela de responsabilidade e declaramos sem nenhum pejo: temos autocritica a fazer. No fundamental essa autocritica remonta a determinadas definições que partilhámos no CEA, notadamente a referente ao «movimento socialista».

Aliás, entendemos ser ponto básico de nosso balanço interno o enfrentamento direto com esta questão: assumir ou não assumir a crise, fazendo ou não autocritica dos erros de avaliação da conjuntura e dos equívocos de definição política. A saída adotada por alguns companheiros, no sentido de escamotear ao caráter político da crise, tem sido apenas fraseológica: tentar dividir «os que trabalham e os que não trabalham» (concebendo, eles próprios, e só eles, o que seja trabalho). Contudo, nem é preciso perder tempo com tal ingenuidade, que para ser engolido - supõe também a ingenuidade alheia. Ora, os companheiros que defendem um jornal a serviço de um «movimento socialista» legal e «massas» não só sabem que não são os únicos trabalhadores do EM TEMPO, como, acreditamos, devam

ter suficiente segurança de suas posições para discutir-las franca e abertamente. Por que não?

Onde estão as divergências

Nossa autocritica decorre da compreensão de que ser socialista, hoje, é combater consequentemente a ditadura, fortalecendo a unidade popular nas lutas por liberdades democráticas e por melhores condições de vida e trabalho, sem abrir mão (sem doutrinarmos) da propaganda daquilo que consideramos dever vir a ser a sociedade do futuro: o socialismo. Nesse rumo, para nós, a tarefa central do jornal é alinhar-se na defesa do desenvolvimento de uma alternativa popular na luta democrática. Portanto, defendemos que nosso jornal deve subsidiar a articulação do movimento popular, amplo e contraditório como ele hoje é; e não subsidiar principalmente a articulação entre os socialistas (tese do «movimento socialista orgânico») ou da «tendência socialista». Reduzir nossa proposta, ou deturpá-la, identificando-a como sendo proposta de «uma frente popular policlassista» é uma versão grosseira.

Os companheiros que se recusam a fazer a autocritica política, em vários momentos, também clamaram por um jornal vigoroso nas denúncias políticas, atraente para o público leitor; um jornal de reportagens vivas, etc. Por que não fazemos então um jornal de tal porte? Absurdo seria atribuir a deficiência apenas à falta de dedicação e empenho, ou «falta de trabalho». Na base dessa incapacidade, cremos, está a linha de força de uma definição abstrata pelo tal «movimento socialista legal e de massas», algo desgarrado da conjuntura e das concretas aspirações populares que — fazendo ideologismo ao invés de fazer política — descamba para uma pregação vazia de doutrinas que se erigem à revelia e a despeito das correlações de forças e dos níveis de organização e consciência das massas.

Negando-o objetivamente — todo o conjunto de problemas políticos que a conjuntura nos impõe a todos, esses companheiros insistem em bater na tecla furada de que as questões atuais de EM TEMPO são, essencialmente técnicas e administrativas. Esquecem-se, por exemplo, que a crise — ou dilema — financeira de EM TEMPO decorre principalmente da falta de bases sociais do jornal, que dificulta extremamente a arrecadação de fundos ou socorros de emergência. Por isso, para resolver a crise financeira, os companheiros não têm conseguido fazer mais do que reeditar o velho remédio: passar o chapéu entre os componentes da Frente Jornalística, fazer apelos morais aos trabalhadores do jornal, como se isso levasse à descoberta de alguma mina-de-ouro.

De nosso lado, temos defendido — e o fizemos enfaticamente na última reunião do CEA — a ampliação de nossa Frente Jornalística, tendo em vista fazer de EM TEMPO um órgão colado de fato às lutas populares e expressão de seus setores mais consequentes. A proposta de abertura, de ampliação real, os companheiros nos responderam com uma acusação: atribuem-nos o

propósito de «dar o golpe no EM TEMPO, transformando-o daqui por diante num jornal de Tendências que seria o inimigo mortal da Frente Jornalística. Ora! Por detrás dessa imputação, duas coisas — pelo menos — se escondem: primeiro, o menosprezo para com as forças de oposição popular (incluindo especificamente personalidades políticas, jornalísticas, etc), que não participam de EM TEMPO mas que têm bases sociais e que poderiam ter interesse de efetiva colaboração em nosso projeto; e — segundo — o esquecimento de que o nosso atual conjunto de minorias (maioria do CEA) poderia, se fosse movida por opções golpistas impor decisões ao CEA ou tomar o poder do jornal em suas mãos. Hoje, o golpe dado contra EM TEMPO está sendo perpetrado, isto sim, pelos companheiros que continuam contribuindo para o estreitamento de suas bases sociais.

Hoje, em vez de um jornal de uma Frente Jornalística, que comporta — além dos indivíduos — uma diversidade de pensamentos, propostas e tendências políticas, os companheiros estão transformando o EM TEMPO num jornal de uma tendência só: a deles.

Porque não entramos nesta?

A assembleia, de hoje, não possui — de fato — legitimidade enquanto assembleia geral de EM TEMPO. Na verdade, ela não passa de uma reunião de parte de nossa Frente Jornalística, de algo marcadamente unilateral.

Explicamos: desde logo, após sua convocação, ocorreu o apelo unânime dos coletivos de duas de nossas sucursais (as do Rio de Janeiro e Bahia) para que a mesma fosse adiada, dada a inviabilidade de um tempo hábil para a participação daqueles companheiros na pretendida reunião. Os companheiros argumentaram com a absoluta impossibilidade de, no curtíssimo espaço de uma semana, se inteirarem sobre os termos da recente agudização da crise no jornal, declarando-se sem condições de uma preparação suficiente — enquanto coletivo — para a interferência consequente na assembleia proposta. Estas sucursais anunciaram então a decisão da não participação no encontro. Além disso, também da parte de inúmeros acionistas do jornal ligados a outras sucursais e a sede, bem como da parte de colaboradores do nosso escritório em Paris, revelou-se igualmente o desacordo quanto a uma assembleia marcada assim a toque-de-caixa. A reação compreensiva dos companheiros, muitos dos quais não podem viver o complexo cotidiano do jornal, mas que são nossos efetivos colaboradores, levou-nos a uma evidente constatação: a assembleia do dia 4, anunciada no EM TEMPO que foi às bancas no dia 23 (em São Paulo) seria — sem dúvida — um ato marginalizador de grande contingente de nossa Frente Jornalística.

Assim, no dia 24 (sábado), numa reunião da diretoria de EM TEMPO, os três diretores signatários desta declaração — dois por presença direta e um por delegação propuseram o adiamento da referida assembleia geral, ao menos para o dia 18 próximo, e apelaram veementemente para que os dois outros companheiros diretores aceitassem essa proposta, em nome da unidade do conjunto do jornal. Um desses diretores presentes (Flávio Andrade) embora contrário ao adiamento, responsabilizou-se de transmitir nossos argumentos especialmente às sucursais de Minas e Rio Grande do Sul, renitentes na data do dia 4, a fim de verificar a hipótese de uma nova data. Entretanto, os companheiros mantiveram-se inarredáveis na sua atitude, desconsiderando todos os problemas levantados, assumindo o risco — ou, para eles, a vantagem — de uma assembleia unilateral, que objetivamente jogaria para escanteio não apenas uma parte ponderável, mas a maioria dos acionistas de EM TEMPO.

E mais: avançando nesta linha, claramente sectária em seus variados lances, os mesmos companheiros responsáveis pela consumação desta assembleia unilateral que hoje se faz aqui «na lei ou na marra», promoviam sem qualquer

convocação prévia, na última quinta-feira, uma reunião que pretendeu ser do «coletivo do jornal em São Paulo». Pois bem. Tal reunião, um pré-fício desta assembleia, foi ostensivamente marginalizadora da maioria esmagadora dos nossos acionistas-colaboradores da sede, os quais — tanto quanto nós, diretores do jornal, nem sequer ficaram sabendo da dita reunião antes dela se concretizar. Pois: tal reunião, exemplo grotesco de certas nefastas experiências históricas onde a burocracia e a autoritarismotomam poder e lugar decidiu concretamente propor um expurgo no EM TEMPO. Como? Destituindo sumariamente de todas as suas funções todos os conselheiros e diretores do jornal que — analisando a atual crise política e financeira de EM TEMPO — propuseram na última reunião de nosso Conselho Editorial e Administrativo (CEA) a suspensão da edição do jornal, provisoriamente, até a realização urgente de uma assembleia extraordinária. Como? sempre, a ofensiva do expurgo, deixava uma via de salvação para «arrepêndidos»: os que fizeram autocritica, isto é, os quem «não discordarem do poder real», não serão expurgados.

Sem entrar aqui no mérito da proposta de suspensão provisória de nosso semanário, mesmo porque a manutenção da decisão ficava em aberto para uma deliberação superior do conjunto dos colaboradores do jornal, em regime de urgência, REPUDIAMOS os métodos de exclusão ensaiados pelos companheiros, os quais, — sem dúvida — abrem caminho para jornal monopólio de uma tendência só, através da usurpação do poder na Frente Jornalística, ainda que seja através de uma presumida hegemonia entre os trabalhadores — profissionais de EM TEMPO.

Nosso projeto pertence a algumas centenas de trabalhadores, colaboradores e acionistas, que — ao longo de quase dois anos — vêm contribuindo de diferentes formas para a sobrevivência de EM TEMPO. E a escalada atual encaminha para a destruição definitiva de nossa Frente Jornalística. Obvio: o jornal de uma tendência só, ainda que formalmente «aberto» não será mais o jornal da Frente Jornalística. É o jornal do monopólio político na direção, é o anti-Frente, o anti — EM TEMPO. Assim, embora reconhecendo que na reunião de hoje estejam presentes alguns companheiros descomprometidos com a tática que denunciamos, e de fato comprometidos com o projeto original de Frente Jornalística, aqui estamos apenas para marcar nossos pontos-de-vista, nossa diferenciação, nosso protesto e nossa advertência. Não participaremos, quer dizer, não daremos legitimidade a uma assembleia tão corrente de representatividade do conjunto do jornal, que exclui por completo nossas sucursais do Rio e Bahia, que ignora o nosso todo, que descon sidera por completo todo e qualquer apelo à representatividade e à participação. Não entraremos no jogo de cartas marcadas.

Assim, entendemos — e sugerimos — que apenas duas decisões consequentes para a presente reunião: 1 - responsabilizar-se pela continuidade da Editora Aparte e do Jornal EM TEMPO, e não pela consolidação do jornal de uma tendência só, o que implica no comprometimento com o processo de redefinição de nossos rumos políticos editoriais e na transformação de nosso produto jornalístico urgentemente.

2 - limitar-se a marcar, aqui e hoje, uma próxima assembleia geral que permita a participação do conjunto dos trabalhadores, colaboradores e acionistas, das sucursais, escritórios e demais núcleos de EM TEMPO, enfim, do conjunto de nossa Frente Jornalística.

Esta reunião por incompetência, não poderia se destinar a nada mais além disso, mas ela pode ser decisiva para um destino desastrosos de EM Tempo.

Tibério Canuto
Jorge Baptista
Antonio de Pádua Prado Junior
— em nome dos ex-conselheiros

As resoluções da Assembleia

A Assembleia Geral Extraordinária da Editora Aparte S/A, convocada oficialmente pelo Conselho Editorial Administrativo (CEA) da Editora Aparte e realizada no último dia 4 de março de 1979, deliberou o seguinte:

1ª — Considerando que na última reunião do CEA (18/2/79) a sua maioria decidiu suspender provisoriamente a publicação do EM TEMPO e que a minoria resolveu se subordinar contra esta decisão, garantindo a continuidade da publicação do jornal, esta Assembleia Geral, convocada pelo CEA, decide: 1 — considerar a decisão da maioria do CEA precipitada e irresponsável politicamente, na medida em que, se efetivada, traria o risco da liquidação de todo o projeto do EM TEMPO; e também antidemocrática, na medida em que foi aprovada se negando, sequer, a submeter essa decisão a uma consulta de emergência a todo o coletivo nacional da Frente Jornalística; 2 — considerar a insubordinação da minoria do CEA, garantindo a continuidade do jornal e a realização imediata desta Assembleia uma atitude politicamente acertada.

Nestes termos, decide revogar a decisão da maioria do CEA, garantindo que o debate e a solução da crise do EM TEMPO se façam com o jornal sendo produzido e distribuído nacionalmente.

2ª — Considerando que a convocação desta Assembleia extraordinária se deu para resolver, especialmente a qualidade de poderes estabelecida dentro do jornal EM TEMPO e que sua função é abrir um caminho transitório para o jornal sair da crise em que hoje está mergulhado, resolve convocar para o dia 29 de abril de 1979 a realização da Assembleia Geral Ordinária da Editora Aparte.

3ª — Esta Assembleia, considerando-se em condições de iniciar um processo para solução da crise do EM TEMPO, resolve: 1 — Eleger um novo CEA para exercer um mandato-tampão até a próxima Assembleia Geral Ordinária — AGO; 2 — Este CEA desenvolveria, especialmente, além de suas atribuições estatutárias, um amplo debate nacional para a definição política, editorial e financeira. A pauta mínima para esse debate seria elaborada pelo CEA, ao lado de um programa de trabalho até a próxima assembleia; 3 — as atribuições dessa AGO serão: discutir e decidir sobre um balanço geral das atividades do jornal; definir um programa mínimo, linha editorial, seu papel no movimento de oposição, métodos de funcionamento democráticos, questões administrativas e financeiras, e eleição de um novo CEA; 4 — que o CEA, e a diretoria saídos desta Assembleia se encarreguem de todas as medidas práticas capazes de garantir este caráter amplo e democrático da preparação da AGO.

4ª — Considerando que é uma necessidade permanente a adequação da Direção do jornal à sua realidade e que essa realidade mudou muito e considerando que não é intenção desta Assembleia promover nenhum expurgo dentro da Frente Jornalística, antes pelo contrário, manter

a sua unidade resolver eleger o seguinte CEA: efetivos: Aluisio Marques, Antonio de Pádua Junior, Carlos Tibúrcio, Emiliano José, Fausto Brito, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista Mares Guia, Jorge Batista, José Luiz Na-

dei, Marcelo Beraba, Nelson Pentead, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres Pimenta, Sérgio Alli, Tibério Canuto, Tom Duarte; suplentes — Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Antonio Espinosa, Luci Ayala e Maria Cândida.

Candidatos	votos a favor	votos contra
Aluisio Marques	110	
Antonio Prado Jr.	88	22
Carlos Tibúrcio	110	
Emiliano José	90	20
Fausto Brito	110	
Flaminio Fantini	110	
Flavio Andrade	110	
João Batista M. Guia	110	
Jorge Baptista	88	22
José L. Nadai	110	
Marcelo Beraba	101	9
Nelson Pentado	110	
Raul A. Pont	110	
Robinson A. Pimenta	110	
Sergio Alli	110	
Tibério Canuto	93	17
Tom Duarte	110	
Paulo Cavalcanti	110	
Valmir Menezes	110	
Antonio Espinosa	102	8
Luci Ayala	110	
Maria Cândida	110	

O novo CEA

Os seguintes conselheiros, reeleitos para o CEA, não aceitaram o cargo: Antonio Prado Junior, Emiliano José, Jorge Batista, Marcelo Beraba, Tibério Canuto e Antonio Espinosa. Nessa medida, o novo CEA passa a ser composto por 12 conselheiros.

Os companheiros Antonio Carlos Carvalho, (Tonico), membro da antiga maioria do CEA, e Orlando Mindello, acionista «A» (trabalhador) do escritório de Recife, foram indicados na chapa original, para compor o novo CEA. Presentes à Assembleia, os companheiros declinaram da indicação. Tonico justificou sua posição, remetendo-se à Declaração assinada pelos três antigos diretores do jornal (aqui publicada) Orlando também justificou sua recusa por razões políticas, apresentadas ao início da Assembleia, mas declarou também impedimentos de ordem pessoal. Ambos os companheiros, apesar da recusa, afirmaram que continuam no EM TEMPO.

Resultados das votações

	SIM	NÃO	ABSTENÇÕES	TOTAL
Resolução 1ª	156	4	6	166
Resolução 2ª	160	0	2	162
Resolução 3ª	145	2	15	162

Declaração de voto

Quando dos atentados sofridos pelo EM TEMPO, no segundo semestre do ano passado, pelos grupos terroristas, eu um minha voz aos que se solidarizaram com o jornal, no sentido de que juntos levássemos todo o nosso apoio. Naquele momento eu falava: «Cabe a nós unirmos nossos esforços e prosseguirmos na nossa luta que é comum — a luta pelas liberdades democráticas». E mais ainda, eu me sentia sobremaneira atingida, já que sou acionista deste jornal.

Hoje, decorridos mais de seis meses, me vejo na contingência de fazer declarações semelhantes, e gostaria de fazê-las a viva voz, não fossem compromissos com a luta pela Anistia solicitarem minha presença em Brasília. Dessa vez, no entanto, é com profunda tristeza que me pronuncio — muito mais que por ocasião dos protestos contra a repressão clandestina que atua impunemente no país. A tristeza é por ver saindo do nosso próprio meio — pessoas que se colocam em oposição ao regime — os clamores pela extinção do nosso semanário.

Dessa forma, o voto que confiei por procuração, condena qualquer tipo de proposta que leve o jornal a deixar de circular. E aqui, menos como um membro do EM TEMPO,

e mais como pessoa que tem dedicado seus dias a luta mais geral de defesa dos direitos humanos, e especificamente pela Anistia, protesto contra tais atitudes, por considerar que o EM TEMPO, nos seus quase dois anos de vida, com um desempenho às vezes de forma até pioneira, colocando em risco a própria segurança de suas instalações e das pessoas que ali trabalham, é merecedor da maior consideração e respeitabilidade. A luta do EM TEMPO é a nossa luta, portanto, se hoje gostaria de reafirmar que esse semanário é um patrimônio dos que nele trabalham, o é também dos que, como eu, trabalham para pôr um fim às violações dos direitos fundamentais do Homem, dos que lutam pelas liberdades democráticas e dos que exigem uma Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita.

Aproveito a ocasião para saudar todos os companheiros do jornal que, com dedicação e trabalho, vêm contribuindo com a causa que abracei de maneira prioritária e que, o EM TEMPO continue, cada vez mais subsidiando de todas as formas as lutas dos setores da oposição.

Belo Horizonte, 02 de março de 1979
Helena Greco